



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

GILSON DE SOUSA OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DESTINADA À JUVENTUDE
TRABALHADORA NO GOVERNO LULA: ANÁLISE DO
PROGRAMA *PROJOVEM TRABALHADOR* NO CEARÁ**

FORTALEZA / CEARÁ

2012

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DESTINADA À JUVENTUDE TRABALHADORA NO GOVERNO LULA: ANÁLISE DO PROGRAMA *PROJOVEM TRABALHADOR* NO CEARÁ

GILSON DE SOUSA OLIVEIRA

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elenilce Gomes de Oliveira

FORTALEZA / CEARÁ

2012

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DESTINADA À JUVENTUDE TRABALHADORA NO GOVERNO LULA: ANÁLISE DO PROGRAMA *PROJOVEM TRABALHADOR* NO CEARÁ

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Apresentada em _____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elenilce Gomes de Oliveira – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE

Prof.^a Dr.^a Ercília Maria Braga De Olinda – 1^a Examinadora
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof.^a Dr.^a Francisca Rejane Bezerra Andrade – 2^a Examinadora
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco – UESPI – 3^a Examinador
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

AGRADECIMENTOS

Ao fazer um balanço das etapas empreendidas nesta pesquisa, foi natural recordar-me de momentos e pessoas que – pela sua presença e estímulo – passaram a fazer parte deste trabalho de forma tão efetiva que, sem suas inúmeras contribuições, dificilmente teria chegado até aqui.

Primeiramente, agradeço a Deus, que me abençoa com Sua infinita bondade concedendo-me forças para continuar, apesar dos momentos em que estas se esvaneciam.

Agradeço, também, a minha família. De modo especial a minha querida mãe, Nazinha Mesquita (*In memoriam*), que sempre acreditou nos meus sonhos e os incentivou, inclusive substituindo-me no trabalho da roça para que eu pudesse estudar.

A Elizio Nogueira, pelo apoio incondicional de todas as horas. Sem a sua valiosa contribuição, certamente, o caminho teria sido bem mais árduo. Muito obrigado!

Agradeço a grande amiga Prof.^a Dr.^a Gardênia Lustosa, pela solidariedade, o carinho e as valiosas assessorias intelectuais. Com os seus incentivos, pude acreditar nos meus sonhos. Valeu!!!!

A Prof.^a Dr.^a Ana Maria Dorta de Menezes pelo apoio, ajuda e muitos ensinamentos. Muito obrigado!

Igualmente, agradeço a Prof.^a Dr.^a Tânia Serra Azul Machado Bezerra, pelo apoio extraordinário nesse momento tão especial.

Aos meus amigos e vizinhos queridos: Auricélio, sua esposa Roseane e seus filhos amados: Ana Clara, Ana Biatriz e Marcos Vinícios. Valeu mesmo!

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Elenilce Gomes de Oliveira, pelo apoio, e pela prontidão de abraçar a defesa desse trabalho. Muito obrigado!

Aos integrantes da banca examinadora, Prof.^a Dr.^a Ercília Maria Braga De Olinda, a Prof.^a Dr.^a Francisca Rejane Bezerra Andrade e ao Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco, pelas contribuições indispensáveis para esse trabalho. Agradecer é o mínimo que posso fazer nesse momento. Deus os recompense com a mesma generosidade com a qual se dispuseram a enfrentar essa etapa da minha vida acadêmica.

Aos meus alunos do *Projovem Trabalhador*, moradores de duas pequenas vilas de pescadores (Flecheiras e Mundaú), que, sem querer, me incentivaram a encarar o desafio da pesquisa e ir muito mais além daquilo que eu havia sonhado para minha vida acadêmica.

Ao CNPq pelo apoio concedido durante o curso.

Por último, mas não com menor importância, aos colegas de mestrado, pelos debates e embates, além da amizade com a qual, cada um à sua maneira, me presenteou no decurso da elaboração deste ensaio.

Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.

(João Guimarães Rosa)

RESUMO

A emergência da crise estrutural do capital promove no nível planetário uma série de mudanças que atinge de modo especial o mundo do trabalho e da produção, com graves consequências para a classe trabalhadora. Desde então, os trabalhadores passaram a conviver, com o um “novo” fenômeno: o desemprego. Esse, por sua vez, contribuiu para o aumento da pobreza e a segregação social desses sujeitos. A juventude trabalhadora, sobretudo àquela dos países periféricos, a exemplo do Brasil é a mais prejudicada com o surgimento desse fenômeno. Para a classe dominante, o desemprego de jovens trabalhadores está relacionado com a baixa escolaridade, falta de qualificação e pouca experiência profissional, fatores que justificam, inclusive, a adoção de programas e projetos de educação e formação profissional, a exemplo do Programa Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã. O objetivo deste trabalho é identificar as concepções que orientam a qualificação profissional do referido Programa a fim de perceber seus limites e possibilidades para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Sob a luz do materialismo histórico-dialético, o estudo procura discutir e desnudar a suposta relação existente entre desemprego e baixa escolaridade, qualificação profissional de jovens trabalhadores no Brasil e por fim, conclui que o referido Programa, assim como muitas ações voltadas para minimizar os altos índices de desemprego entre os jovens das classes populares durante o octanato do governo Lula da Silva, além de não ter assegurado uma formação profissional de qualidade, não garantiu, também, a inserção dos cursistas no mercado formal de trabalho. Nesse sentido, a formação e a inserção no mercado formal de trabalho, ainda continuam sendo bandeiras de lutas dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Reestruturação capitalista. Políticas de Juventude. *Projovem Trabalhador*.

ABSTRACT

The emergence of the structural crisis of capital at a planetary level promotes a series of changes affecting especially the world of work and production, with serious consequences for the working class. Since then, workers began to live, with a "new" phenomenon: unemployment. This, in turn, contributed to increased poverty and social segregation of these subjects. The working class youth, especially that of the peripheral countries, like Brazil is the most affected with the emergence of this phenomenon. For the ruling class, the unemployment of young workers is related to poor education, lack of qualifications and little experience, factors that justify, including the adoption of programs and projects in education and training, such Projovem Worker Program - Youth Citizenship. The objective of this study is to identify concepts that guide the professional qualification of that program in order to understand its limits and possibilities for integrating young people into the labor market. In the light of historical and dialectical materialism, the study seeks to discuss and uncover the alleged relationship between unemployment and low education, professional training of young workers in Brazil and finally concludes that the program, as well as many actions aimed at minimizing high unemployment among young people of the working classes during the octanato Lula da Silva, in addition to failing to ensure a quality training, not guaranteed, also, the insertion of the course participants in the formal labor market. In this sense, training and integration into the formal labor market, are still being flags of workers' struggles.

LISTA DE ABREVIATURAS

BM - Banco Mundial

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CUT - Central Única dos Trabalhadores

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNDEF - Fundo para o Desenvolvimento e Valorização do Magistério

FUNDEB - Fundo para o Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIJ - Organização Ibero-americana da Juventude

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PDRE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PME - Pesquisa Mensal de Emprego

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária

PT - Partido dos Trabalhadores

Pnad - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

PNJ – Política Nacional de Juventude

PNPE - Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária

ProUni – Programa Universidade para Todos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A CRISE DO CAPITAL E A CONTRARREFORMA DO ESTADO: SITUAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA.....	27
2.1	A crise do capital e o reordenamento político sob a óptica neoliberal.....	27
2.2	A contrarreforma do Estado brasileiro: ataque aos direitos sociais.....	39
2.3	A função social do trabalho.....	52
3	CAMINHOS E DESCAMINHOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL.....	57
3.1	Políticas de juventude: mero destaque na agenda pública ou garantia de direitos?	58
3.2	O que muda com a aprovação da Política Nacional de Juventude do Governo Lula da Silva?.....	64
3.3	Para onde apontam a educação e a formação da classe trabalhadora no governo Lula da Silva?	67
3.4	O Governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu.....	71
4	O <i>PROJOVEM</i> INTEGRADO: DO DISCURSO À REALIDADE.....	83
4.1	O Projovem Integrado.....	82
4.2	Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã: educação e formação para o mercado de trabalho ou para o empreendedorismo?.....	90
5	A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	98
	REFERÊNCIAS.....	104

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de um mercado em constante expansão para os seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo. Tem de fixar-se em toda parte. A burguesia, por sua exploração de mercado mundial, deu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos racionários, roubou à indústria a base nacional em que se assentava. As primeiras indústrias nacionais foram aniquiladas ou estão dia-a-dia a ser aniquiladas. São desalojadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão de vida e morte para todas as nações civilizadas. Essas indústrias já não trabalham matérias-primas nacionais, mas matérias-primas oriundas das zonas mais remotas e cujos produtos são consumidos não só no próprio País, mas em todos os continentes ao mesmo tempo (MARX; ENGELS, 1998, pp. 72-73).

O mundo vem sofrendo profundas mudanças em todas as esferas, sobretudo a partir dos anos 1970 do século XX. Essas transformações ocorrem em diferentes setores da vida, quer seja o político, o econômico ou o social. Pode-se dizer, sem dúvida nenhuma, que desde aquele período a face do mundo é outra; existe hoje uma cartografia diferente, uma geopolítica determinada por fatores como a globalização e a reestruturação do Estado. A crise do capitalismo internacional representada pela crise do petróleo, pela alta inflacionária, pelo esgotamento do modelo fordista são algumas das causas que fizeram entrar na cena política outros fatores que têm contribuído para uma nova fase da acumulação.

O processo expansionista da acumulação do capital, historicamente, provém da elevação da produção de mais-valia resultante de maior exploração da força de trabalho, da sua maior produtividade. Para Marx (1985), é possível afirmar que esse modo de produção se realiza, sobretudo, na exploração de trabalhadores que ao gerarem riquezas para os capitalistas reproduzem a exponenciação da própria pobreza, nunca vista em formas de sociedade anteriores que apenas vivenciaram a pobreza advinda da escassez e do baixo desenvolvimento das forças produtivas.

Referida forma de acumulação, baseada na exploração da força de trabalho, levou o sistema capitalista, sobretudo nos trinta anos do pós-guerra, atingir um montante significativo de acumulação de riquezas, fase de desenvolvimento que ficou conhecida como a “Era de Ouro” do capitalismo (HOBSBAWN, 1995). Suas intrínsecas contradições, todavia, colocou em xeque, mais uma vez esse modelo de desenvolvimento, fato ocorrido nos meados dos anos

de 1970, quando o sistema fordista de produção entra em decadência provocando grandes desajustes para o capital.

Vale ressaltar que até meados dos anos de 1960, o modelo keynesiano-fordista vigorou plenamente estável nos EUA e também, nos países aliados da Europa Ocidental. Todavia, conforme nos ensina Harvey (1992) e Antunes, (2009), o final da década de 1960 e início da década de 1970, deu-se início a uma crise de hegemonia deste modelo em decorrência do aumento da demanda de produção por parte dos países da Europa Ocidental e do Japão. Estas regiões centrais do capitalismo experimentaram modernizações em seus parques industriais e passaram a oferecer produtos (gêneros manufaturados) a preços e custos mais competitivos pressionando a demanda em nível mundial. Destarte, a segunda metade dos anos de 1970 marcou o início de um período de recessão, particularmente na economia norte-americana. A partir daí as bases do modelo keynesiano – fordista foram seriamente questionadas.

Acostumado com as crises cíclicas que acompanhava sua evolução histórica, o capitalismo entra numa fase de uma profunda crise de ordem estrutural¹, bem diferente daquelas vividas no passado. É uma crise de grandes proporções e que parece não haver soluções. Nesse novo contexto, a humanidade passou a vivenciar um período marcado por significativas mudanças de ordem estrutural, econômica, política e ideológica, todas situadas nos limites do receituário neoliberal². Essas transformações afetam, com maior ou menor intensidade, todos os países do mundo por meio de um novo fenômeno descrito por François

¹ Mézáros (2002) qualifica assim o período histórico atual, em que a ordem sociometabólica do capital estaria se defrontando com os seus limites absolutos. Diferentemente de momentos anteriores, em que havia e foram aproveitadas as possibilidades de deslocamento das contradições estruturais do capital, no presente (a partir dos anos 70) o desenvolvimento da reprodução sociometabólica do capital teria alcançado “seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente”. O conceito de crise estrutural, segundo ele, refere-se a uma condição que “afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. Por isso mesmo ela “põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo”.

² O modelo que vem sendo adotado a partir dos anos de 1980, primeiramente nos países de capitalismo central e aos poucos em várias partes do mundo e que tem como característica primordial o afastamento do Estado em relação à gestão de diversos setores da economia. Pode-se afirmar que o neoliberalismo é uma nova ordem social marcada pelo restabelecimento da hegemonia da finança, isto é, frações superiores das classes capitalistas e instituições financeiras. É o resultado de uma luta de classes. Seu objetivo é assegurar o poder e a renda das classes capitalistas. Nisso ele obteve um grande sucesso. Seus métodos são: 1) novas formas de gestão das empresas voltadas para os acionistas; 2) políticas econômicas visando à estabilidade dos preços e taxas de juros reais elevadas; e 3) abertura das fronteiras comerciais (livre mercado) e financeiras (livre circulação de capitais) entre países de níveis de desenvolvimento muito desiguais. Uma consequência dessa abertura das fronteiras é colocar-se em concorrência trabalhadores do mundo inteiro, cujo objetivo é rebaixar os salários e os direitos trabalhistas.

Chesnais (1997), como mundialização do capital³, adequando-se as especificidades de cada País.

Vendo assim, parece que Marx e Engels (1998) estavam diagnosticando a situação do mundo atual, sobretudo quando falam de interdependência das nações, em expansão para além dos limites locais, em rompimento de barreiras nacionais, em mercado mundial, etc.. Na prática, estão nos adiantando as principais características do processo de mundialização do capital, vivenciada por todas as nações, na atualidade. Vale considerar que a referida análise foi feita em meados do século XIX e mesmo assim, seu conteúdo continua sendo atual e indispensável para análises da realidade.

Como já acenamos anteriormente, a partir dos anos de 1970, o sistema capitalista entra numa crise estrutural sem precedentes, marcada por uma profunda recessão econômica, combinada a baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, o que forçou as elites econômicas e políticas da época a aplicarem uma série de iniciativas, cujo objetivo era, dentre outras coisas, recompor as taxas de lucro pelo menos nos níveis alcançados durante o período da “era de ouro” do capitalismo mundial. Para vitalizar tais iniciativas, deu-se início a um vasto processo de reestruturação da produção, marcada por inovações tecnológicas na cadeia produtiva, novos mecanismos de controle da força de trabalho, tendo como resultado um forte processo de desemprego, esse último, utilizado muitas vezes pelos capitalistas, para justificar o rebaixamento dos salários dos trabalhadores remanescentes, ou seja, aqueles foram poupados da demissão súbita dos seus postos de trabalho, sobretudo nos momentos mais intensos de privatização do aparato estatal, o que resultou num expressivo aumento do desemprego estrutural, com fortes implicações sobre a classe trabalhadora. Tem-se como consequência, o surgimento do fenômeno desemprego que terminou afetando toda a classe trabalhadora, sobretudo o movimento sindical e suas organizações representativas, submetendo-os, forçosamente, a uma postura preponderantemente defensiva.

Como consequência dessa nova etapa da ofensiva capitalista, entram em vigor políticas de desregulamentação dos mercados, primeiramente nos grandes centros do capitalismo e depois, adaptando-se a cada realidade local, na maioria dos países periféricos.

³ De acordo com as análises de Chesnais (2003, p 46), vivenciamos a era da *mundialização do capital*, “uma etapa particular do estágio do imperialismo” na qual predomina o regime de regulação de dominância financeira. Uma época caracterizada pela crescente importância do capital financeiro sobre o produtivo. Um momento em que os diversos Estados nacionais se subordinam à lógica do capital rentista mundializado, sendo obrigados a abrir mão das barreiras de proteção às suas economias e a permitir a livre movimentação de capitais financeiros. Para maiores esclarecimento acerca desse assunto, convidamos o leitor(a) a conhecer um estudo desse mesmo autor (1996), o qual é bastante esclarecedor desse tema.

No Brasil, em particular e com as devidas especificidades nacionais, esse fato tem início logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, notadamente na rápida gestão de Collor de Melo e, particularmente intensificada na gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC.

O modelo de reforma aplicado ao Estado brasileiro, inspirado e orientado pelos organismos internacionais, notadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI (representantes do grande capital financeiro), interdita direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, retira do Estado as suas funções democráticas, desmonta seu caráter público, passando a ser conduzido por meio de estratégias gerenciais e sustentado na lógica instrumental e privatista do mercado. O resultado para a classe trabalhadora foi desastroso, evidenciado mediante o sucateamento dos serviços públicos, a refilantropização⁴ das ações sociais, a focalização, mercantilização e privatização dos serviços e políticas sociais que perdem seu caráter universal e gratuito inscrito na Constituição Brasileira (PAULO NETTO, 2000, p. 87).

Essa forma de gerenciamento do Estado burguês induz os países, entre eles o Brasil, à privatização das políticas sociais no âmbito da saúde, da educação, da previdência social, da segurança, entre outras. Contudo, é preciso ressaltar que tais medidas não decorrem apenas das decisões econômicas baseadas no uso racional dos investimentos públicos, mas de estratégias que favorecem o capital financeiro e a óptica mercadológica da reestruturação produtiva e econômica mundial. Compreendemos que se tratam, também, de decisões políticas, sustentadas nas premissas neoliberais de dilapidação da esfera pública em favor da iniciativa privada, comportando-se como atividades não exclusivas de Estado e objeto de concessão aos detentores dos meios de produção. Somam-se a esses princípios outros, como a necessidade de redefinição das funções do Estado e as pressões de acionistas de empresas e de corporações internacionais para a abertura de mercados a fim de expandir seus negócios comerciais.

Destarte, a reforma neoliberal de FHC, longe de representar avanços no campo dos direitos sociais, significou verdadeiro retrocesso, evidenciado pela retirada de direitos sociais, conquistados por meio das lutas históricas dos trabalhadores, notadamente na Constituinte da

⁴ Segundo Guerra (2005), a chamada refilantropização da questão social, obedece a dois movimentos. De um lado, a retomada da sensibilização popular para o enfrentamento das questões sociais através de trabalho voluntário, responsabilizando a sociedade civil pela intervenção nas mazelas sociais. De outro, o atendimento da questão social pelas empresas privadas, através de programas denominados filantropia gerencial ou corporativa, através de práticas de "proteção social" que compõe o Terceiro Setor.

década de 1980. Com efeito, a reforma⁵ do Estado - resultado de uma correlação de forças entre movimentos populares e grupos conservadores - consagrada na Constituição de 1988, reconhecendo, entre limites e possibilidades, direitos sociais e a (re)democratização da esfera estatal e pública, deu lugar, segundo Behring (2008), a uma contrarreforma na direção regressiva das conquistas recém inscritas na Constituição. Desde então, o neoliberalismo à brasileira intensificou políticas assistencialistas e compensatórias, na sua maioria destinada, ora à manutenção do *status quo*, ora ao alívio parcial da pobreza, sem representar efetivamente uma mudança social.

É preciso ressaltar que o projeto neoliberal tem como objetivo prioritário criar as condições que permitam ao capital alçar a uma nova etapa de expansão, um novo ciclo de desenvolvimento, a fase de financeirização⁶, ou seja, a expressiva concentração de capitais em poder de banqueiros. A condição política para isso localiza-se no enfraquecimento da classe trabalhadora e esfacelamento da identidade de classes. As políticas neoliberais são privatistas e se estabelecem no âmbito do individualismo. É por isso que o lema do neoliberalismo, a liberdade econômica, moral e política, é enaltecido, resultando na entronização do mercado, da competição e da fragmentação da classe trabalhadora. Para isso há que se eliminar qualquer componente de organização coletiva e de conquistas sociais (GUERRA, 2005).

Vale considerar que a década de 1990 foi marcada pelos esforços e lutas dos setores progressistas da sociedade em defesa da regulamentação de direitos sociais inscritos na Constituição de 1988. Como resultados, destacam-se os direitos da criança e do adolescente, da seguridade social, da saúde, da assistência social, da educação e da previdência social, com

⁵ Para Carlos Nelson Coutinho, a palavra “reforma” foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo, para o autor, busca assim utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma”. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificatoriamente apresentadas como “reformas”, isto é, como algo progressista em face do “estatismo” que, tanto em sua versão comunista como naquela socialdemocrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão destes direitos e deste controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, é em grande medida bem sucedida (fonte: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/405-a-epoca-neoliberal-revolucao-passiva-ou-contrarreforma>. Acesso em 06 de dezembro de 2011

⁶ De acordo com Chesnais (1996, p. 239), "a esfera financeira representa o posto mais avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade." A dinâmica das finanças na fase de mundialização é tamanha, a ponto de o capital financeiro vir demonstrando uma capacidade intrínseca de delinear um movimento próprio de valorização – em relação à produção - de forma autônoma e com características muito específicas, como em nenhum outro estágio de desenvolvimento do capitalismo. Observa-se uma firme predileção em investimentos fictícios em detrimento da economia real, o que deixa os mercados sempre a beira do colapso.

amplas discussões e pactuações entre diversos agentes que, organizados, representavam os segmentos sociais envolvidos. Ao mesmo tempo, foi uma década marcada pelo conflito entre a expectativa de implementação de políticas públicas que viessem concretizar tais direitos.

No Brasil, durante a década de 1980, além da crise fiscal do Estado⁷, registravam-se índices altíssimos de desemprego e um agravado quadro de exclusão social que tornavam ainda mais difícil a situação dos trabalhadores, fossem eles jovens ou adultos. Esse último, por sua vez, promoveu a ampliação dos obstáculos de inserção dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho, aprofundando ainda mais a grave crise social que perpassa o universo desse segmento de classe. Da mesma forma, o desemprego entre os jovens amplia o individualismo e a frustração, causa desesperança quanto ao futuro e desânimo em relação às dificuldades enfrentadas. A exclusão de uma ocupação no mercado de trabalho pode fazer os jovens utilizarem suas energias em atividades prejudiciais à sociedade e a sua vida em primeiro lugar, tais como o uso de drogas, a prática de ações violentas e criminosas, e até mesmo na geração de movimentos neonazistas. Essas energias poderiam ser utilizadas em práticas reivindicativas para a melhoria de suas condições de vida e trabalho e em atividades que tornariam a vida em sociedade melhor, como no exercício da cidadania e da solidariedade.

Ante tal constatação, podemos afirmar que no Brasil, sobretudo nas últimas décadas do século XX e início do século XXI - período que coincide com uma maior aplicação de medidas de atenção aos jovens das classes populares, - ocorreu uma precária incorporação dos jovens ao mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Ressaltamos, também, que o fenômeno do desemprego, sobretudo entre os jovens das classes populares, é sentido, também, em todas as partes do mundo, guardado as especificidades de cada Nação. Porém, é preciso reconhecer que, seus efeitos são mais perversos sobre a população jovem dos países pobre ou em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, motivados pela precária rede de proteção social e do histórico abandono do Poder Público em relação a esses sujeitos. De fato, a classe trabalhadora jovem enfrenta atualmente barreiras, quase intransponíveis, para ingressar e se manter no mercado de trabalho. Na maioria das vezes precisam se contentar com tipos de

⁷ A crise fiscal brasileira da década de 1980 é o resultado do grande endividamento externo, somado ao intenso processo inflacionário que levou o Estado ao imobilismo econômico. A crise fiscal pode ser entendida, também, quando o Estado perde em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo em que se vê a capacidade de gerar poupança forçada, começa a diminuir e até sumir, ou seja, em consequência, o Estado dramaticamente diminui sua intervenção e se imobiliza. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim7/Versao_Integral_7.pdf. Acesso em 26 de fevereiro de 2012.

ocupações precárias, baixíssimos salários, um quadro permanente de desemprego, entre outras situações.

Com o intuito de tentar minimizar o desemprego juvenil e os efeitos nocivos desse quando sempre crescente de desemprego, foram criadas, sobretudo a partir do final da década de 1990, políticas públicas voltadas especificamente para esse segmento de classe, todavia, não como políticas públicas universais, mas como ações focalizadas e paliativas em forma de programas e projetos de caráter compensatórios bem distante da garantia e da efetivação dos novos direitos de juventude, que foram incorporados à “nova” Constituição Federal e ao ECA.

Vale ressaltar que a eficácia dessas políticas depende de uma política série de geração de emprego, fato não verificado no Brasil. Sem emprego, as tentativas de formação e qualificação trazidas por esse programas de nada servem. Reconhecemos, também, que no Brasil, as políticas adotadas até o governo Lula da Silva, período analisado nesse estudo, assumiram sobremaneira a falácia da empregabilidade e do empreendedorismo juvenil, políticas essas bem ao gosto das orientações impostas pelas agências financiadoras internacionais, notadamente o BM e o FMI.

A interferência dessas instituições financeiras, também, foi muito forte na década de 1990. A gestão de FHC pode ser considerada como um período de grande interferência dessas agências sobre as políticas públicas dirigidas aos jovens no País. Exemplo, são os vários programas e projetos sociais, voltados especificamente para a juventude trabalhadora, sobretudo aquela parcela, considerada em pior estágio de “vulnerabilidade social”. Referidas ações prometiam, em tese, elevar o nível de escolaridade desses sujeitos e ao mesmo tempo, por meio de cursos de qualificação profissional, ajudá-los a ingressar no mercado de trabalho.

É neste cenário que emerge nosso objeto de estudo, tendo como foco de estudo a proposta de escolarização e formação profissional operada no âmbito do programa *Projovem Trabalhador* - Juventude Cidadã. Assim como outros programas federais que foram realizados na gestão do governo Lula da Silva, a exemplo do Provem Urbano, Projovem Campo, entre outros, este assume como principal objetivo a educação e a formação profissional, como foco central de suas ações, e declara pelo menos inserir parte dos jovens no mercado de trabalho formal e/ou em outras formas de geração de renda. Reconhecemos que esse Programa, ao mesmo tempo em que propõe opções de escolarização para aqueles jovens que se encontram fora do sistema escolar, também conforma ética e politicamente amplo contingente de jovens à dinâmica do capital.

Metodologicamente, na perspectiva do materialismo histórico dialético⁸, a pesquisa é de natureza qualitativa e optamos por analisar o fenômeno sob a óptica de suas contradições. Nestes termos, elaboramos algumas conclusões/indagações/hipóteses, baseadas em fontes bibliográficas das áreas de Sociologia do Trabalho, Trabalho e Educação e Políticas Públicas para a Juventude e uma pesquisa documental a partir de fontes primárias tais como: documentos oficiais (editais, termo de parcerias de criação de programas, entre outros), sites, material de propagação, registros da prática educativa do Programa, pesquisas e estudos acadêmicos, dentre outros.

Partimos de uma compreensão mais ampla acerca dessa problemática para melhor entendê-la no contexto local. Sabemos que as políticas do tipo focalizadas, a exemplo do Projovem Trabalhador, nascem no bojo dos ideais neoliberais e se proliferam pelo mundo como alternativas ao novo contexto da reestruturação capitalista, bem ao gosto das elites econômicas e políticas do País e em perfeita sintonia com as diretrizes dos organismos financeiros internacionais, responsáveis por difundir e assegurar na região Sul-americana, o projeto burguês capitalista (DELUIZ, 2010).

Para realização deste trabalho analisamos, ainda, a proposta de escolarização do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – O *Projovem* Integrado, como singular, recorte para a submodalidade Projovem Trabalhador, observando sua carga horária, a problemática do financiamento e a promessa de inserção de pelo menos 30% dos jovens cursistas no mercado de trabalho. No último item, analisaremos a experiência do Programa Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã na contextura nacional, com singular recorte para a realidade do mesmo no estado do Ceará.

Assim como os demais programas voltados para o atendimento aos jovens das classes populares, o *Projovem Trabalhador* - Juventude Cidadã, foi pensado especificamente para

⁸. O princípio da contradição, presente no método do materialismo histórico de Marx, indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Neste caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada. Aqui, percebe-se que a lógica dialética do Método não descarta a lógica formal, mas lança mão dela como instrumento de construção e reflexão para a elaboração do pensamento pleno, concreto. Desta forma, a lógica formal é um momento da lógica dialética; o importante é usá-la sem esgotar *nela e por ela* a interpretação da realidade. Para maiores esclarecimentos, convidamos o leitor a ler *O Capital* ou, para aqueles que apenas desejam alguns esclarecimentos, um estudo de Marília Freitas de Campos Pires, intitulado, intitulado o *Materialismo-histórico-dialético e a educação*, que se encontra acessível em: http://www.formacao.org.br/docs/artigo_materialismo.pdf. acessado em 12 de março de 2012.

atender os jovens desse segmento de classe, fortemente apenados pela adoção das políticas neoliberais e dos efeitos da contrarreforma do Estado, operada desde a década de 1990. Trata-se de uma das quatro modalidades que compõe na atualidade o Programa Nacional de Inclusão, Educação e Qualificação Social - *Projovem Integrado*. Conforme será explicitado melhor no último capítulo deste trabalho, ele foi estruturado para ser o carro-chefe das ações de juventude do Governo federal, devendo condensar sob uma única coordenação, todas as ações de juventude que estavam em curso no Brasil naquele momento.

Considerando todos os comentários até aqui expendidos, indagamos: como o Programa Projovem Trabalhador traduz as especificidades das Políticas Públicas de Juventude do Governo Lula e as prioridades estatais desta gestão no que concerne à formação da classe trabalhadora? Apesar do seu caráter recente (que torna limitada a análise de muitos estudos), o grande interesse por essa temática, seja da academia ou de fora dela, sobretudo nos últimos anos, demonstra quão significativo foi esse programa para o governo Lula, sobretudo para os jovens das classes populares, constituindo, por exemplo, bandeira de campanha e possibilidade estatística favorecendo sua reeleição.

Além dos documentos oficiais, que na maioria das vezes ressaltam os resultados positivos desse Programa, destacamos, também, outros estudos, como, por exemplo, Deluiz (2010), que faz uma análise da implementação da modalidade Projovem Trabalhador no Estado do Rio de Janeiro, onde procura esclarecer, à luz da teoria crítica, os avanços e as continuidades no campo das políticas governamentais, tendo como contexto as diretrizes⁹ dos “organismos financeiros internacionais¹⁰” para as políticas de juventude no País. Segundo essa autora, o *Projovem Trabalhador* conserva características dos programas de qualificação

⁹ Os gestores executivos do Banco Mundial afirmaram as seguintes medidas, encaminhando-as aos governos nacionais que estavam com dificuldades econômicas de pagamento da dívida externa: ampliar a abertura comercial, aplicar o plano de estabilização monetária, controlar o déficit público, reduzir a presença do Estado na oferta dos serviços públicos, favorecer a liberdade para circulação de capitais externos, reformar o Estado, ampliar a liberdade para as atividades comerciais e de mercado, implementar políticas de privatização de empresas estatais, eliminar as barreiras impostas ao fluxo de capitais estrangeiros e estimular o desenvolvimento de empreendimentos privados nacionais e internacionais. Para maiores esclarecimentos sobre esse assunto, convidamos o leitor (a) a conhecer Silva (2005, pp. 255-264).

¹⁰ Ao final da 2ª Guerra Mundial (1944), na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, em Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos da América, foram criadas duas instituições financeiras internacionais: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Juntas tornaram-se as guardiãs dos interesses do capital e com capacidade para induzir políticas econômicas e o destino de continentes e países em todo apenas sete – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Japão. No que se refere à força política, os Estados Unidos possuem 17% dos votos, e o poder de veto, e, juntamente com os sete países mais ricos, perfazem um total de 45% de votos. Já o Fundo Monetário Internacional agrega 183 países membros dos quais 177 juntos representam pouca força política nas tomadas de decisões e agem subordinados ao grupo de países mais poderosos. Seus pareceres são decisivos para os credores e atuam como termômetro da economia e da política dos países. (SILVA, 2005, p. 257-258).

profissionais anteriores, avançando somente nos aspectos da integração das políticas e no controle da verba pública. Outros estudos, a exemplo de Duarte (2009) e de Pires (2011), nos ajudarão a entender as contradições em relação ao discurso oficial e às práticas de escolarização, presentes na modalidade urbana, especificamente na cidade de Fortaleza - CE.

O interesse pela temática em tela surgiu durante os anos em que exercemos a função de professor/facilitador em alguns dos cursos promovidos por esse Programa nas localidades de Mundaú e Flecheiras, ambas no Município de Trairí, noroeste do Estado do Ceará. Em decorrência das nossas vivências em sala de aula, mas, sobretudo, nos momentos de trocas e discussões com os jovens cursistas, percebemos o quanto a proposta de escolarização do Projovem Trabalhador era merecedora de uma análise. Assim, na proporção em que o tempo passava, fomos percebendo uma série de incongruências que nos instigaram a realizar este estudo. Dentre as nossas principais indagações, destacam-se:

- como os processos de transformação política e econômica orquestrados pela crise do capital entre os séculos XX e XXI se manifestam no mundo do trabalho e na formação dos trabalhadores?
- De que forma se desenvolveram os processos de (des)continuidade nos reordenamentos políticos relativos à educação dos trabalhadores operados pelo governo Lula em relação ao governo de FHC, com base na análise das políticas de juventude no Brasil (1990) e da institucionalização da Política Nacional de Juventude (2005)?
- Em que medida o Programa *Projovem Trabalhador* consegue concretizar sua proposta política de formação/qualificação profissional dos jovens trabalhadores?
- Em que condições os jovens que aderem ao Programa *Projovem Trabalhador* conseguem se inserir no mercado de trabalho?

Para tentar responder a tais questionamentos, investigamos a proposta de escolarização e formação profissional do Programa *Projovem Trabalhador*, identificando as concepções que orientam a qualificação profissional do referido Programa a fim de perceber seus limites e possibilidades para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Para isso, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

O objetivo deste trabalho é identificar as concepções que orientam a qualificação profissional do referido Programa a fim de perceber seus limites e possibilidades para a inserção dos jovens no mercado de trabalho

- compreender os processos de transformação política e econômica orquestrados pela crise do capital entre os séculos XX e XXI e seus reflexos no mundo do trabalho e na formação dos trabalhadores.
- Refletir sobre a (des)continuidade nos reordenamentos políticos relativos à educação dos trabalhadores operados pelo governo Lula em relação ao governo de FHC, a com amparo na análise das políticas de juventude no Brasil (1990) e da institucionalização da Política Nacional de Juventude (2005).
- Verificar em que medida o Programa Projovem Trabalhador materializa a proposta política de formação/qualificação profissional de qualidade e em quais condições os jovens que aderem a esse Programa conseguem adentrar o mercado de trabalho.

O estudo procura dialogar com as contradições presentes nas políticas de juventude e as possibilidades de efetivação das mesmas no País, num contexto em que se acirram as tensões entre projetos societários de interesses antagônicos. De um lado, um projeto que embasa a recente política de juventude, e que carrega a noção de Estado de Direito, atuando como regulador das relações sociais, numa perspectiva democrática, conforme inscrito na Constituição de 1988. De outra parte, o Estado Neoliberal, que tem como função primordial garantir os direitos individuais, sem interferir na vida pública e, sobretudo, na dimensão econômica da sociedade. Referida análise, portanto, busca compreender as relações entre Estado e Sociedade e situa o debate sobre as políticas públicas, notadamente no cenário das duas últimas décadas, tendo como centralidade a Constituição Federal de 1988 e as implicações das transformações societárias para a constituição do Estado de Direito pós-1990 no contexto da juventude.

Para Sposito (2003), tais programas foram executados, sobretudo sob a forma de transferências de recursos ao executivo municipal ou estadual, ONGs, sobretudo por meio de financiamento público fundações empresariais beneficiados por meio das novas práticas governamentais, materializadas em parcerias entre os governos e a iniciativa privada, o que implica a transferência de recursos públicos para esses segmentos, em detrimento da escola pública historicamente marcada por uma trajetória de abandono por parte do Poder Público.

É preciso ressaltar que tais ações auferiram destaque com a confirmação dos dados estatísticos sobre a juventude nacional da década de 1990, os quais demandavam ações urgentes por parte do Estado. Dados do IBGE (2002), por exemplo, destacam que a violência daquela década era um dos fatores principais que causavam morte prematura da população

jovem masculina do País. Para a faixa etária de 15 a 24 anos, 70% das mortes ocorreram entre jovens do sexo masculino. Outros problemas também colaboraram para a adoção de medidas federais, como a violência urbana, o desemprego entre os jovens, o analfabetismo, a drogadição, entre outros.

O desemprego e a precariedade advinda das novas relações de trabalho apresentam-se como os principais problemas que afetam a vida desses jovens. Com relação às oportunidades de inserção do jovem no mercado de trabalho, há, na divisão do trabalho, uma reprodução do tipo de ocupação direcionada a essa parcela da juventude. São ocupações que afetam, expressivamente, os que possuem pouca escolaridade, baixa qualificação, em razão das “vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho”. (POCHMANN, 2004, p. 231).

Embora o Brasil seja a sexta maior economia do Mundo, uma de suas principais características é a desigualdade social, evidenciada por meio da enorme concentração de renda e níveis de bem-estar social bem abaixo, inclusive de países da América Latina. Com efeito, os jovens representam grande contingente populacional, expostos aos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, de mortes por homicídio, de envolvimento com drogas e com violência de forma geral, tanto na condição de vítimas como de agressores e sem acesso às redes de proteção. Tais situações afetam de modo mais direto os jovens das classes populares. (IBASE e POLIS, 2005).

Quando se analisam outros aspectos relacionados aos jovens, como, por exemplo, a questão étnica, os contrastes ficam ainda mais acentuados. Segundo o relatório *Juventude afrodescendente na América Latina: realidades diversas e direitos (des)cumpridos*, lançado recentemente por ocasião do Encontro Ibero-americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes: Afro XXI (2011), a juventude afrodescendente é um dos grupos mais afetados pelos processos estruturais de exclusão, desigualdade e pobreza no Brasil, notadamente nas últimas décadas. Na perspectiva desse estudo, os jovens afrodescendentes vivem uma "exclusão tripla": étnica, por serem afrodescendentes; de classe, por serem pobres; e de geração, por conta da idade.¹¹

Os jovens das classes populares na faixa etária de 15 a 29 anos são aqueles que se encontram mais expostos ao risco de mortalidade. Estudos indicam que, em torno de 30% das pessoas que têm AIDS, contam entre 15 e 29 anos. A população de 18 a 24 anos é a que

¹¹ Para maiores esclarecimentos convidamos o leitor(a) a conhecer mais detalhes em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/informe_afro.pdf. acesso em 20 de novembro de 2011).

contém o maior número de viciados em álcool. Quando o assunto é a questão educacional, evidencia-se a existência de um elevado índice de jovens atrasados no ano escolar, situação reforçada pelos índices de evasão escolar que também são altos (IPEA, 2008b). Segundo dados do IBGE, existem 204,8 mil adolescentes com 14 anos fora da escola no Brasil. É preciso considerar, também, que o número de analfabetos da população jovem é alto e isto se agrava na medida em que a faixa etária é mais elevada.

A educação, em especial a escolar, é percebida como passaporte para um futuro melhor para os jovens das classes populares. Acredita-se que, por meio da educação, esse sujeitos ainda possam vislumbrar possibilidades de qualificação, inserção profissional e mobilidade social (IBASE e POLIS, 2005). Ainda com base nesse estudo, a situação educacional desses sujeitos continua ser um grande desafio, visto que apenas 47% dos jovens responderam que estudavam, contra 53% que abandonaram os estudos. Desse total, 24,3% não possuíam o ensino fundamental completo; 33,2% concluíram o ensino médio; 86,2% estavam estudando ou haviam estudado em escolas públicas; 27% não estudavam e não trabalhavam. A escola ainda representa algo valioso em suas vidas.

Não obstante os dados relativamente positivos, os jovens pesquisados não deixaram de denunciar os graves problemas que atinge também a escola pública brasileira. Dentre os principais problemas apontados, destacam-se as precárias condições de trabalho, afetada pelas péssimas condições físicas e estruturais, pelos baixos salários dos professores, aulas desestimulantes, violência em torno da escola e falta de professores. Para a maioria dos jovens pesquisados, a trajetória de vida escolar na instituição pública não oferece o suficiente acesso a espaços para diálogos, encontros ou debates, nos quais possam manifestar seus pontos de vista, ouvir os dos outros e trocar opiniões sobre assuntos que lhes interessam.

Para tentar equacionar essas questões, desde a década de 1990, o Governo federal aplicou uma série de ações voltadas especificadamente para os jovens das classes populares. São ações em forma de projetos e programas federais que articulam estratégias de elevação de escolaridade básica com educação profissional, cujo objetivo declarado é a inserção dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho. Sendo assim, a educação profissional, ou seja, os modelos de escolarização e qualificação profissional, propostos por meio desses programas, assumem, então, papel relevante nas ações estatais (SPÓSITO & CARRANO, 2003).

É preciso considerar que determinados programas educacionais, notadamente no campo da formação dos trabalhadores, são acompanhados de uma sistemática e massiva

propaganda de inclusão social, mas que na prática funcionam como mecanismos ideológicos de controle social, voltados para os interesses do capital. Em tal perspectiva, elaboram-se projetos empurrados como espécie de solução educacional para os mais empobrecidos da sociedade, conseguindo assim ocultar os verdadeiros problemas relacionados ao desemprego no País.

Nesses programas, termos como “oportunidades” e “conhecimentos” tornam-se suportes que garantirão mais empatia do público que necessita desses serviços, tornando-se, ao mesmo tempo, discursos que seduzem e provocam nos jovens desse segmento de classe o interesse em solucionar questões de escolaridade produzidas pela pressão do mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo em que seduz, corrompe e mascara suas reais intenções (SANTOS e CAVALCANTE, 2011)

Embora tenha havido, com início nos anos de 1990, certa preocupação do Poder Público em formular e desenvolver políticas/ações voltadas, notadamente para o segmento jovem da população mais empobrecida, foi somente na gestão de Lula da Silva, em 2005, que se institui, pela primeira vez no País, uma política pública governamental, voltada especificamente para esse segmento. Estamos nos referindo à Política Nacional de Juventude – PNJ. Nestes termos é que problematizamos os limites e possibilidades do Projovem Trabalhador no Ceará, no intuito de compreender avanços e retrocessos, rupturas e continuidades, próprias das contradições internas do capitalismo.

Assim, a estrutura desta dissertação está organizada em três capítulos, além desta introdução, nos quais são apresentados os achados da pesquisa, a reflexão sobre essas evidências e postas às considerações finais. O primeiro capítulo tratará da dinâmica capitalista do final do século XX, apresentando suas transformações mais gerais, que consubstanciaram um padrão de acumulação global predominantemente financeiro, completamente diferenciado de outros momentos históricos do sistema capitalista. Será destacado que o triunfo dos mercados nesta atual configuração do capitalismo é patente, e responsável não só pela desestruturação por que passa o mundo do trabalho, mas também pela redefinição dos Estados nacionais no bojo de um novo modelo de desenvolvimento. Nesse ponto, faremos uma breve análise da reforma do Estado brasileiro, discutindo as transformações estruturais por que passa a economia e a Nação desde início dos anos de 1990, no contexto de integração do País à nova ordem mundial e seus efeitos sobre o mercado de trabalho e sobre a realidade dos trabalhadores brasileiros.

O segundo capítulo, iniciará discutindo a trajetória das políticas públicas de juventude no Brasil e a sua relação com as diretrizes e orientações dos organismos financeiros internacionais, sobretudo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI, que, a partir da década de 1990, passaram a influenciar decisivamente as ações do Governo brasileiro, sobretudo no âmbito dos programas assistenciais para a juventude trabalhadora. Pretende-se argumentar que as ações de juventude implementadas, a partir da gestão de FHC e, também, durante o governo Lula da Silva, não foram capazes de resolver os graves problemas que afetam a juventude das classes populares, nem foram capazes de acabar com a histórica dualidade educacional, presente desde muito tempo no País. Em seguida, faremos uma breve análise do governo Lula da Silva, destacando seus avanços em relação o governo antecessor, mas ressaltando sua continuidade com o projeto em curso.

O terceiro capítulo faz uma análise da Política Nacional de Juventude, lançada em 2005, no início do governo Lula da Silva, com recorte para a submodalidade Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, esse último como um dos programas carros-chefes da PNJ daquele Governo e a sua estreita relação com as ações de juventude do governo anterior. Por fim, conclui-se que a proposta de formação e qualificação profissional, presente nos cursos de formação promovidos por esse Programa, não só não garante uma formação de qualidade, conforme determina os pressupostos do Projovem, como também não é um fator determinante para ajudar os jovens cursistas a se inserirem no mercado de trabalho.

Nas considerações provisórias, reafirmamos que as políticas de juventude, seja na gestão de FHC ou no âmbito da Política Nacional de Juventude do governo Lula, se adéquam, aos interesses mercadológicos da nova etapa da reestruturação capitalista mundial e atende, plenamente, as determinações impostas pelos organismos financeiros internacionais, que sugerem esses modelos de políticas como forma de alívio à pobreza e não como uma verdadeira preocupação com uma educação emancipatória para esse segmento de classe, pelo contrário. Não obstante a promulgação de alguns documentos, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a própria Constituição Federal de 1988, que passaram a reconhecer crianças e os jovens como sujeitos de direitos, constatamos que ainda é grande o fosso que separa a lei e a sua concretização. Nesse sentido, fazer a lei sair do papel para se tornar, efetivamente um benefício para esses sujeitos é tarefa primordial de todos aqueles que lutam por justiça e por igualdade para todos os brasileiros.

2 A CRISE DO CAPITAL E A CONTRARREFORMA DO ESTADO: SITUAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho...
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata...

(Gonzaguinha)

As novas formas de organização do trabalho, estabelecidas, a partir da década de 1990, ou seja, a partir do processo de reestruturação produtiva e do contexto da política neoliberal, além de impor uma produção mundializada, dá lugar a novas formas de trabalho que são marcadas pelo interesse exclusivo econômico em defesa de um mercado controlado pelas grandes conglomerações de empresas multinacionais. Referido processo de reestruturação capitalista tem colocado regiões inteiras do planeta numa situação em que predomina de um lado o aprofundamento da pobreza e de outras questões sociais - frutos das políticas neoliberais e por outro, o desemprego crescente, acompanhado de constantes e sistemáticos ataques aos direitos sociais e trabalhistas. Reajustes e reformas foram operados com vistas à criação das condições necessárias para a manutenção do sistema do capital, entre elas, um amplo processo educativo/formativo para a nova sociabilidade capitalista.

2.1 . A Crise do capital e o reordenamento político sob a óptica neoliberal

A partir dos anos de 1970 uma nova forma de produção mina o sistema de produção fordista/taylorista, a acumulação flexível. Na sua gênese inaugura novos setores de produção, possibilitando novas formas tecnológicas que, cada vez mais, passam a fazer parte do cotidiano das empresas, predominantes na acumulação do capital.

Após um longo período de grande desenvolvimento econômico vivido, sobretudo, pelos países ricos, considerada “*A Era de Ouro*”, o sistema capitalista começou a apresentar sinais de crise. Nas palavras do historiador britânico, Hobsbawn (1995, p.15), os anos que se

seguiram desde o final de Segunda Guerra Mundial até os anos de 1970 foram anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Entretanto, essa fase virtuosa do capitalismo chega ao fim em meados dos anos de 1960, evidenciando as contradições nascidas nesse mesmo período. Segundo esse autor, ainda no final da década de 1960, a liderança industrial e tecnológica dos Estados Unidos começou a ser confrontada pela ascensão da indústria japonesa e alemã. Esses parceiros/competidores consolidaram sistemas industriais e empresariais modernos e permeáveis a mudanças tecnológicas e organizacionais

Essas regiões de capitalismo avançado entraram, também, numa fase virtuosa de modernização, promovendo grande competição internacional, visto que seus parques industriais passaram a produzir e ofertar produtos de qualidade, com preços mais competitivos do que aqueles produzidos nos Estados Unidos, o que terminou pressionando a demanda em nível mundial. Chesnais (1998b, p. 25), esses acontecimentos representaram “o fim da longa fase de acumulação ininterrupta dos ‘trinta anos gloriosos’, o momento em que amadurecem as contradições nascidas durante essa fase”. A partir daí as bases do modelo Keynesiano – Fordista foram severamente questionadas e colocadas em dúvida.

Ferretti (1998) caracteriza o Fordismo, também, como um modelo que foi estruturado em uma base produtiva com tecnologia rígida e produção em larga escala. Segundo esse autor, o equilíbrio de tal modelo está centrado na estrutura e funções do Estado do Bem Estar Social, que participa da reprodução do capital e da força de trabalho, ocupando um lugar central. A estratégia econômica para superar tal modelo de desenvolvimento, culpabilizado, inclusive, pelo advento da crise, constituiu-se na produção de uma nova base produtiva sustentada em novas formas de organização do trabalho e novas tecnologias, as quais exigem, cada vez mais, novas qualificações para os trabalhadores, frente à nova fase de mundialização do mercado e na intensificação da hegemonia do capital financeiro. Ainda segundo esse autor, a nova ordem emergente, a “Acumulação Flexível”, tem que conviver com os traços fordistas, conjugando elementos do velho e do novo. Estão presentes, neste contexto, os organismos multilaterais (entre eles o Banco Mundial) que atuam na sedimentação da nova ordem mundial, interferindo na organização dos Estados Nacionais.

Conforme nos ensina Harvey (1992, p. 135),

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do Fordismo e do Keynesianismo de conter as

contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”).

Mas antes de caracterizarmos o novo contexto da acumulação flexível, gostaríamos de nos deter sobre as características da crise que acompanha a decadência do Fordismo. Como sabemos, desde a década de 1970, particularmente, o mundo vivencia uma crise de grandes proporções, descrita por Mészáros (2002), como uma crise de ordem estrutural, ou seja, é uma crise completamente diferenciada das crises cíclicas vividas pelo sistema capitalista até então. Ainda segundo esse autor, a crise estrutural do capital, se distingue por quatro aspectos que a diferencia das outras crises vividas por esse sistema no passado. Para ele, a crise estrutural do capital possui um caráter universal que não se restringe a uma esfera particular; seu “alcance é verdadeiramente global” sendo que atinge todos os países; sua escala de tempo é “extensa, contínua”, ou melhor, é “permanente” em contraposição a uma crise cíclica, situada num determinado período; seu “modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante” (Id., p. 795).

Ainda de acordo com os estudos desse autor, a crise em tela se aprofunda cada vez mais e tem em seu bojo critérios que se baseiam principalmente em afetar a *totalidade* “de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (ID, p. 797). Aí reside a diferença da crise estrutural à cíclica tendo em vista que esta só atinge algumas partes do complexo social e àquela altera substantivamente a totalidade do sistema do capital. Nesses moldes, a crise estrutural tem a possibilidade de “pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global”, daí a sua severidade em relação às partes do complexo que são atingidas pela crise.

Pelas novas características que passaram a compor a nova crise, pode-se aferir que se trata de uma crise particularmente nociva, sobretudo, para as populações das regiões mais pobres do mundo. Antunes (2009, p. 34) acrescenta que a crise capitalista atual tem dimensões tão avassaladoras que, já no seu início, depois de desestruturar grande parte dos países periféricos e dizimar os países *pós-capitalistas* do Leste Europeu, “ela afetou também o centro hegemônico do sistema global de produção do capital”, como jamais fora observada em qualquer contexto histórico. Para que se vislumbre sua força e complexidade, até mesmo

os EUA que, de certa forma, comandava esse sistema, perderam a batalha da competitividade tecnológica para o Japão.

Como é da própria natureza do sistema capitalista, porém, e, ainda mais intensamente quando exposto a períodos de turbulências, esse sistema busca sempre novas formas para recuperar as taxas de lucratividade e estabelecer um novo padrão de equilíbrio no mundo. Com a crise dos anos de 1970 não poderia ser de outra maneira.

De fato, desde aquele período, a burguesia capitalista iniciou amplos procedimentos de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais marcantes podem ser evidenciados, basicamente, por meio de duas frentes de ação: a reestruturação da produção e do trabalho e o advento do neoliberalismo como modelo de Estado em substituição ao antigo modelo de Estado Keynesiano ou Estado de Bem-Estar-Social, incompatível com as novas demandas da reestruturação capitalista mundial (BEHERING, 2008).

Para essa autora, a ofensiva burguesa dos anos de 1980 e 1990 até os dias de hoje, tendo em vista a recuperação e manutenção das taxas de lucro, se deu em três direções centrais, com inúmeros desdobramentos: a reestruturação produtiva e a recomposição da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva como sua condição *sine qua non*, com mudanças nas condições gerais da luta de classes; a mundialização do capital, que implica alterações das estratégias empresariais de busca de superlucros e na financeirização do capital; e na contrarreforma neoliberal, que atingiu os Estados nacionais, tensionados pela dinâmica internacional e pela crise do pacto social dos anos de crescimento, estes últimos, marcados pela extensão dos direitos e políticas sociais e pelo compromisso com o “pleno emprego” fordista-keynesiano.

Para colocar em prática tais estratégias, afirmava-se ser necessário rever o papel do Estado Keynesiano e aplicar um amplo programa de “reformas”, começando pela privatização do Estado, seguida pela desregulamentação dos direitos trabalhistas e, por fim, a desmontagem do setor produtivo estatal, garantindo assim os interesses expansionistas do capital mundializado. Assim, desde a década de 1980, a temática relacionada com a “reforma” do Estado começa a ter uma dimensão importantíssima na agenda política internacional. De certa forma, a reformulação do aparelho estatal se tornou uma questão praticamente universal, como resposta à crise estrutural do capital, que paralisou econômico-politicamente os países capitalistas centrais nos últimos decênios do século XX. De tal sorte, é possível garantir que,

desde os anos de 1980, então, o Estado capitalista se transforma num Estado máximo para o capital e mínimo para os direitos dos cidadãos. Isso resta mais evidente no trato relacionado com as políticas sociais, cuja orientação está voltada para a pragmática neoliberal.

Na perspectiva neoliberal, as políticas sociais universais são substituídas por políticas contingenciais, focalizadas nos segmentos mais empobrecidos das classes populares, caracterizados pelo estigma dos serviços de baixa qualidade e de transferência de renda, sem propor nenhuma alternativa efetiva de mudança de paradigma, servindo, quando muito, para amenizar ou aliviar a pobreza. Vale ressaltar que o Estado neoliberal tem como função essencial garantir os direitos individuais, sem interferir nas dimensões da vida pública e, sobretudo, na dimensão econômica da sociedade, frontalmente contrário aos pilares que sustentavam o Estado de Bem-Estar Social.

Para os apologistas do capital, a crise de 1970 tem origem no Estado Keynesiano (Estado de Bem-Estar Social), em razão dos gastos excessivos com políticas sociais e, pela intensiva presença dos sindicatos que passaram a exercer grande poder junto aos governos da época, pressionando por melhores salários e condições de trabalho. Com base nessa prerrogativa, os ideólogos do capital disseminaram por toda parte um discurso um tanto quanto falacioso e mistificador, no qual somente por meio de uma profunda “reforma” do Estado poderia resolver os problemas decorrentes da referida crise, criando dessa maneira as condições ideais para a retomada das taxas de lucros, pelo menos nos níveis anteriores.

Os efeitos da nova ofensiva capitalista se fazem sentir de modo preponderante sobre o conjunto da classe trabalhadora e suas organizações representativas que, desde então, passaram a conviver e se adaptar com altos índices de desemprego, exploração da força de trabalho, rebaixamento de salários e o advento da terceirização¹² dos serviços, esse último responsável, em grande medida, pelo agravado quadro de instabilidade laboral que influencia negativamente essas organizações, forçando-as a assumir uma posição apenas defensiva e não mais combativa como ocorrera no passado recente. “Por não conseguir superar essas limitações, apesar de sua radicalidade, a ação dos trabalhadores enfraqueceu-se e refletiu, não

¹² A terceirização é uma das inovações organizacionais mais importantes do capital nas últimas décadas, significando, a fragmentação de coletivos de trabalho, visando à racionalização organizacional, tendo em vista as novas condições da concorrência capitalista num cenário de instabilidade da economia de mercado. Possui, deste modo, um significado lógico-funcional às novas condições da acumulação de valor e padrão da concorrência capitalista. A terceirização é movida, de imediato, pela redução de custos salariais das organizações capitalistas no sentido da adoção de estratégias meramente defensivas, tendo em vista a recomposição das margens de lucro; ou, no caso de repartições públicas que terceirizam serviços, pela racionalização da máquina estatal no contexto da redução de custos orçamentários em virtude da “crise fiscal do Estado”. (ALVES, 2011).

sendo capaz de se contrapor hegemonicamente à sociabilidade do capital”. (ANTUNES, 2009, p. 46).

O fenômeno da terceirização, como sabemos, emerge no âmbito do novo padrão de acumulação capitalista denominado de “acumulação flexível” sob o espírito do toyotismo¹³. É uma estratégia neoliberal utilizada para enfraquecer as lutas dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho e serve também para frear o poder de mobilização dessas organizações representativas (POCHMANN e BORGES, 2002). Dessa maneira, ao mesmo tempo em que atinge os sindicatos, tende a promover uma reordenação socioterritorial dos espaços de produção do capital, promovendo não apenas a precarização do trabalho no sentido da destruição de direitos trabalhistas, mas, sobretudo, “a precarização do trabalho no sentido de debilitamento da consciência de classe dos coletivos de trabalho, tendo em vista que desmonta os *locis* de memória pública e experiências pretéritas de luta de classes”. (ALVES, 2011, p. 410).

A dita “acumulação flexível” nasce como estratégia corporativa que buscava enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital, caracterizada pela crise de sobreacumulação, mundialização financeira e novo imperialismo. Ela constitui um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional que se acirra em meados da década de 1970, compondo uma nova base tecnológica, organizacional e sociometabólica para a exploração da força de trabalho assalariado no mundo. O que surge, hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva¹⁴, cujo “momento predominante” é o toyotismo, é mais um elemento compositivo do longo decurso de racionalização do trabalho vivo, que teve origem com o fordismo-taylorismo (Id., *ibid.*).

Referido modelo de acumulação é assentado em novas bases de internacionalização do capital, com características singulares que se contrapõem à rigidez do fordismo. Para Harvey (1992), o grande diferencial desse novo padrão de acumulação é a flexibilidade, manifestada em três aspectos fundamentais, a saber: sua base produtiva é altamente especializada e de

¹³ O toyotismo como ideologia da produção implica cada vez mais a totalidade social, porque ele exige uma forma mais desenvolvida de “captura” da subjetividade da força de trabalho e do trabalho vivo. A construção do “nexo psicofísico” sob o toyotismo assume uma tessitura mais complexa, buscando-se construir o novo consentimento à produção de mercadorias por meio da manipulação intensa da subjetividade (o que explica o alto grau de adoecimento de homens e mulheres que trabalham – adoecimento da mente e do corpo, como sintoma da intensa “captura” da subjetividade (ALVES, 2008).

¹⁴ Como nosso objetivo nesta seção é tratar das modificações do Estado no âmbito da reestruturação capitalista e no contexto da crise estrutural do capital, não abordaremos os aspectos referentes à reestruturação produtiva, tendo em razão da vasta literatura disponível sobre o tema e de fácil acesso. Dentre a literatura disponível, recomendamos Antunes (2009) e Alves (2007).

pequena escala, contrapondo-se à lógica da produção rígida e em série do fordismo; nos padrões de consumo que deixaram de ser relativamente estáveis e se tornaram descartáveis, superados sempre por novas tecnologias e, sobretudo, nas novas relações de trabalho, marcadas pela precariedade estabelecida nas novas formas de contratação de mão de obra, dentre as quais terceirização e trabalho temporário, em substituição ao emprego formal, estável e sindicalizado. Esta última, marcada pelo surgimento de setores produtivos completamente novos, novas ofertas de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Com base nesses autores, é possível asseverar que o sistema de acumulação flexível se fundamenta na ideia de que é preciso produzir o máximo com o mínimo de trabalhadores, justificando, com isso, a expropriação de direitos e a exploração máxima da força de trabalho, aliadas às novas tecnologias e técnicas gerenciais. Nesse estado marcado pela intensificação das novas bases tecnológicas, a empresa enxuta passa a ser um modelo que deve ser seguido, incondicionalmente, porque dela decorre a garantia desse novo processo de acumulação.

Esse conjunto de acontecimentos ocorrido no mundo teve, também, forte impacto nos países da América Latina, entre eles o Brasil. No caso brasileiro, essa tendência ocorreu ainda no governo Collor de Melo, com repercussões nem sempre desejadas na condução das nossas políticas sociais e, de modo particular, sobre aquelas dirigidas à juventude trabalhadora, as quais são fruto das desigualdades sociais decorrentes das escolhas políticas e do modelo de desenvolvimento adotado no País, o qual assegura a hegemonia de uma classe dominante sobre a maioria do povo brasileiro. Como bem esclarece Frigotto (2007, p. 06),

A transição inconclusa da década de 1980 e a adesão subordinada ao *Consenso de Washington* a partir do governo Collor, mas realizado sobretudo nos oito anos de governo Fernando H. Cardoso, aprofundaram o fosso de uma sociedade *que se ergueu pela desigualdade e se alimenta dela*.

Em consonância com as “tendências internacionais¹⁵”, a reforma do Estado brasileiro é conduzida sob o pretexto do ajuste fiscal, o que pressupõe a privatização de empresas

¹⁵ O receituário dos organismos financeiros internacionais deixa claro seu caráter de redução, alívio da pobreza, tendo como principal interesse o desenvolvimento, com reformas que se multiplicam desde o campo político, como criação de instituições políticas para dar sustento ao avanço às reformas econômicas, com flexibilização da economia, abertura de mercados, desestatização e alinhamento ao mercado financeiro mundial. Disponível em:

públicas e desvinculada da ideia de fortalecimento da proteção social. Ao contrário da maioria dos países latino-americanos, a adesão do País ao novo reordenamento do capital só ocorreu no final dos anos de 1980, durante a rápida gestão de Collor de Melo (1990-1992), mas perpassou toda a década, durante os governos de Itamar Franco (1992- 1994), FHC (1995 – 1998 e 1999 – 2002) e se arrasta até os dias atuais.

O governo de FHC mostrou-se um exímio adepto do projeto político-econômico capitaneado pelo grande capital financeiro internacional. Durante seus dois mandatos, foram postas em pauta os preceitos neoliberais que justificaram sua “reforma” do Estado brasileiro. A estratégia de “reformular” o Estado¹⁶ nacional só começou de fato no final da década de 1980, quando se estabelecem entre as elites nacionais o consenso necessário para implantar as diretrizes dos organismos internacionais, apresentadas no célebre documento denominado Consenso de Washington¹⁷. Referida peça é parte essencial de um conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

Na inteligência de Batista (1994), na prática, esse documento tinha como missão convencer e orientar as diversas lideranças políticas, especialmente dos países latino-americanos, no sentido de iniciarem as próprias “reformas” estruturais, mesmo que sua aplicabilidade estivesse sujeita ao maior ou menor grau de adesão desses países à pragmática neoliberal. Alerta para o fato de que, pelo interesse que essas novas propostas vinham promovendo, cabalmente, acabaria facilmente sendo absorvida por uma expressiva parcela

<http://www4.fct.unesp.br/ceget/IXJornada/Gabriel%20Rodrigues.pdf>. Acesso em 05.11.2011.

¹⁶ Ressaltamos que, diferentemente dos centros hegemônicos do capital, o Estado brasileiro não vivenciou o chamado Estado de Bem-Estar Social. As poucas conquistas sociais, materializadas na CF de 1988, decorrem das lutas históricas dos trabalhadores. Portanto, a justificativa para a “reforma” do Estado brasileiro não teria consistência no argumento apresentado. Na prática, o que prevalecia era a necessidade do capital em ampliar suas novas bases de dominação, não importando suas estratégias.

¹⁷ Realizado em 1989, foi um desdobramento da reunião de integrantes do governo dos EEUU e organismos financeiros (FMI, BM e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID). Teve como objetivo avaliar as “reformas” na América Latina e impor a adoção do ideário neoliberal em seus países como exigência para a concessão de cooperação financeira. Representando o Brasil, participou da reunião o economista Luiz Carlos Bresser Pereira, que na gestão de FHC foi a maior expressão intelectual da “reforma” no País. Para garantir tais manobras políticas, o Banco Mundial e o FMI, assumiram a tarefa de articular as “reformas” estruturais de maneira a viabilizar o projeto burguês no Brasil. Segundo Carcanholo (2010), o Consenso de Washington tinha como missão estabilizar a economia, combatendo a inflação, mantendo as contas públicas sanadas e a obtenção de um ambiente econômico pró-mercado, que incentivasse maior concorrência entre os capitais e a livre iniciativa para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, visto que significava situar essas nações nos trilhos da modernidade.

Desde aquele momento, as políticas neoliberais foram apresentadas como via única, pela qual as nações periféricas poderiam ingressar numa nova fase de progresso e modernidade, mas isso não ocorreu. Pelo contrário, os governos nacionais se tornaram reféns das exigências políticas e econômicas dos países de capitalismo central, fato que os tornou ainda mais vulneráveis e dependentes no contexto das decisões internacionais. As políticas idealizadas pelos organismos financeiros internacionais, por exemplo, serviram não a quem realmente precisava, mas beneficiaram apenas aos “homens de negócio” (FRIGOTTO, 2003) que as idealizam e controlam, e dos investidores e acionistas das empresas transnacionais, que continuam mantendo suas bases de produção de conhecimentos nos seus países de origem.

A expansão do capital financeiro em busca de mercados levou os donos do capital a instalar-se por toda parte, e, nessa saga desconsideraram a história, a identidade, a cultura e as necessidades da população local, mas geraram outras demandas. Os *homens de negócio* exigiram dos países tomadores de empréstimos a aplicação de um programa de ajuste estrutural único e secundarizaram os diferentes graus de desenvolvimento, os estágios industriais, as características regionais da economia, os recursos ambientais, as necessidades sócio-educacionais e as diferenças culturais, geográficas, étnicas e religiosas. (SILVA, 2005, p. 256).

É preciso reconhecer, no entanto, que o atraso do País em aceitar os “aconselhamentos” imperialistas não decorre simplesmente da negligência dos grupos econômicos nacionais, nem da falta de interesse das elites políticas brasileiras, - pelo contrário, esses a desejavam e lutavam para ver consolidadas no Brasil as bases do neoliberalismo – mas decorre da intensa atividade política desempenhada pela classe trabalhadora ressurgida após a abertura política e o fim gradual da ditadura militar. De fato, no final da década de 1980, o País viu ressurgir o “novo” sindicalismo brasileiro, com uma grande força de mobilização social, responsável por muitas conquistas que se tornaram direitos dos trabalhadores e foram posteriormente incorporados à Constituição Federal de 1988. Destaque para a criação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a formação do Partido dos Trabalhadores – PT, que exerceram intensa pressão para legitimar no Texto Constitucional os direitos dos trabalhadores (BOITO JR *et alli*, 1991).

Nos anos de 1980 e 1990, particularmente, os trabalhadores, por meio dos canais de participação há pouco citados, constituíram importante frente de resistência às imposições do capitalismo monopolista, todavia não foram capazes de impedir a adoção da estratégia neoliberal no País. Antes, praticamente, todo o movimento sindical, por meio de suas organizações representativas, situava-se numa posição de destaque na trincheira de resistência democrática, sobretudo por causa da sua enorme capacidade de mobilização das massas, mas, com o advento neoliberal e suas estratégias de cooptação e fragmentação da classe trabalhadora, esses movimentos foram desestruturados, e sem o poder de mobilização, os poucos que restaram permaneceram numa posição apenas defensiva, silenciados pelo medo de perder o próprio emprego e, em alguns casos, se venderam ao próprio ideário neoliberal (POCHMAN e BORGES, 2002).

Assim, em apenas dois anos, o governo Collor já havia posto em prática muitos dos “aconselhamentos” impostos pelos organismos financeiros internacionais, como por exemplo, a redução do Estado na economia e em gastos sociais, desregulamentação do mercado de trabalho, privatizações de algumas das nossas melhores empresas estatais, tudo isso combinado a uma cobiçada abertura comercial da indústria nacional, nos moldes defendidos pelo capital financeiro internacional. É possível afirmar que, mesmo com todas as limitações políticas que envolveram a rápida gestão de Collor, ele nos legou um brutal processo de privatização, amplas desregulamentações, uma intensa reestruturação, um vasto movimento de financeirização e um enorme e desmesurado ritmo de precarização social. Vale ressaltar que a soma dessas mazelas foi conseguida sem o apoio total das elites econômicas e políticas nacionais, que tinha por esse governo visíveis restrições, nem de parte considerável da sociedade civil, que, influenciada pelos *media*, passou a vê-lo como um inimigo do povo.

O alarmante enredo de situações ilícitas, corrupção, dentre tantos outros absurdos observados na gestão de Collor e do seu frágil partido, o Partido da Renovação Nacional – PRN, o empurraram para o isolamento político, sendo submetido ao processo que culminou com sua renúncia, dois anos após sua eleição, após ameaça real de *impeachment*. Afastado, Collor deixou o governo, caracterizado por excêntricas medidas políticas e pela marca mais incisiva do seu governo, qual seja, a corrupção. A falta de apoio político, somada a inúmeros escândalos e acusações de corrupção levaram ao seu afastamento da Presidência e à posse do seu vice, Itamar Franco Sua derrota, contudo, não significou a interrupção do projeto burguês de “reforma” do Estado, mas apenas conseguiu retardá-lo por algum tempo, demonstrando

com isso o firme propósito das elites nacionais em desmontar o aparato estatal do Estado desenvolvimentista criado na Era Vargas.

Itamar Franco assumiu a Presidência da República como um governo mais voltado para as políticas internas, mas, mesmo assim, assegurou a pauta das negociações com o FMI e a intensificação das “reformas” iniciadas no governo Collor. Em conformidade com a lógica neoliberal e em profunda subserviência aos “aconselhamentos” dos organismos financeiros internacionais, esse governo conseguiu, em pouquíssimo tempo, privatizar várias empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Embraer e algumas do Pólo Petroquímico, sinalizando que os interesses burgueses não foram abandonados por nenhum grupo político, mas apenas assumiram características singulares, próprias do contexto político daquele momento histórico.

Ainda no governo Itamar Franco, assumiu o Ministério das Relações Exteriores o então senador da república Fernando Henrique Cardoso - FHC num cargo que ele e seu partido almejavam, estrategicamente para chegar ao máximo poder. Nota-se um total envolvimento dessa pasta governamental com as instituições internacionais (FMI e Banco Mundial). Meses depois, torna-se Ministro da Fazenda e institui um plano econômico, juntamente com técnicos de sua equipe, denominado de Plano Real, que, dentre outras metas, anunciava frear a inflação e restabelecer a volta do crescimento da economia brasileira.

Em busca de condições políticas mais favoráveis à implementação do neoliberalismo no Brasil e levar adiante, de maneira sustentável, o programa de estabilização econômica dentro da matriz neoliberal, após breve interrupção decorrente do afastamento de Collor, é formado um amplo bloco de forças conservadoras em torno de FHC para concorrer às eleições de 1994, no contexto do sucesso e implantação do Plano Real, símbolo maior desta era neoliberal. Sua vitória consolidou o movimento que começou a delinear seus contornos ainda na primeira metade da década de 1980.

Como sabemos, FHC se elegeu com amplo apoio dos grupos financeiros, dos *media* nacionais, das massas populares, inclusive parte do movimento sindical, a exemplo da Força Sindical e a Socialdemocracia Social – SDS (POCHMANN e BORGES, 2002). O grande eleitor de FHC, porém, foi o Plano Real, que conseguiu baixar e manter a inflação em patamares aceitáveis, estabilizando a economia. Vale lembrar que a taxa inflacionária no Brasil de então chegava à cifra de 50%. Qualquer medida que apontasse na direção do fim da inflação seria cabalmente aceita e defendida por grande parte da população brasileira, que já não suportava mais aquela situação. E foi o que aconteceu.

Segundo Behring (2008, p. 155), o Plano Real promoveu, poucos meses antes da eleição, uma verdadeira chantagem eleitoral: “ou se votava no candidato do Plano ou estava em risco à estabilidade da moeda, promovendo-se a volta da inflação, a ciranda financeira e a escalada dos preços”. Como sabemos, o retorno à inflação (50%) ao mês, naquele período, era a coisa mais indesejada pela sociedade brasileira, que há décadas estava traumatizada pela onda desgovernada dos juros altos e de inflação galopante no País. Portanto, ficou fácil convencer a opinião pública a votar no candidato FHC. A estratégia foi um sucesso e de fato foi o grande trunfo que levou FHC à Presidência do Brasil em 1994.

Eleito presidente, FHC deu início ao seu projeto contrarreformista do Estado em profunda subserviência às orientações das agências multilaterais, sobretudo o BM e FMI, responsáveis por garantir na região sul-americana o projeto expansionista do capital de base neoliberal. A disposição desse governo em atender aos reclamos desses organismos financeiros, bem como aqueles das elites econômicas e políticas nacionais, pode ser constatada no desmantelamento do Estado e seus mecanismos de atenção no campo social e na aplicação de políticas regulatórias em áreas consideradas estratégicas para o povo brasileiro (saúde, educação, segurança etc.), sempre no sentido de favorecer os grandes grupos econômicos nacionais e as empresas transnacionais. Sem dúvida, FHC inaugurou a iniciativa política mais comprometida com uma estratégia contrarreformista baseada no ideário liberal.

Pochmann e Borges (2002, p. 09) acrescentam que, logo que foi empossado, no início de 1995, o ex-presidente FHC pronunciou um discurso que marcou toda sua gestão, no que se refere à decisiva questão do trabalho. Afirmou, com pompa, que seu governo tinha como objetivo “acabar com a era Vargas”. Adepto da chamada “Modernidade”, tão badalada pela onda neoliberal, FHC disse que sua meta era retirar o Estado do papel de regulador do mercado e flexibilizar a legislação trabalhista no País, favorecendo a “livre negociação”, discurso bem ao gosto do Estado neoliberal. Destarte, a partir de 1995, a “reforma” administrativa do Estado brasileiro foi reintroduzida na agenda política, juntamente com a aceleração do processo de privatização, a quebra de monopólios e as mudanças na ordem social.

Para praticar seu projeto contrarreformista, FHC criou um ministério exclusivo, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, cujo objetivo prioritário centrava-se na questão administrativa do Estado, ou seja, encontrar e propor mecanismos que substituam o Estado herdado da Era Vargas, considerado responsável pela crise fiscal do

Estado, suplantando-o por um novo modelo de administração do tipo gerencial¹⁸ que o tornaria mais dinâmico e menos burocrático. Para coordenar essa pasta, o Governo nomeou o senhor Luis Carlos Bresser Pereira¹⁹, principal articulador do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE (1995).

Para Bresser Pereira e sua equipe, o País teria sido atingido por uma crise fiscal e que a única maneira de tirá-lo dessa situação era desmontando o Estado desenvolvimentista da era Vargas. Afirmava-se que a Constituição recém proclamada, em vez de melhorar a Administração Pública, teria, ao contrário, piorado, condenando o Brasil a uma volta ao passado. Na argumentação de Bresser, o momento demandava uma profunda “reformulação” na Administração Pública, de modo a torná-la mais eficiente, melhorando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, aproximando-o do mercado privado de trabalho. Essas eram as principais justificativas que embasavam as intenções daquele governo em pôr em prática seu projeto “contrarreformista”, assunto que será abordado na próxima seção.

2.2 A contrarreforma do Estado brasileiro: ataque aos direitos sociais

A temática da reforma do Estado domina a agenda política internacional desde meados dos anos de 1980. De certa maneira, a reforma do aparelho estatal se tornou uma questão praticamente universal, como resposta à crise estrutural do capital que paralisou econômico-politicamente, na prática, todos os países nos últimos decênios do século XX e XXI. A década seguinte, por sua vez, caracterizou-se por um movimento de reforma que alterou radicalmente os rumos econômico e social do Brasil. Referido movimento, sepultou de vez com a herança do Estado Nacional Desenvolvimentista da Era Vargas e introduziu um novo modelo de desenvolvimento econômico que visou integrar a Nação à recente ordem capitalista mundial. Essa integração foi estimulada pelo chamado “*Consenso de Washington*”, que tinha apoio das

¹⁸ Segundo esse documento, uma administração gerencial é aquela que inova na forma de controle, que passa a basear-se em resultados e não mais, como as formas burocráticas, em procedimentos. Para tanto se vale de flexibilidade e autonomia para o administrador gerir recursos (humanos, materiais e financeiros), sempre permeável à participação de agentes privados. A administração gerencial tem o cidadão como cliente, prevê gestão flexível, descentralizada e horizontalizada. Para maiores esclarecimentos sobre esse assunto, convidamos o nosso leitor a conhecer um estudo realizado por Leonardo Barbosa e Silva, intitulado “Qual é o tamanho do MARE? – medidas de um ministério no governo FHC”, disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/view/72/99>. Acesso em: 22 de dezembro de 2011.

¹⁹ Vale ressaltar que esse senhor foi um dos poucos participantes da região sul-americana como convidado da famosa reunião que ocorreu nos Estados Unidos, a qual teve como resultado o célebre documento denominado “Consenso de Washington”.

agências financiadoras internacionais, principalmente o Banco Mundial e FMI.

Sabe-se que o processo de mudança no Brasil foi acelerado, com impactos significativos sobre a estrutura produtiva e o mercado de trabalho. Desregulamentação e flexibilização tornaram-se os pilares do novo modelo de desenvolvimento, e passaram a ser identificados como instrumentos chaves para resolver os impasses supostamente colocados pelo desenvolvimentismo. Nesse contexto, a partir da década de 1990, o Brasil adentrou na nova ordem econômica internacional, reproduzindo, em condição subordinada, o programa de reformas pró-mercado que vem sendo implementado pelos países de capitalismo avançado desde final dos anos de 1970.

É preciso esclarecer, oportunamente, que o Brasil dá seus primeiros passos rumo à nova ordem capitalista mundial ainda na rápida e nostálgica gestão de Collor de Mello no final dos anos de 1980. Na década seguinte, um expressivo programa de privatização de empresas estatais e de redução de incentivos fiscais foi levado a cabo com o objetivo de reduzir o papel ativo da ação estatal nas atividades econômicas. Somado a isso, muitos órgãos governamentais foram fechados, e o quadro de funcionários público foi enxugado, reduzindo sobremaneira o papel do Estado na geração de empregos.

O País começava, naquele momento, a colocar em prática os “aconselhamentos” vindos de Washington, intermediados pelas agências financeiras internacionais, baseadas nas leis do mercado. Tendo como pretexto acabar com a inflação, referido governo lançou os planos econômicos Collor I e II, e, a partir daí, começou a “reorientação da política econômica numa direção claramente recessiva, com restrição de crédito e da política salarial” (BEHERING, 2008, p.150). Para a autora, além das tendências neoliberais da política econômica proposta por Collor, houve reversão das tendências democratizantes e expectativas redistributivas dos ganhos sociais conquistados pelos trabalhadores na década de 1980. Após o processo que culminou com o afastamento de Collor da cena política, o então vice-presidente Itamar Franco assumiu a Presidência do País, dando continuidade às reformas iniciadas por Collor.

Dois anos depois, o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso – FHC, lançou sua candidatura à presidência do País, cargo pretendido por ele e seu partido, o PSDB, desde muito tempo. Sua propaganda foi acompanhada pela promessa da estabilidade da moeda, ou seja, do Plano Real lançado como produto exclusivo da sua gestão. A vitória de FHC criou as bases para a implementação daquela que ficou conhecida como “reforma do Estado brasileiro”.

Para enfrentar os movimentos sociais contrários às imposições estadunidenses e engajar o País na “nova” dinâmica da globalização capitalista, o governo FHC criou um ministério exclusivo para tocar essa missão, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, sob a coordenação de Luiz Carlos Bresser Pereira e uma equipe de fiéis defensores desse sistema.

Amparado pela popularidade e legitimidade adquiridas no processo eleitoral, FHC iniciou seu primeiro governo organizando uma ampla “reforma” em todas as estruturas do Estado, com o discurso fantasioso de que iria reduzir o “custo Brasil”, resolver a crise da economia brasileira e garantir as condições de inserção do País na economia globalizada (CARDOSO, 1998). Com essa iniciativa, o Governo deixou claro qual era a prioridade de sua gestão: reformar e reconstruir o Estado.

Assim, o octanato de FHC entrou para a História do Brasil como uma época de grandes mudanças no conjunto de toda a sociedade. Trata-se de um pugilo de transformações operadas desde o seu governo que atingiu, diretamente, a política, a economia, a cultura, entre outras, todas situadas no receituário neoliberal. O que torna a gestão desse governante ainda mais emblemática é o fato de que pela primeira vez no País, um governo haver encampado vários projetos de mudança com um novo paradigma interpretativo, o neoliberalismo, com o apoio massivo não só dos maiores grupos econômicos e das elites nacionais, mas, também, de grande parcela da população e até de parte do sindicalismo brasileiro.

Como já anunciamos, o projeto contrarreformista de FHC assumiu, verdadeiramente, uma feição estratégica mais clara, evidenciada pela incondicional adesão ao conjunto das orientações advindas do chamado Consenso de Washington e em sintonia com suas agências, notadamente o Banco Mundial e o FMI.

Como é bastante comum nos momentos de mudança, o ímpeto reformista de FHC implicou uma crítica revisão do passado, o que na prática significou uma severa crítica ao modelo desenvolvimentista da Era Vargas, identificado como sinônimo de atraso. Assim, o esforço do Governo federal e da equipe do extinto MARE deu-se no sentido de desmontar um sistema estruturado num tipo de Estado, numa espécie de economia e de sociedade que apresentavam enormes défices de atrasos se comparados aos novos imperativos tecnológicos da globalização capitalista, especialmente no novo complexo da acumulação flexível mundial (PEREIRA, 1997). Por outro lado, é preciso esclarecer que, o projeto contrarreformista de FHC não teria dado certo se não tivesse sido acompanhado também de amplas mudanças na estrutura da legislação brasileira, sobretudo com uma revisão da Constituição Federal, então

recém inaugurada no País.

Segundo os ideólogos desse projeto, o arcabouço legal, emergido durante a Constituinte (1986 - 1988) ainda era bastante compatível com as práticas do Estado nacional-desenvolvimentista da era Vargas e mantinha muitas das estruturas de uma economia essencialmente estatal. Sendo assim, era necessário mudar a legislação para poder viabilizar uma nova proposta de Estado mais de acordo com os reclamos neoliberais. Tal mudança se deu em forma de muitas medidas provisórias e / ou decretos leis, mecanismos que ferem e violam os direitos sociais e impõem a base da força os interesses das classes dominantes sobre o restante da população.

Para isso, contou com uma articulada base parlamentar, além do seu partido, o PSDB, que trataram de desenvolver estratégias políticas, capazes de viabilizar no Congresso Nacional, juntamente com as forças políticas aliadas do Ex-Presidente a aprovação de reformas constitucionais que tornassem possível a execução da agenda contrarreformista. Afirmava-se, como forma de convencimento que a reforma do Estado deveria trazer muitos benefícios a todos os cidadãos brasileiros. A ideia central ali encontrada é de tornar o Estado “competente, eficaz, capaz de dar rumo à sociedade”, hipotrofiando-se os poderes Legislativo e Judiciário, enquanto hipertrofia-se o Poder Executivo. Apesar de no discurso de FHC se preservar ao Estado a prestação de serviços básicos à população, não foram estes os resultados constatados ao término de seus mandatos.

O certo é que as consequências daí advindas que culminaram com a contrarreforma do Estado no período FHC, promoveram uma onda de desregulamentações nas mais variadas instâncias da estrutura social brasileira. A globalização em curso acentuado foi apresentada ao povo brasileiro como uma receita mágica que iria e poderia transformar o País numa nação próspera e desenvolvida, desde que suas lideranças políticas se comprometessem a viabilizar o novo projeto societário, mesmo que para isso apensasse boa parte da população brasileira e entregasse a conta para a classe trabalhadora.

Dessa forma, durante o primeiro governo do ex-presidente FHC, foi consolidada a rearticulação da hegemonia burguesa sob a influência do neoliberalismo, desaguando na contrarreforma do Estado por meio de políticas de estabilização e ajuste econômico. A política social desse governo, então, passou a ser regulada pelas formulações da área econômica e atrelada às políticas supranacionais. Em tal perspectiva, a área social foi alinhada aos programas de ajuste econômico por meio de contenção da demanda pela redução dos gastos públicos e na realocação de recursos, com claro objetivo de produzir superávits na

balança comercial.

O novo papel do Estado, no que tange à oferta das políticas sociais (direitos sociais inscritos na Constituição), passou por uma crescente desconstitucionalização, no sentido da redução do “Custo Brasil”, que supostamente encarecia os produtos brasileiros, impedindo-os de obter competitividade no mercado internacional. Para as classes dominantes (hegemônicas), a diminuição de tal custo exigia a flexibilização das leis trabalhistas, somadas à desregulamentação do mercado de trabalho. Acreditava-se que, por meio dessas medidas, o País criaria maior número de empregos, aumentando a competitividade dos empresários brasileiros no contexto dos mercados mundializados; mas isso não ocorreu.

Assim, os processos decorrentes das privatizações das empresas estatais e materializados na ofensiva das conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira, por meio de expressivos cortes nos gastos sociais, favoreceram apenas as frações de classe detentoras do grande capital (nacional e internacional), na medida em que conseguiram desarticular as redes de proteção social, além de impor profundas mudanças na organização do mundo do trabalho, elementos utilizados como mecanismos de destruição organizacional da classe trabalhadora. Resultam desses episódios novas formas de dominação dos trabalhadores, associadas à crescente deterioração/ precarização dos direitos trabalhistas, com a necessária depreciação do valor de uso da mais importante das mercadorias no sistema capitalista, que é a força de trabalho.

Desde então, o Brasil adota medidas ortodoxas de ajuste estrutural, materializadas na contrarreforma do Estado, apresentada como condição para alçar voo em direção a um novo mundo globalizado e moderno. Dentre as condições impostas ao nosso País, podemos destacar: a estabilidade da moeda; a contenção dos gastos públicos, especialmente na diminuição das políticas públicas e assistenciais; restauração da taxa "natural" de desemprego, criando um aumento no exército de mão de obra, conseguindo com essa faceta, reduzir salários e quebrar o poder de pressão dos sindicatos, entre outras.

Neste estudo, não temos a pretensão de fazer um tratado minucioso de cada um dos aspectos que envolvem a gestão de FHC, pois consideramos que a literatura disponível já fez isso com maestria e atende os mais variados interesses e assuntos correlacionados. Trataremos apenas de dois aspectos que consideramos mais relevantes para contextualizar o nosso objeto de estudo, quais sejam: o desemprego juvenil e os modelos de educação e qualificação profissional, propositalmente aplicados desde a contrarreforma do Estado brasileiro e o realinhamento político-ideológico de FHC com as diretrizes dos organismos financeiros

internacionais

O desemprego, de maneira particular, foi a consequência mais peculiar, promovida pela aceitação do Brasil à nova ordem capitalista, ou seja, a adoção da pragmática neoliberal. Tratava-se de um fenômeno que não era novo no País, mas a forma como se deu trouxe graves consequências para todo o conjunto da sociedade, mas, sobretudo, para a classe trabalhadora.

Em decorrência da orientação econômica recessiva e desnacionalizadora assumida na gestão de FHC, o Brasil passou a bater recordes de desemprego desde a adoção das medidas pró-mercado *made in* neoliberalismo. Ao mesmo tempo, a renda dos brasileiros foi objeto de corrosão, perdendo peso no Produto Interno Bruto. Por causa dessas medidas adotadas pelo Governo brasileiro, milhões de trabalhadores foram jogados na informalidade, vegetando sem nenhuma proteção legal e sem vislumbrar nenhum horizonte que possa mudar essa realidade. É preciso considerar que, no novo contexto do Estado neoliberal, a frágil legislação trabalhista da era Vargas foi paulatinamente sendo desmontada sempre na perspectiva do aviltamento dos direitos trabalhistas (POCHMANN e BORGES, 2002).

Ainda segundo esses autores, uma das principais características inerentes ao modo de inserção da força de trabalho durante o governo FHC foi exatamente o desemprego. As consequências mais visíveis foram o aumento da economia informal e o crescimento do número cada vez maior de trabalhadores em situação de trabalho precarizado, para não citar a expressiva massa de desocupados sem nenhuma perspectiva de emprego nem de futuro.

De acordo com estudos do IBGE à época, o Brasil encontrava-se em setembro de 1994, com 4,5 milhões de trabalhadores desempregados, ou seja, 6,1% da força de trabalho nacional. No final da primeira gestão de FHC, esse número subiu para quase sete milhões. A taxa de desemprego foi de 9,2%, ou seja, mais de 2,5 milhões a mais do que setembro de 1994, isso sem falar que o ataque ao desemprego foi uma das metas colocadas no seu plano de campanha eleitoral, a qual colaborou com a sua vitória.

Na sua segunda gestão, o desemprego continuou muito alto e até piorou. Por exemplo, “em 2000, o número de desempregados bateu novo recorde chegando a 11,5 milhões de trabalhadores, o que representa uma taxa de desemprego da ordem de 15%”. Comparando-se, então, os dados do Censo Demográfico de 2000 em relação ao de 1994, verifica-se um aumento de mais de sete milhões de novos desempregados no País, gerados nos sete anos do governo FHC. Em relação ao ano de 1998, houve um aumento de mais 4,5 milhões de

desempregados, de modo que a segunda gestão de FHC foi ainda mais nociva para o conjunto da classe trabalhadora (POCHMAN e BORGES, 2002, pp.15-16). Em síntese, o desemprego na era FHC foi um dos maiores registrados em toda a história republicana.

Em razão da abertura comercial e da desregulamentação econômica e financeira dos anos 1990 a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, que até o final dos anos 1980 demonstrara sinais de estruturação com forte expansão das ocupações e o fortalecimento do emprego assalariado formal, assume uma tendência oposta de desaceleração do assalariamento e a proliferação de várias formas de contratação. Veja-se que, o grupo de trabalhadores desempregados durante o período 1975-1989 era de 2,9% da população economicamente ativa, passando a 30,3% no período 1990-2003; o percentual de trabalhadores empregados com carteira assinada passou, no mesmo período, de 53,5% para 31,6% (Id., 2008).

Segundo os autores há pouco mencionados, desde daquele momento, o desemprego mudou radicalmente a sua natureza, deixando de concentrar-se nos segmentos considerados vulneráveis da população ativa (jovens, mulheres, negros– todos geralmente com reduzida escolaridade), para atingir também a população economicamente ativa com maior escolaridade. Segundo essa mesma análise, em 2004, 60,2% dos desempregados (8,3 milhões de pessoas) possuíam o ensino básico completo, enquanto em 1995 apenas 37,7% do total dos desempregados (4,5 milhões) tinham até oito anos de estudo (Id., Ibid).

Ainda sobre o desemprego, é preciso ressaltar que esse fenômeno continua sendo um dos grandes problemas a serem enfrentados por governos de todo o mundo. Dados mais recentes da Organização Mundial do Trabalho – OIT asseveram que os reflexos da crise econômica levaram o mundo atual, também, a atingir um número recorde de desempregados. Em 2009, por exemplo, existiam aproximadamente 212 milhões de trabalhadores desocupados, o que na prática significa que 34 milhões de pessoas a mais estavam desempregadas no ano anterior, em comparação aos 185 milhões de 2008. O Brasil chega ao final da primeira década do século XXI contando mais de 189 milhões de habitantes, dos quais, mais de 50 milhões são jovens de 15 a 29 anos. Do total apresentado, 10, 262 milhões são adolescentes de 15 a 17 anos, 34,1 milhões são jovens de 15 a 24 anos (BRASIL, 2008b).

Na perspectiva desse mesmo estudo, os jovens foram particularmente afetados pelo desemprego no mesmo período. Ao todo, 83 milhões de trabalhadores de até 24 anos não tinham emprego em 2009, em cotejo aos 74 milhões em 2008 e 72,5 milhões em 2007. O aumento na passagem de 2008 para 2009 foi o maior desde 1991. A taxa de desemprego

juvenil foi de 13,4% no ano passado, mais do que o dobro da taxa média de 6,6%. O relatório confirma, ainda, que "a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil, pesquisadas pelo IBGE, aumentou de 7,3% no quarto trimestre de 2008 para 8,6% no primeiro e segundo trimestres de 2009".

Para a maioria dos jovens das classes populares, o emprego ou a falta dele está relacionado às suas trajetórias escolares, marcadas pelo abandono precoce da escola, ou ainda em virtude da má qualidade do ensino ofertado para esse segmento de classe. Esses são alguns dos ingredientes que estimulam os governos brasileiros na aplicação de políticas públicas de juventude, que, em tese, acentuam querer resolver ou minimizar os problemas que afetam os jovens, sobretudo com relação ao déficit educacional e à qualificação insuficiente para o trabalho.

No contexto neoliberal, a educação é concebida como mercadoria e que, para ter acesso a ela, é preciso pagar. Para aqueles que não podem comprá-la, o Governo oferece paliativos que, em vez de contribuir para a emancipação dos sujeitos, servem para produzir mão de obra barata, utilizada como massa de manobra que abastece uma rede de interesses particulares, ao mesmo tempo em que direciona e fortalece cada vez mais o poder nas mãos de poucos em detrimento da escassez de muitos. Convém ressaltar, oportunamente, que tal estratégia se alinha aos "aconselhamentos" advindos das agências internacionais de financiamento para projetos educacionais de jovens, moradores da periferia do capitalismo.

A disposição do governo FHC em estabelecer sintonia com as políticas pactuadas com essas agências, sobretudo no campo da educação, encontra-se no documento intitulado "Planejamento Político-estratégico (1995)", o qual sinaliza a progressiva transformação do Ministério da Educação num organismo eficaz de formulação, coordenação e acompanhamento de políticas públicas na área educacional e a consequente redução de seu papel executivo (SILVA, 2005). É exemplar o artigo 8º, §1º, da Lei n. 9.394/1996 que diz: "Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistema e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais".

Cria-se, de tal modo, um subsistema particular profundamente heterogêneo quanto às condições de oferta e de qualidade na educação. Referidas leis estabelecem valores mínimos por aluno para as escolas privadas, e outro para as escolas públicas estaduais e municipais. Legitima-se, de efeito, um tratamento desigual e de qualidade diferenciada em todos os níveis escolares, agravando, ainda mais, as históricas ações de negação do direito à educação, do

direito de aprender e de apropriar-se dos bens culturais socialmente produzidos. Faz-se necessário lembrar que os governos representantes das elites nacionais fizeram a Nação brasileira prescindindo da escolarização de sua gente (Id., Ibid).

No âmbito da educação profissional, notadamente aquela destinada à classe trabalhadora em geral, as mudanças foram profundamente significativas e esboçaram, como não poderia ser diferente, os “aconselhamentos” das grandes agências financiadoras para o País, ante as exigências da nova ordem capitalista. De fato, a proposta defendida por FHC para a educação profissional, apresentava-se em profunda consonância com os “aconselhamentos” dos organismos financeiros internacionais.

A reforma dos ensinos médio e profissional do governo Fernando Henrique Cardoso, segundo Manfredi (2002), tal como inúmeras outras reformas que têm conformado as políticas educacionais, anuncia como seu objetivo prioritário a melhoria da oferta educacional e sua adequação às novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada, portadora de novos padrões de produtividade e competitividade. No caso da educação profissional, o Governo federal lançou o Decreto n. 2.208/97, o qual separava o ensino médio do ensino profissional.

Com base nesse documento, a educação profissional deveria apenas complementar a educação básica e geral, desvinculada do ensino regular, ou seja, do ensino médio. A nova educação profissional foi organizada em três níveis de ensino: o básico, modalidade de educação não formal, de duração variável, não sujeita à regulamentação curricular; o técnico, destinado aos alunos matriculados no ensino médio ou seus egressos; e o tecnológico, direcionado aos egressos do ensino médio e do nível técnico. Nessa nova contextura, os cursos profissionais de nível básico deveriam privilegiar a toda a população, independentemente do nível de escolarização do aluno, enquanto os cursos profissionais de nível técnico/tecnológico deveriam complementar o ensino médio, e os cursos superiores de graduação ou pós-graduação foram denominados, especificamente, de tecnológicos.

Vale ressaltar que essa nova estruturação do ensino profissional se fundamenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, lançada na mesma época e, sobretudo, influenciada pelos documentos das agências financiadoras do grande capital, que ditavam as regras do jogo, dentre elas, o Banco Mundial, o FMI e a CEPAL. Essa última tinha a missão de acompanhar as mudanças que começavam a se alastrar por todo o Continente sul-americano, funcionando como uma espécie de tentáculos dessas agências, de modo a garantir sua efetividade.

Consoante pensamento de Oliveira (2003, pp. 53-54), tanto a CEPAL como o Banco Mundial,

[...] com justificativas variadas, vão criando um novo ideário educacional que, paulatinamente, vai sendo incorporado pelos responsáveis pelas políticas educacionais. Em todas estas proposições são esquecidos os condicionantes socioeconômicos e políticos que têm influência determinante sobre o desenvolvimento educacional.

A qualificação profissional sob a óptica do Banco Mundial e do FMI, configura-se como estratégia do capital para abrandar os efeitos das mudanças no mercado de trabalho e na estrutura do emprego. Em tal circunstância, tornou-se um dos prerequisites indispensáveis ao trabalhador para pleitear uma vaga de trabalho nas empresas e por outro lado ajudar o País a alcançar um patamar de competitividade internacional. Com essas transformações, surgem novas necessidades educacionais, tanto no mundo do trabalho como no campo dos direitos sociais e civis (MANFREDI, 2002).

No Brasil, seja pelas posições ideológicas assumidas por esse Governo, notadamente na contrarreforma do Estado, seja pela dívida social que o País acumula vastos segmentos da população jovem e adulta, a estratégia traçada pela nova educação profissional ganhou projeção nacional, defendida ferreamente por empresários, governos e até segmentos que representavam os interesses da classe trabalhadora, a exemplo da CUT.

Para viabilizar a nova política, o governo FHC lançou, em 1995, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), tendo como tarefa prioritária a articulação das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no âmbito do MTE, dispondo como principal fonte de financiamento o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Vale salientar que o PLANFOR permitiu às entidades sindicais o acesso a grande volume de recursos financeiros do FAT, que foram, supostamente, revertidos em cursos de qualificação profissional para os trabalhadores. No âmbito desse Plano, foi criado o Serviço Civil Voluntário, do qual se originou o projeto Juventude Cidadã.

Referido Plano foi um dos 42 projetos prioritários do governo FHC, resultante da Política Nacional de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho, e tinha como proposta “qualificar ou requalificar, anualmente, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa - PEA do País” (BRASIL, PDAE, 1995), o que corresponderia a aproximadamente 15 milhões de trabalhadores. Tal meta se baseava na hipótese de que a

causa do desemprego entre a classe trabalhadora estava diretamente vinculada à falta de formação adequada para o mercado de trabalho. Em nosso entendimento essa análise está equivocada, pois desconsidera as causas estruturais do sistema capitalista, que nega, oportunamente, as determinações sociometabólicas do capital, responsáveis pelo “desemprego estrutural” e pelos demais efeitos maléficos sobre esse segmento.

O PLANFOR foi anunciado como alternativa para superar a questão do desemprego, devendo investir massivamente na formação/qualificação dos trabalhadores por meio de programas e projetos de requalificação da força de trabalho, adulta ou jovem. De forma contrária, assistiu-se a um acentuado aumento no número de desempregados em todos os setores estratégicos, responsáveis, em grande medida, pela oferta de emprego no País. As iniciativas na direção do equacionamento desse problema, portanto, não foram suficientes para resolvê-lo. Ao contrário, os índices de desemprego durante os oito anos do governo FHC testemunham tamanha contrariedade. Não obstante as várias tentativas de reverter esse quadro crítico de desemprego, os trabalhadores continuaram desempregados e precarizados nos novos postos de trabalho, dentro ou fora da mesma empresa.

É preciso ressaltar, oportunamente, o fato de que, durante o segundo governo de FHC, houve considerável investimento em programas e projetos governamentais de âmbito nacional, destinado de modo prioritário aos jovens das classes populares. Inaugura-se um novo momento das ações estatais para esse segmento no País. Somente no último ano do governo FHC, em 2002, os programas somavam mais de 30 programas. Grande parte dessas iniciativas foi executada sob a forma de transferências de recursos ao executivo municipal ou estadual, ONGs ou fundações empresariais (SPOSITO, 2003). Dentre as iniciativas mais marcantes, destaque para os programas, Capacitação Solidária, Alfabetização Solidária e o Projeto Rede Jovem, ambos pertencentes ao Programa Comunidade Solidária. Somente três programas são anteriores ao primeiro Governo de FHC.

Ainda segundo essa autora (p. 09), “a quantidade de programas/projetos em um mesmo Ministério não se apresentou como garantia de maior atenção e qualidade de ação na questão da juventude”. Além do mais, tais programas assumiram de maneira exagerada o fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades sem, contudo, propor qualquer caminho de questionamento da realidade econômica e social, sobretudo de um período histórico que viveu a recessão provocada pelas altas taxas de juros e os efeitos agudos da crise do mundo do trabalho.

Assim, as ações de juventude do governo FHC se constituíram apenas como políticas

focalizadas em setores que apresentavam características consideradas como sendo de vulnerabilidade, risco e transgressão social, encontrada de modo particular nos grupos urbanos da juventude pobre e negra. De maneira geral, eram iniciativas pontuais de curta duração, cuja missão proclamada era promover o envolvimento desse segmento de classe via oficinas de capacitação, que visavam melhorar a inserções desses sujeitos no mercado de trabalho (CASTRO *et all*, 2009).

Em síntese, a contrarreforma de FHC para essa modalidade de ensino deixa clara a aceitação subserviente do governo brasileiro aos “aconselhamentos” imperialistas. A mudança de paradigma começava a ser vislumbrada com a eminente possibilidade da eleição de Lula da Silva, já que aquele presidenciável representava, em tese, os anseios dos segmentos sociais mais marginalizados, especialmente à classe trabalhadora. Porém, esse governo, contrariando as expectativas de boa parte dos seus eleitores, não só continuou investindo nas mesmas estratégias de atendimento aos jovens das classes populares, como de certa maneira ampliou tais ações a níveis jamais vistos em toda história das políticas públicas de juventude.

Longe de sinalizar para uma ruptura com o modelo dualista de educação da era FHC, o governo Lula da Silva incorporou praticamente a mesma linha de atuação nesse campo, negligenciando a história dos trabalhadores e de suas lutas por uma educação de qualidade, numa perspectiva emancipatória. Assim como o governo de FHC, Lula da Silva se submeteu aos ditames do grande capital, o que na prática significou a submissão do seu governo às diretrizes das agências financiadoras para a região latino-americana. Como sabemos, desde a década de 1990, essas instituições financeiras assumiram a tarefa de “ajudar” os países a se adequarem às exigências à nova ofensiva burguesa, qual seja, a reestruturação capitalista mundial após a crise dos anos de 1970.

Desde aquele período, o discurso de alívio à pobreza assume centralidade nas diretrizes e documentos do Banco Mundial, notadamente para os Países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. Observa-se que existem muito mais intenções do que ações práticas que efetivamente possa combatê-la, pois neste modelo econômico e social, que atualmente é hegemônico, a pobreza está destinada a se eternizar juntamente com o capitalismo.

Referido discurso serve para justificar, inclusive, a adoção de políticas de juventude no Brasil, assim como “aconselha” tais agências. Em geral, são políticas focalizadas e compensatórias, destinada de modo particular para os segmentos mais pobres das classes populares. Segundo seus idealizadores, através da elevação da escolaridade e de uma qualificação para o mercado de trabalho, mesmo se de nível elementar, os jovens poderão

adentrar com mais facilidade no mundo do trabalho, com maiores chances de inserção.

O trabalho, sobretudo nos dias atuais, é o bem mais precioso para os trabalhadores em geral, não obstante as várias formas de exploração e expropriação da força de trabalho, no atual estágio da acumulação capitalista. A falta do trabalho, por conseguinte, torna-se uma das mais desafiadoras tarefas a ser enfrentada por governos e a sociedade. Nos países periféricos, a ausência de políticas de geração de emprego, somado a crescente informalidade dos trabalhadores, sobretudo aqueles com menor formação (intelectual e profissional), tem provocado uma acirrada disputa pelos míseros postos de trabalhos que são ofertados, quase sempre em condições subumanas.

Dessa forma, os governos Sul-Americanos, a exemplo do Brasil, adotam modelos de políticas públicas que, pelo menos no discurso, se comprometem em resolver o problema da falta de qualificação e a formação profissional dos trabalhadores, sobretudo a camada mais jovem desse segmento de classe. Afirmam, ainda, que pretendem contribuir com a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho, sem propor nenhuma alternativa de inserção formal, uma vez que no âmbito do sistema capitalista, não pode existir postos de trabalho para todos. Essa é a lei da oferta e da procura. Quanto mais mão de obra desocupada menores são os salários que os capitalistas pagam por ela.

O nosso objeto de estudo, o Projovem Trabalhador, entre as suas atribuições mais específicas, compromete-se em ajudar os jovens cursistas a ingressarem no mercado de trabalho e melhorar a sua formação de nível básico, sobretudo para aqueles que não estudaram quando eram crianças. Daí a importância que esse Programa, - assim como tantos outros desenvolvidos no País desde a década de 1990, - vem assumindo nas gestões estatais dos diferentes grupos político que se alternam no poder. No governo Lula da Silva essa tendência tendeu a aumentar ainda mais.

Com o desmantelamento provocado pela reestruturação do capital e a contrarreforma do Estado brasileiro, o trabalho por meio do emprego formal passa a ser um artigo de luxo, destinado, notadamente, aos jovens das classes mais privilegiadas, uma vez que, pela condição social, tiveram mais acesso a uma educação e formação profissional mais alargada, essa última, muitas vezes decisiva na hora de se inserir no mercado de trabalho.

Para essa parcela jovem de trabalhadores, adentrar no mercado de trabalho significa abrir portas de autorrealização pessoal, mas também de sua família. Nesse sentido, o trabalho, mais do que nunca, assume, no atual contexto da mundialização do capital, uma importância

única para o trabalhador. Por outro lado, é preciso esclarecer que, na sociabilidade do capital, o trabalho não consegue realizar o homem, mas, pelo contrário, o aliena e o oprime. Na nova contextura social do capitalismo, o trabalho tornou-se mercadoria e o trabalhador não é dono do produto do seu trabalho, ou seja, na sociedade capitalista o trabalhador realiza um trabalho alienado.

Nesse momento do texto, sentimos a necessidade de conceituar a categoria trabalho, frente às novas relações capitalistas de produção vez que a mesma constitui, em tempo de desemprego estrutural e reestruturação capitalista, alvo de debates dentro e fora da academia. Muitos estudos se dedicam a essa temática e o fazem com muita propriedade. Nesse estudo, não temos a pretensão de querer dissecar tal categoria, mas apenas conceituá-la, visto que, para nós, o trabalho é o princípio que norteia todas as relações sociais, hoje mais que nunca, posta de forma breve na próxima seção.

2.3 A função social do trabalho

A importância do trabalho para o desenvolvimento da humanidade não se traduz apenas na produção de objetos pela transformação da natureza. A ação do homem através do trabalho significa, também, a transformação de se próprio – melhorando e ampliando seu conhecimento e, por conseguinte, sua capacidade de intervir na realidade posta de modo a criar novas possibilidades e, por consequência, novas necessidades sociais. Portanto, partimos aqui do pressuposto marxiano de que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social.

Esclarecemos, oportunamente, que não temos a pretensão de fazer uma exegese de todas as obras em que Marx tratou da questão do trabalho, o que poderia demonstrar a evolução do seu pensamento a esse respeito. Pretendemos, apenas, discutir alguns aspectos dessa categoria, pois nesse trabalho ela assume lugar de destaque.

Amparado na compreensão de Marx sobre essa categoria, acreditamos que o trabalho é toda atividade que o homem realiza com sua força física e com o intelecto e que, para executá-lo necessita destas duas funções, independente de qual seja a tarefa a ser cumprida. Portanto, o trabalho é uma atividade que envolve a práxis visto que nada é feito sem que exista a antecipação do pensamento e nenhum pensamento por mais criativo que seja consegue se concretizar sem a ação.

Marx afirma que, numa sociedade genérica, o trabalho possui uma dimensão

ontológica, de criação da vida humana, considerando que o trabalho é um processo histórico, através do qual o homem transforma a natureza e a si mesmo, torna-se humano, aprende através do trabalho, pois:

[...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal de metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p.153).

Vendo-o dessa forma, o trabalho parece ser uma categoria muito simples. Todavia, sua compreensão pressupõe outra categoria, diretamente correlacionada, a mercadoria, ou seja, seu valor de uso e de troca. Tal compreensão é, segundo Marx, fundamental para entendermos o trabalho e suas relações sociais. Visto dessa forma, o trabalho não é circunstancial, mas essencial.

Se por um lado, consideramos o trabalho como um momento fundante da existência humana, ponto de partida dos meios pelos quais os homens se humanizam, por outro lado, o trabalho no marco do capitalismo transforma o ato laboral em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que poderia ser um ato de autorrealização torna-se apenas uma atividade em que o homem o faz em troca da sua existência, ou seja, o faz pra sobreviver e não para sua satisfação e realização.

Com o surgimento do capitalismo, o trabalho passou a ter uma dimensão de alienação. Para Marx no trabalho alienado o trabalhador tornou-se mercadoria, pois:

Se a oferta excede por muito a procura, então parte dos trabalhadores cai na penúria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador encontra-se reduzido às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador (1989a, p. 102).

No trabalho alienado, o resultado do trabalho, ou seja, o produto não pertence ao trabalhador, visto que nesse processo existe a ausência de controle sobre o produto e sobre o próprio trabalho que inclusive expropria o saber do trabalhador. Desse modo, pode-se dizer que nos marcos do capitalismo contemporâneo,

[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence a sua

natureza; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito (...) Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado (1989a, p. 162).

A partir de sua análise sobre o caráter auto-alienante do trabalho, Marx considera que nessas condições o homem decai ao patamar de uma mercadoria, ou seja, torna-se um ser estranho frente ao seu ato criador e o que realiza o faz, apenas, para sobreviver. (trecho repetido, refazer) Ainda para esse autor, no contexto das relações sociais capitalistas o trabalhador é alienado do processo de concepção como dos produtos mesmos do seu trabalho. Em tais condições, “Não só o trabalho assume uma existência externa, que existe independentemente, fora dele e a ele é estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (ibidem, p. 160)”.

Na esteira do pensamento marxiano, Antunes (2007) reforça, ainda, que:

O trabalho, como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano, como também nos mostrou Marx (ANTUNES, 2004, p.9).

Outro aspecto observado nos estudos de Marx, evidenciado de modo particular nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, é que existe uma dupla dimensão (positiva-negativa) do trabalho demonstrando, justamente, que sob a forma capitalista:

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação dos trabalhadores. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores para um trabalho bárbaro e transforma outros em máquinas (1963, p. 161).

Assim como esse autor, acreditamos que o trabalho, mesmo diante de tantas mudanças ocorridas, seja no aspecto subjetivo da produção social, seja na perda de postos de trabalho, continua sendo fundamental para a compreensão das relações sociais. Tomando como parâmetro tais assertivas, então, como podemos pensar as relações políticas, ideológicas e produtivas que subjazem ao Projovem Trabalhador no Ceará? Será que a proposta de

escolarização e formação profissional do tipo aligeirada e compensatória, própria desse modelo de Programa, poderá dar as condições de autorrealização e acesso social, num contexto marcado, cada vez mais, pela exclusão entre os detentores do saber e aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades?

Para responder a essas indagações, é preciso, antes de tudo, ressaltar que a proposta do Projovem Trabalhador nada tem a ver com a concepção marxiana de trabalho defendida nesse estudo, pelo contrário. Longe de trilhar nessa direção, tal proposta, assim com tantas outras aplicadas pelos governos neoliberais, negam a centralidade do trabalho. No âmbito desse programa, por exemplo, a categoria emprego foi substituída pelo termo empregabilidade, ou seja, o jovem cursista apenas adquirem, em tese, a capacidade de adentrar no mercado de trabalho, raramente via emprego forma, mas através do discurso do empreendedorismo juvenil, o qual transfere para os jovens cursistas a responsabilidade de inserção no mercado de trabalho através, única e exclusiva, da sua capacidade de empreender. Portanto, na nossa compreensão, não existe possibilidade de autorrealização numa proposta educacional que nega o direito a uma educação e formação profissional de qualidade. Por mais que a mesma signifique uma das poucas possibilidades que os jovens das classes populares ainda encontram para ajudá-los a adentrar no mercado de trabalho, todavia, com o tipo de formação e o tempo destinado a essa formação, no máximo ser-lhes-ão destinados as piores formas de inserção produtiva e com as piores maneiras de exploração dessa força de trabalho. Na prática, a experiência do Projovem Trabalhador no Ceará, assim como em todo o País, serve tão somente aos interesses das classes dominantes e ao seu modelo hegemônico e ideológico de dominação.

Assim como o trabalho, a educação assume, no atual contexto da mundialização capitalista, uma importância muito grande para o trabalhador jovem, visto que pode colaborar conjuntamente com outros mecanismos, não só para qualificá-los para o mercado de trabalho, como também e, principalmente, para a emancipação dos sujeitos. A falta de uma educação geral e profissional de qualidade, sobretudo na contextura atual, se constitui em barreiras seriíssimas que impedem, de certo modo, a inserção dos jovens no mundo do trabalho. Nesse sentido, mais que nunca a educação torna-se um elemento essencial no processo de emancipação humana.

Marx, de certo, não dedicou grandes análises sobre essa categoria, ainda assim, sua obra é bastante esclarecedora desse assunto. De acordo com um estudo de Sousa Junior (2010, p 19), “ainda assim, se acredita que sua obra ofereça grande contribuição para a

discussão do tema, especialmente se a concepção de educação se amplia para além dos processos formais e dos espaços institucionalizados”. Nesse sentido, a aprendizagem na perspectiva marxiana vai além dos bancos das escolas e das políticas de educação nos moldes como acontece hoje no Brasil. Ela acontece, também, nas relações sociais, através da cultura, do trabalho, em fim, de tudo aquilo que nos cerca. Com isso não queremos negar a importância da educação ofertada entre os muros da escola, mesmos nos marcos do capitalismo contemporâneo, todavia, negamos a assertiva de que a escola teria sozinha, a função redentora das mazelas sociais, ou seja, responsabiliza-a pelas desgraças da vida dos jovens que não estudaram, quando sabemos que o problema não está apenas nesse aspecto.

Alertamos para o fato de que essas iniciativas longe de representar avanços em relação aos direitos de juventude, apenas contribuem para perpetuar o cenário da educação brasileira, fortemente orientada pela dualidade educacional, onde quem pode pagar tem acesso a uma educação mais alargada e que não pode apenas se contentar com aquilo que lhe é ofertado. Defende-se, também, que não basta a oferta de cursos sem critérios técnicos e profissionais, como se esses resolvessem o problema do desemprego desses sujeitos. É preciso muito mais do que a adoção de políticas assistenciais, a exemplo daquilo que se pode constatar nas ações estatais para esse público no País. É preciso que seja feito um grande esforço de toda a sociedade para garantir-lhes não só o acesso ao saber sistematizado e uma sólida formação para o trabalho, mas que, paralelamente, seja criada uma séria política de geração de emprego que venha absorver esses sujeitos numa atividade laboral formal e não como vem acontecendo nos últimos tempos, onde os empregos gerados encontram-se sob a égide da terceirização, caracterizada pela exploração do trabalhador e a negação de muitos dos seus direitos, historicamente conquistados.

Por último, acreditamos que as referidas práticas de atendimento aos jovens das classes populares no âmbito da Política Nacional de Juventude do governo Lula da Silva, não só não conseguiu assegurar uma formação sólida e de qualidade aos trabalhadores, necessária às novas exigências do mercado de trabalho contemporâneo, como também, não tem sido decisiva para garantir o acesso do trabalhador jovem numa atividade laboral formal.

Na atual contextura, portanto, é possível afirmar que o trabalho, vem sendo, sistematicamente, negado à classe trabalhadora, sobretudo a parcela mais jovem. O discurso oficial, que promete melhorar os níveis de escolaridade e dar uma formação de caráter profissional, por si só, não tem sido suficiente para o ingresso do trabalhador jovem no mundo do trabalho. Não basta, então, propor alternativa de escolarização e formas diferenciadas de

qualificação aligeiradas, a exemplo do Projovem Trabalhador, pois essas não definem se o jovem está pronto ou não para ingressar numa atividade laboral. É preciso, também, que tais ações sejam realizadas concomitantemente com outras políticas estatais, como àquela relacionada com a geração de novos postos de trabalho.

3. CAMINHOS E DESCAMINHOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

No Brasil, a trajetória das políticas públicas de juventude foi marcada pela completa omissão do Poder Público, o que tem acarretado num déficit social sem precedentes, especialmente para os jovens das classes populares. Esse cenário começa a sofrer algumas alterações no final dos anos de 1980, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988²⁰ e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA²¹. Esses acontecimentos podem ser considerados como um passo importante em direção à conquista dos direitos de crianças e jovens no País. Passado mais de vinte anos da promulgação desses documentos o que se observa é que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que os direitos desses pequenos cidadãos brasileiros sejam assegurados.

Se o final da década de 1980 trouxe conquistas importantes como a institucionalização de leis garantindo direitos sociais importantes, sobretudo para os jovens das classes populares, o que sinalizava, inclusive, para a emergência de um Estado forte também nessa área, no entanto, a década seguinte que deveria começar colocar em práticas tais direitos, ao contrário, os negligenciou. Foi o período em que o Brasil aderiu à pragmática neoliberal e aceitou as condições impostas pelas agências financeiras internacionais, criando mecanismos que contra atacaram os direitos recém-conquistados e impuseram uma série de novas medidas que afetou particularmente os cidadãos mais pobres, cujo ônus foi pago por enormes sacrifícios dos trabalhadores.

Nesse sentido, e possível afirmar que a simples garantia de direitos inscritas na CF/88 e no ECA não são garantias de direitos efetivos na vida de cada cidadão brasileiro, sobretudo os mais desprovidos dos direitos de cidadania. Portanto, o grande desafio, portanto é fazer a lei sair do papel e tornar-se concreta na vida daqueles que mais precisam de sua proteção.

²⁰ A Constituição federal de 1988 privilegiou a paridade de participação entre governo e sociedade civil em conselhos responsáveis por formular, gerir e estabelecer controle social sobre políticas públicas descentralizadas. A municipalização foi diretriz instituída com o intuito de estimular a participação cidadã no trato com a coisa pública. No contexto da referida ampliação da consciência dos direitos, a sociedade brasileira repensou a fragilidade histórica da situação das crianças e dos adolescentes, especialmente as oriundas das classes populares. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>. acesso em 23 de novembro de 2010.

²¹ O ECA foi considerado o marco legal de um processo prático-reflexivo que se dispôs a transformar o estatuto da minoridade brasileira, especialmente naquilo que se refere aos que estão em processo de exclusão social ou em conflito com a lei. O ECA, além de representar radical mudança de rumo ético-político perante o antigo ordenamento jurídico-institucional configurado no segundo Código de Menores (1979), gerou estruturas colegiadas nos âmbitos nacional – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) –, estadual e municipal (conselhos estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescente). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>. acesso em 23 de novembro de 2010.

Nesse capítulo, pretende-se analisar a trajetória das políticas públicas brasileiras dirigidas à juventude trabalhadora, sobretudo na era Lula da Silva, quando foi instituída, pela primeira vez na história do País, uma política específica, dirigida aos jovens das classes populares. Esse acontecimento parecia sinalizar para a superação das formas de atendimento até então desenvolvidas para os jovens das classes populares, mas, passado os oito anos da gestão Lula da Silva, constata-se que essa visão ainda não foi superada.

3.1 Políticas de juventude: mero destaque na agenda pública ou garantia de direitos?

As questões relacionadas sobre juventude vêm, cada vez mais, adquirindo um novo *status* no marco social e institucional de todos os países. No Brasil, sobretudo nas últimas quatro décadas vem crescendo o interesse por essa temática. Há um número cada vez mais elevado de movimentos e de iniciativas para que os jovens organizem-se e se tornem não só objetos, mas também sujeitos criativos de sua cidadania. Organizações não governamentais (ONGs), iniciativas empresariais e, sobretudo, os Poderes Públicos têm sido convocados a se posicionar e propor respostas a esse eminente movimento de transformação.

Vale ressaltar oportunamente que, nos últimos anos do século passado e início desse século houve expressivos avanços no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e nas agendas dos países-membros²², da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), conforme estudos de Castro; Aquino e Andrade (2009). Todavia, “os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos, contidos no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU, demonstram um quadro desolar de não concretização de direitos humanos, para grande parte da juventude do mundo” (idem, p.44).

O compromisso da ONU com a juventude, remonta aos anos de 1965 quando os países-membros assinaram a Declaração sobre o Fomento entre Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos. Entretanto, foi somente depois do ano de 1985, quando esse mesmo organismo instituiu o Ano Internacional da Juventude, a temática relacionada à juventude alcançou materialidade e visibilidade mundial, despertando interesses dos governos, dos políticos e da sociedade.

De acordo com os autores retrocitados (idem, p.47), a eleição do Ano Internacional da Juventude, em 1985 pela a ONU, somado ao empenho das agências intergovernamentais

²² Os países membros são: Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Bolívia.

como a OIJ, “representou um grande impulso para que as questões de juventude entrassem na pauta de políticas públicas dos países da América Latina, ao longo da década de 1990”. Durante a celebração de uma década do Ano Internacional da Juventude, (1995), esses organismos propuseram aos países-membros, a “adoção de uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude”. Esta estratégia foi consubstanciada no Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), aprovado pela Resolução nº 50/1981 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Referida temática só foi incorporada à agenda pública de muitos países, nas últimas décadas do século XX. Até o ano de 2003, todos os países da América Latina, com exceção do Brasil e Honduras, já contavam com organismos governamentais para tratar das questões de juventude²³. Muitos desses organismos surgiram em diferentes países, como desdobramentos do Ano Internacional da Juventude, promovido pela Organização das Nações Unidas – ONU em 1985 e pela ação de agências intergovernamentais, como a Organização Ibero-americana de Juventude – OIJ. Assim, o estabelecimento do Ano Internacional da Juventude significou importante incremento na consolidação de políticas públicas de atenção aos jovens nesses países. Esses acontecimentos foram decisivos para que as questões de juventude ganhassem projeção mundial.

Diferentemente dos outros países da América Latina, o Brasil pouco se sensibilizou para as questões relacionadas aos jovens, num primeiro momento, nem aderiu abruptamente, aos direcionamentos desses organismos, no que se refere às metas estabelecidas, através dos acordos internacionais, destinados aos países-membros (CASTRO, AQUINO e ANDRANDE, 2009). Os jovens brasileiros, sobretudo aqueles das camadas populares, só passam a ser motivo de preocupação do Poder Público na década de 1990, durante a gestão de FHC. A preocupação central dos governos e da sociedade daquela época transitava em torno da garantia e proteção dos direitos da criança e dos adolescentes, materializados na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Esse importante documento é fruto das lutas históricas da sociedade brasileira, depois de um longo processo de mobilização dos movimentos sociais, especialmente aqueles vinculados à questão emblemática pelas lutas em prol dos meninos e meninas moradores de rua no País.

²³ No Brasil, assim com tantas outras coisas que aconteceram tardiamente, o Governo criou a Secretaria Nacional da Juventude em 2005, pelo Decreto-Lei 238 de 01/02/2005.

É verdade que com a promulgação da CF/1988²⁴ e do ECA/1990²⁵, as crianças e os jovens das classes populares passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, muito mais no lei do que na prática. De qualquer maneira, o ECA, trouxe em seu bojo “uma nova concepção de direitos que incide fortemente sobre conservadoras formas e conteúdos de conceber jurídica, institucional e socialmente crianças e adolescentes na sociedade brasileira”. Até aquele momento, as ações do Poder Público brasileiro, voltadas para crianças e jovens eram sempre associadas a problemas sociais e a desvios de conduta (SPOSITO E CARRANO, 2003). Mudar essa visão não tem sido uma tarefa das mais fáceis, sobretudo num País marcado pela divisão social de classe e pela visão de que a violência é um produto exclusivo das massas mais empobrecidas.

Segundo Sales, Leal e Matos (2009), o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº. 8.069, 13 de julho de 1990, pode ser considerado um dos desdobramentos mais importantes da Constituição de 1988, a qual no seu artigo 277, determina que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir, com absoluta prioridade, direitos considerados essenciais: saúde, alimentação, educação, lazer, respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O artigo determina, também, que crianças e adolescentes devem ser protegidos contra toda forma de negligência, discriminação, crueldade e opressão.

O ECA tornou-se um instrumento estratégico de promoção e proteção integral de crianças e jovens, sobretudo os mais vulneráveis socialmente, além de atribui responsabilidades e tarefas para o Estado, para Sociedade e para Família. Ele, também, regulamentou algumas conquistas que foram incorporadas na última Constituição Federal, promoveu mudanças significativas no plano jurídico com repercussão social e política para toda a sociedade. Sua validação, no entanto é, na maioria das vezes, morosa, dados os entraves e resistências impostos pelos setores conservadores da sociedade brasileira, que tentam minimizar os direitos conquistados na última Constituição. O conjunto das orientações que embasam teoricamente esse documento traz uma nova concepção de direito, que interfere

²⁴ A Constituição federal de 1988 privilegiou a paridade de participação entre governo e sociedade civil em conselhos responsáveis por formular, gerir e estabelecer controle social sobre políticas públicas descentralizadas. A municipalização foi diretriz instituída com o intuito de estimular a participação cidadã no trato com a coisa pública. No contexto da referida ampliação da consciência dos direitos, a sociedade brasileira repensou a fragilidade histórica da situação das crianças e dos adolescentes, especialmente as oriundas das classes populares. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>. acesso em 23 de novembro de 2010.

²⁵ O ECA foi considerado o marco legal de um processo prático-reflexivo que se dispôs a transformar o estatuto da minoridade brasileira, especialmente naquilo que se refere aos que estão em processo de exclusão social ou em conflito com a lei. O ECA, além de representar radical mudança de rumo ético-político perante o antigo ordenamento jurídico-institucional configurado no segundo Código de Menores (1979), gerou estruturas colegiadas nos âmbitos nacional – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) –, estadual e municipal (conselhos estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescente). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>. acesso em 23 de novembro de 2010.

intensamente sobre conservadoras formas de conceber (jurídica, institucional e socialmente) crianças e adolescentes no País.

Se o final da década de 1980 trouxe conquistas importantes como a institucionalização de leis garantindo direitos sociais importantes, sobretudo para os jovens das classes populares, o que sinalizava, inclusive, para a emergência de um Estado forte também nessa área, no entanto, a década seguinte que deveria começar colocar em práticas tais direitos, ao contrário, os negligenciou. Foi o período em que o Brasil aderiu à pragmática neoliberal e aceitou as condições impostas pelas agências financeiras internacionais, criando mecanismos que atacaram os direitos recém-conquistados e impuseram uma série de novas medidas que afetou particularmente os cidadãos mais pobres, cujo ônus foi pago por enormes sacrifícios dos trabalhadores.

Pressionado pelos movimentos em defesa de crianças e de jovens, o governo FHC começa, mas somente no seu segundo governo, a aplicar algumas ações que tinham como missão garantir os direitos desses sujeitos, mesmo se a história revela que tal propósito não passou de uma falácia. Na sua maioria, os jovens não tiveram acesso a uma educação boa e nem de longe uma qualificação que os colocasse numa posição de igualdade na disputa pelo emprego com outras categorias.

Assim, no final da década de 1990, o Governo anuncia várias iniciativas, voltadas para esse segmento de classe, realizadas em parceria com governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil. Segundo Sposito e Carrano (2003), o governo FHC se apressou em dar alguma resposta aos problemas que atingiam os jovens das classes populares, quando implantou uma ampla frente de programas e projetos sociais de caráter emergencial, destinados prioritariamente para a juventude trabalhadora. Além dessas, foram enfatizadas medidas políticas de qualificação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho. Buscou-se, dessa maneira, delimitar o segmento da população a ser beneficiado, incluindo a definição de faixa etária, uma vez que, até então, no âmbito das políticas públicas, os jovens não eram vistos como um segmento social que necessitasse de atenção particular.

Sob os auspícios da doutrina neoliberal, mediante as reformas de Estado, reestruturação produtiva e privatização do patrimônio público, o governo FHC aprofundou e definiu o Brasil como uma sociedade de capitalismo dependente, plataforma da valorização do capital errático, conformada ao trabalho predominantemente simples e de baixo valor agregado. Com contrapartida filantrópica e sob a liderança de sua mulher, a antropóloga Ruth Cardoso, criou o programa *Comunidade Solidária* para cuidar da pobreza extrema.

Somente no último ano da gestão FHC foram identificados 30 programas/projetos governamentais, incidindo com maior ou menor focalização nas faixas etárias comumente consideradas como jovens (adolescentes de 15 a 19 anos e jovens de 20 a 25), e três ações sociais não governamentais de abrangência nacional, a saber: o *Programa de Capacitação Solidária*, *Projeto Rede Jovem* e *Programa Alfabetização Solidária*, sob a tutela do *Programa Comunidade Solidária*. (SPÓSITO e CARRANO, 2003).

Na perspectiva de esses mesmos estudos, os programas desenvolvidos por aquele governo assumiram um caráter fortemente assistencialista, pontual e de alcance limitado. Referidos programas tinham como preocupação central a qualificação aligeirada para o trabalho por meio de cursos profissionalizantes, sem propor nenhuma alternativa de ingresso desses jovens no mercado de trabalho. Segundo esses autores supracitados, tais programas tomaram a forma de projetos isolados, sem critérios avaliativos, configurando a inexistência de um desenho constitucional mínimo que assegurasse a continuidade e uma unidade política na direção da consolidação de políticas públicas de juventude no país. Nesses termos, as ações destinadas aos jovens e realizadas pelo governo Cardoso, “eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho” conforme anunciado nos estudos de (SPÓSITO, 2007, p.210).

Na compreensão de autora, ao se colocarem como políticas particularizadas e pontuais, as ações em forma de programas destinados aos jovens na gestão de Cardoso não passaram de ações desconexas de um projeto maior com incidência apenas sobre ações isoladas, sem avaliação e, sobretudo, configurou a inexistência de um desenho constitucional mínimo que pudesse dar continuidade e unidade política na direção da consolidação de políticas públicas de juventude e formas de gestão democráticas para os futuros governantes. Nesses termos, as ações desenvolvidas para a juventude trabalhadora no país durante o governo Cardoso, estariam longe de se constituírem como uma política efetiva de juventude. Segundo a autora,

Alguns programas assumiram sobremaneira o fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento da realidade econômica e social de um período histórico que viveu a recessão provocada pelas altas taxas de juros e os efeitos agudos da crise do mundo do trabalho. (SPÓSITO, 2007, p.202).

Por esses motivos, as ações de juventude desenvolvidas na gestão de FHC não resolveram, nem mesmo em parte, as demandas desse segmento de classe, sobretudo o ingresso no mercado de trabalho. Na prática, a política de juventude realizada por FHC não representou nenhum avanço significativo no campo da atenção e da proteção dos direitos de juventude, pelo contrário, elas acabaram por aprofundar ainda mais as desigualdades sociais entre os jovens das classes dominantes e aqueles das classes populares.

Uma eventual ruptura com a forma de atendimento aos jovens das camadas populares no País só começou a ser desenhada, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, em 2003. Eleito, o “novo” Governo tinha pela frente um grande desafio: contribuir concretamente para a constituição de uma nova forma de conceber as políticas dirigidas aos jovens no País, abertas a novos direitos de juventude, e assegurar-lhes os direitos conquistados por meio de lutas dos trabalhadores em vários momentos da história mais recente. Infelizmente a história demonstrou que esse caminho ainda precisa ser trilhado para que os direitos dos trabalhadores jovens venham a ser concretizados.

Esperava-se do novo governo uma ruptura com as práticas das políticas neoliberais de atendimento aos jovens, herdadas da gestão FHC, as quais tinham como característica, a adoção de cursos de qualificação para o trabalho do tipo aligeirado e de caráter compensatório, o que na prática terminavam negligenciando os direitos desses sujeitos. Infelizmente, o governo Lula da Silva, também, vai entrar para a história como um governo que não superou, efetivamente, as formas de atendimentos à juventude trabalhadora, marcadas pelo assistencialismo e pela pragmática neoliberal.

Ao nos posicionarmos contra tal modelo de escolarização do tipo aligeirado e compensatório, focalizado preponderantemente em grupos juvenis das classes populares, não temos a pretensão de negar a importância da formação e da qualificação para o trabalhador jovem, inclusive como direito conquistado, mesmo que esse direito ainda esteja longe de se concretizar. É evidente que uma sólida formação profissional poder, eventualmente, abrir caminhos importantes para uma possível realização dos sujeitos, muito mais num contexto onde prevalecem os interesses da expansão capitalista e de sua lógica excludente.

Nesse sentido, nem mesmo a promulgação da Política Nacional de Juventude – PNJ, lançada em 2005, não foi capaz de superar os modelos de atendimento de jovens trabalhadores, herdados da gestão passada. A “nova” política tinha como meta aglutinar, sob uma única coordenação, todas as ações estatais de atendimento aos jovens que estavam em curso naquele momento. Para viabilizar tamanha tarefa, foi criado um grande programa

estatal, denominado Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - Projovem Integrado, considerado pelo próprio governo como o carro-chefe das ações de juventude na primeira década do século XXI. Referido Programa será discutido mais detalhadamente no último capítulo desse trabalho.

3.2 - O que muda com a aprovação da Política Nacional de Juventude do Governo Lula da Silva?

A vitória de Lula da Silva desencadeou muitas expectativas, sobretudo no âmbito das políticas de educação e qualificação profissional da classe trabalhadora em geral. Esperava-se que o “novo” governo abandonasse as práticas de escolarização e formação para o trabalho da era FHC e as substituíssem por políticas universais de educação e formação profissional. Infelizmente, pelo menos no âmbito das políticas destinadas à juventude trabalhadora não houve mudanças substanciais, pelo contrário, nunca se investiu tanto nesses modelos de ações no País. Isso pode ser constatado por meio da quantidade de programas e projetos, bem como o montante de recursos destinados para essas atividades.

De fato, nos dois primeiros anos da gestão de Lula da Silva, pouco ou quase nada foi proposto para superar aquela realidade. Segundo Abramo e Branco (2008) uma das poucas propostas realizadas no início daquela gestão foi o lançamento do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens o PNPE²⁶. Assim como no passado, esse Programa, também era destinado aos jovens na faixa etária dos 16 a 24 anos, sem experiência prévia de trabalho, pertencentes a um núcleo familiar, cuja renda familiar *per capita* não deveria ultrapassar meio salário mínimo. O programa previa também várias ações, entre elas o incentivo financeiro à contratação, estímulo à responsabilidade social para o financiamento de projetos de capacitação de jovens, estímulo ao empreendedorismo, ações de qualificação e

²⁶ O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) nasceu como um “compromisso” do Governo Federal para com a sociedade brasileira para o combate à pobreza e à exclusão social, integrando as políticas públicas de emprego e renda a uma política de investimentos públicos e privados, geradora de mais e melhores oportunidades. Para maiores esclarecimentos, acessar o site www.estudosdotrabalho.or, Ano III, número 5-2009. Referido Programa foi criado pela lei 10.748, de 22 de outubro de 2003, alterado por novos dispositivos editados em 2004, que tinha como objetivos incentivar uma maior adesão do empresariado ao programa. (Medida Provisória Nº 186, 13/05/2003; Decreto Nº 5.199, de 30/08/2004; Decreto Nº 10.940, de 27/08/2004). Além disso, no esforço de consolidar uma política de trabalho para a juventude, o Ministério do Trabalho se propõe a esclarecer e fazer cumprir a Lei da Aprendizagem (Lei Nº 10.097, 19/12/2000) e a Lei do Estágio (Decreto Nº 87.497, 18/08/1982).

aprendizagem. Na prática, tal proposta não se diferenciava, em nada, das ações do governo anterior.

Em 2004, deu-se início a um grande debate em torno dessa temática e da necessidade de institucionalizar uma política específica de juventude, cumprindo assim suas promessas de campanha e realizando, em tese, um sonho antigo dos movimentos ligados às causas históricas dos jovens no Brasil. Dentre esses movimentos, podemos destacar o “Projeto Juventude²⁷”, do “Instituto Cidadania²⁸”, uma organização não governamental criada por Lula da Silva e alguns colaboradores, em 1991, cujo escopo era propor e formular um modelo de política pública para a juventude que superasse as práticas dos governos passados, caso fosse eleito. Naquela ocasião, o Governo federal criou, também, a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CEJUVENT), destinada a estudar e acompanhar as ações públicas destinadas à juventude no País e o Grupo Interministerial de Juventude (GIJ), com vistas a mapear todas as ações de juventude que estavam em curso naquele momento e sugerir novas propostas nesse campo.

No final daquele trabalho, foram identificadas 135 ações federais, dos quais apenas 19 eram dirigidas, especificamente, para o público jovem das classes populares. Entendeu-se, também, que as políticas em curso, sobretudo aquelas dirigidas para esse público específico, apresentavam uma série de dificuldades e incongruências e que, no seu conjunto, eram fragmentadas e desarticuladas, circunscrevendo-se apenas no âmbito de cada ministério.

Na tentativa de dar uniformidade às ações de juventude, sugeriu-se a criação de um amplo Programa de alcance nacional, capaz de aglutinar todas as ações em curso até aquele momento. Foi criado o Programa de Educação de Jovens, o Projovem. Dentre suas funções mais abrangentes, deveria combater a fragmentação e o paralelismo das ações em curso, constatados durante o trabalho de mapeamento e assegurar certa uniformidade nas ações.

²⁷ Esse projeto promoveu ampla discussão, envolvendo organizações juvenis, pesquisadores, representantes de movimentos sociais, de ONGs, gestores, intelectuais, etc., em uma série de eventos, seminários, oficinas e plenárias, resultando em pesquisas e publicações que depois serviria para a elaboração de um documento para um desenho governamental de uma Política Nacional de Juventude.

²⁸ O Instituto Cidadania – uma ONG criada em 1991 e presidida por Luís Inácio Lula da Silva até a eleição para a Presidência da República em janeiro de 2000 – tem o objetivo de realizar estudos e apresentar subsídios para propostas de políticas públicas. A juventude foi escolhida como foco de trabalho do Instituto nos anos 2003 e 2004, por meio do Projeto Juventude, com o apoio das seguintes empresas: Companhia Brasileira de Metalúrgica e Mineração, Vale do Rio Doce, Telemar e Usiminas (CASTRO, *et all*, 2009).

Paralelamente, foram criadas, também, a Secretaria Nacional da Juventude²⁹ (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)³⁰, os quais deveriam ajudar nessa missão.

Para o Governo federal, a criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, concomitantemente ao Projovem “representa um novo patamar de políticas públicas voltadas para a Juventude brasileira, considerada em sua singularidade, diversidade e suas vulnerabilidades e potencialidades” (BRASIL, 2005b, p.6).

O Projovem original foi lançado em 02 de fevereiro de 2005, no Palácio do Planalto, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de medida provisória³¹. Por meio dessa medida, o governo pretendia enfrentar os problemas da juventude trabalhadora, dedicando uma política mais abrangente que pudesse ir ao encontro de um número significativo de jovens. Após dois anos, sofreu mudanças, quando recebeu nova nomenclatura, passando a se chamar Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Educação, Qualificação Profissional e Ação Comunitária – ou Projovem Integrado.

Referido Programa situa-se no contexto de políticas governamentais integradas para a juventude, utilizando os resultados da avaliação interna e externa para reforçar aspectos considerados relevantes na gestão dessas ações e propõe estratégias para superação de dificuldades e obstáculos encontrados em sua implementação. Acredita-se que, por meio desse Programa, seja possível proporcionar formação ao jovem, por meio de uma associação entre a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, a qualificação com certificação de formação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Ele emerge como a principal resposta do Governo federal ao problema da falta de escolaridade do jovem trabalhador, apenado pela sua condição baixa formação e de desqualificado profissionalmente. Argumenta-se, que o referido Programa pretende contribuir, especificamente, para ajudar os jovens trabalhadores a se reinserir na escola.

²⁹ Essa Secretaria, além do papel de integrar programas e ações do Governo federal, é a referência da população jovem no Governo federal, como ocorre em vários estados e municípios do Brasil (e em vários países que adotam políticas públicas voltadas para a juventude). A Secretaria - que não tem *status* de ministério, mas é ligada à Presidência da República – integra a estrutura da Secretaria - Geral e é responsável por iniciativas do Governo voltadas para a população jovem, levando em conta as características, especificidades e a diversidade da juventude.

³⁰ Esse Conselho tem como objetivo favorecer a interlocução entre Poder Público e sociedade civil. É formado por 60 membros, sendo 40 da sociedade civil e 20 do Governo federal. Foi implantado em agosto de 2005, devendo formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas para a juventude e fomentar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica juvenil.

³¹ O Projovem, na sua primeira versão, foi instituído pela lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, que criava, também, o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional da Juventude.

De fato, o grande objetivo desse Programa consiste na promessa da elevação da escolaridade do jovem trabalhador, ofertando, também, uma qualificação profissional, do tipo inicial para o trabalho, sob a alegação de que dessa maneira, o governo estaria contribuindo para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Entretanto, é justo esclarecer que esses tipos de políticas não conseguem nem assegurar uma melhor formação para seus “beneficiados”, nem, muito menos, ingressá-los no mercado de trabalho formal.

Concordamos com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2006) quando asseguram que, a educação destinada à formação da classe trabalhadora jovem, durante o governo Lula se processou mediante programas focais e contingentes, a exemplo dos seguintes: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – PROJOVEM, que dois anos depois, viria a se tornar o carro-chefe das ações de juventude do Governo federal, autodenominando de Projovem Integrado.

Por tudo isso, é possível afirmar que, assim como na gestão passada, as ações estatais desenvolvidas no âmbito do Projovem não só não conseguiram levar a escolaridade dos jovens e qualificá-los profissionalmente, como também não conseguiram proporcionar a esses sujeitos a experiência do emprego formal. O que se observa na prática é que, a grande preocupação dessas políticas tem sido a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho em trabalhos precarizados, pouco se importando de como são esses empregos, suas remunerações e condições de trabalho. Para os defensores dessas políticas, o importante é tirar o jovem da inatividade, não importando seus mecanismos de cooptação. Foi assim durante a era FHC e, também, durante o octanato do governo Lula da Silva, não obstante a promulgação de uma Política estatal específica de juventude. Mas, se tais propostas não conseguem dar respostas a essas demandas dos jovens trabalhadores porque então tanta predileção por esses tipos de políticas públicas?

3.3 Para onde apontam a educação e a formação da classe trabalhadora no Governo Lula da Silva?

Com a retomada da ideologia desenvolvimentista no governo Lula da Silva (sem romper, contudo, a condição de capitalismo dependente), percebe-se que a educação

profissional teve um tratamento de destaque na agenda governamental, verificado por meio da construção de novas escolas técnicas, mesmo se destinadas a um determinado grupo social, e na oferta de cursos de qualificação profissional, como os que ocorrem no Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, reservado a jovens trabalhadores das camadas populares. Durante o segundo mandato, o Governo federal ampliou, sensivelmente, o número de vagas para a Educação Profissional destinada a jovens e adultos, o que ocorreu não só por meio da extensão do número de vagas dos cursos já existentes, como também por meio da construção de novas Escolas Técnicas Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

É preciso ressaltar, oportunamente que, assim como no passado, a educação destinada à classe trabalhadora, jovem ou adulta, não ficou imune ao contexto das reformas neoliberais, promovidas por FHC e sua equipe, na década de 1990. Com base no receituário neoliberal expresso no Consenso de Washington e nas orientações das agências multilaterais, como o Banco Mundial e a CEPAL, revigorou-se o raciocínio economicista no campo educacional que reatualiza a teoria ou a ideologia do capital humano dos anos 1970, onde a baixa escolaridade e a desqualificação da maioria da população se configuram como as principais causas do desemprego. Ou seja, só a competência empregatícia flexível do indivíduo poderia garantir-lhe empregabilidade, daí as políticas educacionais passarem “orientar-se para garantir a transmissão diferenciada das competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar, nos exigentes mercados de trabalho pelos poucos empregos disponíveis” (GENTILLI, 1998, p.89).

Não obstante a continuidade das políticas herdadas da era FHC, o governo Lula da Silva avançou em relação à educação da classe trabalhadora, mesmo se ainda nos marcos das políticas neoliberais. No campo da Educação de Jovens e Adultos, por exemplo, em contraste com a histórica ausência e/ou insuficiência de políticas públicas para esse segmento, são inegáveis os avanços empreendidos naquela gestão. De modo sintético, algumas das principais iniciativas na área podem ser assim elencadas:

- a instituição do Decreto 5.154/2004, em substituição ao Decreto 2.208/1997, dá um passo adiante na superação da histórica dicotomia entre formação profissional e educação geral;
- Na sequência, em 2005, foi instituído o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –

PROEJA, por meio do Decreto n. 5.478, para ser implementado pelas instituições federais vinculadas à educação profissional;

- Em 2006, o PROEJA foi revisado por meio do Decreto 5.840, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Conforme enunciado no nome, são ampliadas as possibilidades de articulação entre formação geral e profissional, passando a englobar o ensino fundamental e os cursos de formação inicial e continuada (PROEJA FIC), além disso se estende a instituições não federais, estabelecendo-se, em substituição às cargas horárias máximas, cargas horárias mínimas, suprimindo as denominadas “saídas intermediárias” e ampliando-se as possibilidades de valorização dos saberes e experiências dos trabalhadores adquiridos para além do espaço escolar;
- O Plano Nacional de Qualificação – PNQ, lançado em 2003, em substituição ao PLANFOR, orientou-se não mais para a ideia central da “empregabilidade”, mas para a perspectiva da qualificação social e profissional como direito social.
- Além dessas medidas, o governo aplicou outras, a exemplo do próprio Projovem, da Agenda Territorial de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede Certific;

Porém, é preciso denunciar algumas fragilidades que acompanharam a implantação e o desenvolvimento dessas ações durante o governo de Lula da Silva. Segundo um estudo recente publicado em São Paulo, intitulado “*Políticas públicas de educação e trabalho na perspectiva dos direitos sociais*”³², são muitas as limitações presentes nessas ações estatais. Segundo esse documento, muitas dessas ações foram realizadas completamente desarticuladas de outras políticas de governo, consideradas fundamentais, como às políticas da área econômica, de desenvolvimento, de trabalho e renda e de educação, sem falar da incapacidade de cada ministério em consolidar uma agenda comum.

Mesmo reconhecendo os avanços dessas políticas estatais, o documento afirma que não houve avanços significativos em relação à articulação entre educação básica e formação profissional. Embora várias escolas federais tenham retomado a oferta de cursos técnicos

³² <http://noticias.cefet-rj.br/2011/04/08/politicas-publicas-de-educacao-e-trabalho-na-perspectiva-dos-direitos-sociais-divulgacao/>

integrados com o ensino médio, na prática, o desenvolvimento do currículo ainda se dá por sobreposição de conteúdos na maioria das instituições de ensino. Além do mais, a oferta das redes estaduais, com algumas exceções importantes, permanece pequena, sofrendo dos mesmos problemas. Para além dos cursos com matrícula única (integrados) pouco se avançou na compreensão da formação integral como princípio, tendo o Trabalho como eixo estruturador do projeto pedagógico e do currículo, independentemente da forma e modalidade de oferta.

Assim, no lugar de se destacarem como políticas de Estado, ou seja, universais, essas continuam sendo caracterizadas por meio de Programas focais, de caráter assistencialista e compensatório o que nos leva a crer que pouca coisa mudou, realmente. Em outras palavras, isso significa dizer que necessitam de indução através de repasses voluntários, via convênio, ou se dão para além dos orçamentos ordinários. Esse tipo de fomento está sujeito a atrasos e entraves devido aos trâmites burocráticos e, ocasionalmente, a contingenciamentos. O fato de não serem compreendidos como ofertas regulares das redes e instituições de ensino as coloca em situação de preterimento frente às demais ofertas educacionais (por exemplo, pela utilização quase exclusiva de professores substitutos ou temporários), ou ainda, contraditoriamente, as fortalece apenas quando existe fomento adicional, fragilizando-se ou deixando de existir com a supressão da indução. O problema é de grande gravidade, pois as medidas tendem a se efetivar de maneira descontínua e desarticulada entre si, podendo vir a não se constituir nem mesmo como políticas de Governo.

Além de premiar um determinado público, o que se configura como excludente, muitas vezes, são concebidas/conduzidas por ministérios diferentes, sem articulação e com pouca integração. De maneira que, quando chegam aos seus destinos de execução, apresentam-se fragmentadas e previamente delimitadas, reforçando o quadro de dispersão e justaposições. Além dessas limitações, o documento apontou outras, como a falta de uma política específica para o jovem do campo, para os trabalhadores portadores de necessidades especiais, entre outras.

Por fim, o estudo adverte para a necessidade de se avançar na construção de Currículos e Itinerários Formativos para os cursos de trabalhadores jovens e adultos, assim como na elaboração de um Guia Nacional de Formações e Certificações Profissionais, de modo a estabelecer parâmetros comuns com vistas à coordenação nacional das ações com tal fim. Sugere, ainda, que o PROEJA deve promover o preparo de trabalhadores jovens e adultos para que sejam capazes de enfrentar adequadamente os desafios atuais presentes no mundo do

trabalho (considerando a educação escolar, a formação técnica e a preparação para a cidadania), no que se refere tanto à inserção no mercado de trabalho (assalariamento), quanto à realização do trabalho autônomo e do trabalho associado e autogestionário.

Por tudo isso, podemos afirmar que a política de educação profissional, voltada para à classe trabalhadora em geral, durante a gestão de Lula da Silva, longe de sinalizar para uma perspectiva unitária de escola, negligenciou, em grande medida, a histórica luta dos trabalhadores por uma educação de qualidade. Com base nessa análise, somos convocados a concordar com as análises de Leher *et alii* (2010), quando segura que esse governo continuou perseguindo as políticas focalizadas, no pressuposto geral de que o dualismo educacional é um imperativo do mercado e que, antes de ser combatido, deve ser ampliado para todos os poros da sociedade, pois concorre para a difusão de disposições ideológicas relacionadas à chamada inclusão social, como a predominância de muitos programas de atendimento à classe trabalhadora jovem, por meio de cursos de capacitação aligeirados e compensatórios, a exemplo dos programas federais que deram sustentação à sua Política Nacional de Juventude.

3.6 O Governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu

No Brasil, as consequências do receituário neoliberal se fizeram sentir por meio do crescente desemprego, pela desresponsabilização do Estado em matéria de política social, informalidade, pobreza, entre outras. Nesse mesmo período, o funcionalismo público foi um dos segmentos mais prejudicados pelas manobras da contrarreforma de FHC, submetido a um arbitrário congelamento dos seus salários. Vale recordar que, no mesmo período, não houve nenhum concurso para substituir os servidores aposentados, fragilizando ainda mais o precário serviço público em todos os níveis. Pode-se assegurar, ainda, que a década de 1990 significou verdadeiro retrocesso para o País, pois a promessa do desenvolvimento econômico com justiça e distribuição de riquezas, tanto não se realizou quanto promoveu, ainda mais, um enorme fosso entre ricos e pobres.

A mudança de Governo no final da década de 1990 trouxe à cena política nacional, mais uma vez, a possibilidade da ascensão de Lula da Silva, e com ele, o movimento dos trabalhadores, representados mediante a participação e engajamento político de vários organismos de classe, notadamente o novo sindicalismo brasileiro representado pela Central

Única dos Trabalhadores (CUT), que com ele lutou desde a década de 1980 para chegar ao comando do País.

A vitória de Lula da Silva, numa coalizão de centro-esquerda, promoveu uma série de expectativas no Brasil, sobretudo para o movimento dos trabalhadores que aspirava a uma radical ruptura com o modelo de desenvolvimento herdado de FHC. Acreditava-se que, com a chegada de um operário ao comando da Nação, muitas das políticas neoliberais defendidas por FHC, poderiam ser excluídas impiedosamente, uma vez que eram consideradas nocivas para a classe trabalhadora. A posição política assumida por Lula da Silva, todavia, meses antes da eleição, mediante um controverso documento denominado “Carta aos Brasileiros”, deixava clara sua adesão ao projeto neoliberalizante de FHC e se comprometia em finalizar as “reformas” necessárias ao capital que seu antecessor não foi capaz de realizar.

Sua vitória significou, em tese, um importante passo em direção à consolidação de um projeto social do tipo popular e, ao mesmo tempo, encheu de esperança uma significativa parcela da população brasileira, notadamente a classe trabalhadora, mas isso não aconteceu. Segundo Leher (2005, p. 47), “a adesão incondicional e sem subterfúgios do governo Lula da Silva à agenda do Banco mundial, por si só é um primeiro grande indicador de que o passado segue oprimindo o cérebro dos dirigentes governamentais”, inclusive na gestão desse governante, que por uma questão histórica, se esperava uma tomada de direção completamente oposta. Isto não aconteceu, entretanto.

Lula da Silva foi líder sindical e um dos principais fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT³³). Considerado grande liderança política, nascida no seio dos movimentos sociais e no novo “sindicalismo” brasileiro dos anos 1980, elegeu-se, pela primeira vez, em 1986, como deputado federal, disputou ininterruptamente três eleições presidenciais, em 1989 contra Fernando Collor de Melo, perdendo no segundo turno das eleições; e em 1994 e 1998 contra Fernando Henrique, perdendo ainda no primeiro turno. Acredita-se que tais derrotas estariam relacionadas à rejeição ao programa daquele presidencializável que encontrava enormes resistências nos segmentos ligados à elite política e econômica nacional, bem como em parte de segmentos da classe média, pouco afeita ao radicalismo inicial de Lula e do seu partido, o PT.

³³ A origem do PT e da liderança de Lula da Silva remonta ao final da década de 1970, período importante da retomada das lutas sociais no Brasil, cuja culminância foi à candidatura dessa liderança política na disputa eleitoral de 1989 (SOUSA JR, 2011).

Com a iminente possibilidade da vitória de Lula da Silva, começam a serem articuladas várias negociações, de modo a adequar o discurso petista aos interesses das elites nacionais. Tais acordos foram registrados em um documento controverso, denominado “Carta aos brasileiros”³⁴, em que Lula da Silva se comprometia, entre outras coisas, a manter a agenda macroeconômica em curso no País, desde a contrarreforma de FHC. Nesse contexto, e em tais condições, finalmente, Lula chegou ao comando do País, em 2002.

Segundo Sousa Jr (2011), essa mudança da direção não foi única nem a mais forte contradição ocorrida na trajetória de Lula e do seu partido, o PT. Após a derrota nas eleições de 1989, Lula começou a se desvincular da imagem de liderança operária, associada aos movimentos grevistas, para transforma-se no candidato plural, aceito por todas as classes no País. Ao atuar noutra direção, o Governo dos trabalhadores sepultou de vez os ideais que deram origem à criação do seu partido, desconsiderando as lutas e as bandeiras históricas dos trabalhadores, responsáveis pela sua ascensão ao poder.

De acordo com as análises de Leher (2010), essa estratégia não foi apenas uma jogada utilizada como mecanismo para facilitar a chegada de Lula ao poder, mas seu conteúdo foi cabalmente respeitado e posto em prática por esse Governo desde os primeiros meses da sua gestão. Segundo esse autor, referido documento sacramentou o compromisso do Governo Lula em respeitar os acordos estabelecidos por FHC, e, dessa forma, conseguiu fortalecer a confiança da alta finança e das corporações reunidas na Câmara do Comércio Brasil - Estados Unidos; na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); na Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que olhavam para aquele presidenciável com muitas desconfianças. O compromisso público assumido por Lula e seus aliados, por meio desse documento, trouxe tranquilidade às elites nacionais e aos grandes grupos internacionais e, dessa maneira, foram criadas as condições ideais para a ascensão desse presidenciável, em 2002.

Com efeito, era de se esperar que esse Governo mantivesse o “núcleo duro” das medidas neoliberais de FHC, a exemplo do fator previdenciário, Lei de Responsabilidade Fiscal, DRU (vale lembrar que a sua extinção só aconteceu no final da sua última gestão), a abertura financeira e comercial, a autonomia operacional e política do Banco Central. Deixou

34 No documento “Carta aos Brasileiros”, lançado meses antes do pleito eleitoral para Presidência da República, em 2002, foram evidenciados os novos direcionamentos assumidos pelo partido e por Lula, que se comprometiam, dentre outras coisas, a manter a agenda macroeconômica que estava em curso no País, respeitando todos os contratos elaborados, inclusive, no período do liberalismo duro, e garantindo a continuidade das reformas necessárias, impostas pelo grande capital, desde a década de 1980 e aprofundada largamente na era FHC.

intocável a necessária revisão dos contratos das privatizações, esses considerados lesivos ao patrimônio social de todos os brasileiros. Sob tal ordem, esse Governo assumiu os balizamentos macroeconômicos do Governo anterior, como as metas de inflação, os elevados *superávits* primários, a taxa de juros elevada e moeda local apreciada. Reportamo-nos a um governo que se dizia porta-voz de um projeto popular e afirmava que era preciso romper com o modelo de desenvolvimento da era FHC. Nesse contexto, seria possível afirmar que Lula teria mesmo se desvencilhado da maneira de governar da gestão passada?

Para realizar suas propostas e honrar os compromissos firmados na Carta aos Brasileiros, o governo Lula da Silva começou sua gestão sustentada por um discurso social de convencimento popular, adaptada a uma práxis governamental que em nada se diferenciava da gestão do principal defensor das políticas neoliberais brasileiras, FHC. Para isso, chamou as principais lideranças sindicais para fazer parte direta na gestão de seu governo, conseguindo coadunar praticamente todo o movimento sindical combativo da década de 1980 em troca de cargos públicos e participação no Governo, notadamente pela indicação de algumas lideranças sindicais para cargos públicos em grandes empresas de economia mista.

Exemplo disso pode ser comprovado mediante uma parte expressiva do sindicalismo brasileiro que se aliou ao Governo central por meio de ocupações em cargos burocráticos. Segundo Sousa Jr (2011), o governo Lula atuou sobre a CUT e o sindicalismo em geral, mas também trabalhou sobre a UNE e até conseguiu êxito sobre o MST, Movimento mais avesso à nova posição de Lula. Os cargos variavam desde Ministro do Trabalho até funções de comando no alto escalão das grandes empresas nacionais. Nas categorias em que o Governo não obteve êxito, estimulou-se a criação de outros sindicatos, como meio de promover uma gradual e silenciosa fragmentação nas suas bases.

Segundo Leher (2010), citado por Sousa Júnior (2011, p.07),

A ação firme do governo Lula da Silva objetivando controlar os movimentos sociais e minar as resistências dessas às suas políticas pode-se dimensionar pelo modo como o MEC atuou diretamente na criação do PROIFES, novo sindicato de representação do movimento docente da IFES com o propósito de acabar com a influência de um dos poucos sindicatos que adotaram uma posição sistemática de vigilância e crítica ao governo Lula da Silva desde o início a ANDES-SN.

Por outro lado, a gestão de Lula da Silva é merecidamente reconhecida como superior em todos os aspectos do que aquela do seu antecessor. Na gestão de Lula da Silva, o País recuperou o prestígio internacional, revalorizou, o funcionalismo público, sobretudo os trabalhadores das universidades federais. Foi implantado um amplo programa de inclusão social por meio de transferência de renda, denominado de Bolsa Família, responsável por suprimir da miséria milhares de cidadãos brasileiros

Estudiosos como Filgueiras e Gonçalves (2007), Saviani (2007), Leher (2010), entre outros, fazem, com muita propriedade, excelentes análises sobre os resultados do governo Lula da Silva. Nossa análise, entretanto, não tem a pretensão de aprofundar esses estudos, nem fazer comparações sobre a superioridade do governo Lula em relação ao governo FHC. Acreditamos que as análises desses autores já apresentam conclusões suficientes para se compreender a forma de governar de Lula da Silva em relação àquela do seu antecessor, seus avanços, limites e retrocessos no campo social, político e econômico. Nosso objetivo é traçar um balanço das principais medidas adotadas por Lula no campo da educação nacional, buscando averiguar como se efetivaram as ações no âmbito da formação profissional da classe trabalhadora, notadamente nos programas e projetos sociais destinados a esse segmento.

É preciso considerar, inicialmente, que o governo FHC foi declaradamente contra a educação nacional, conseguindo impor uma agenda para o País por meio de um modelo de educação profundamente pró-sistêmico e pró-mercado, orientado para responder às imposições dos grandes centros do capital e de suas agências financiadoras (SAVIANI, 2007). Ainda mais grave é o fato de que todas as medidas adotadas foram respaldadas mediante decretos e medidas provisórias, ou seja, leis impositivas, elementos contraditórios dos princípios da democratização e da garantia dos direitos sociais. Em nenhum momento, esse Governo considerou a luta histórica dos trabalhadores da educação que, desde muito tempo, discutiam e lutavam por outro modelo de educação para o País.

Com a mudança de Governo nas eleições de 2002, ressurgia no horizonte governamental a possibilidade da retomada, pelo menos, das discussões em torno dos projetos defendidos pelos trabalhadores da educação e que foram sepultados na gestão de FHC. Para os profissionais ligados às lutas por uma educação nacional de qualidade, portanto, uma educação mais sensível às demandas dos trabalhadores, a vitória de Lula significou, naquele momento, uma possibilidade concreta de se reverter o projeto de educação em curso, começando pela revisão e revogação imediata do Decreto 2.208/97, que separava o ensino médio da educação profissional, e, ainda por cima, o fragmentava em módulos dissociados.

O apelo midiático provocado pela vitória de um operário ao maior posto de comando nacional desencadeou uma onda de expectativas em torno de mudanças estruturais dos vários tipos, esperando-se, inclusive, uma ruptura com o modelo de educacional profissional, que até aquele momento ocupava um lugar de grande destaque. Sabe-se que o projeto de educação profissional da era FHC tinha como referencial normativo a promulgação do Decreto 2.208/97 que, como mencionamos anteriormente, separou o ensino médio regular da educação profissional e insistiu em ações focalizadas e contingenciais, notadamente para os jovens das classes populares, que representavam a parcela da população mais sujeita a situações de vulnerabilidade.

É necessário salientar que, durante o primeiro mandato de Lula da Silva, foram tomadas algumas medidas que tencionavam reorganizar a educação nacional, inclusive pelo propósito governamental de rediscutir o referido Decreto. Este problema foi enfrentado em meados de 2004 por intermédio Decreto, de n. 5.154/04, “resguardando a possibilidade de articulação entre ensino médio e profissional, mas admitindo a existência do modelo anterior. Dessa forma, Lula da Silva descumpriu promessa de campanha, demonstrando uma vez mais toda sua disposição para a conciliação”. (SOUSA, JR, 2011, p. 18).

Na perspectiva das análises de Frigotto *et alii* (2005), a revogação desse decreto, por si, não foi capaz de produzir mudanças substanciais na educação brasileira, tampouco conseguiu modificar as práticas de educação profissionais que vinham sendo dirigidas à classe trabalhadora, notadamente aquelas no âmbito da política de juventude. Segundo esse autor, o governo Lula continuou insistindo numa educação profissional que carregava as mesmas semelhanças das políticas do seu antecessor. Prova disso pode ser evidenciada por meio de sua Política Nacional de Juventude, que teve no *Projovem* sua máxima expressão.

Outras medidas averiguadas na gestão Lula da Silva resguardam a promulgação da Lei n.º.10.861,³⁵ de 14 de abril de 2004, que criou o SINAES e o ENADE; o Decreto n.º. 5.773, de 05 de maio de 2006, que regulamentou a implantação do SINAES e do ENADE; a Lei n.º.11.096, de 13 de junho de 2005, que regulamentou a implementação do Programa

³⁵ Essa Lei redefinia as ações da União no que concerne às atribuições do artigo 9º, inciso VI, VIII e IX da LDB, que lhe conferia a prerrogativa de avaliar o ensino no País em todos os seus graus e modalidades. (Ver Saviani, 2007, p.19).

Universidade para Todos (ProUni³⁶); e o Decreto n.º 5.493, de 18 de julho de 2005, que o regulamentava (SAVIANI, 2007).

Para Leher (2010, p. 378), o ProUni “previa quase que total isenção tributária para todas as Instituições de Ensino Superior privados, incluindo, portanto, as ditas sem fins lucrativos (comunitárias, filantrópicas e confessionais) e as explicitamente mercantis (particulares)”. Segundo esse autor, esse Programa foi o ponto da discórdia entre as entidades, pois afrontava um princípio do FUNDEP, que previa como único destinatário dos recursos públicos as entidades públicas.

Ainda consoante esse autor, a inflexão no sentido do setor privado e do capital não se limitou apenas a essa parceria, mas avançou, especialmente na segunda gestão, em níveis dificilmente imaginados anteriormente. Tal situação pode ser observada por meio da articulação desse Governo com o empresariado da educação particular, responsável pela organização do movimento “Compromisso Todos pela Educação”. “A mensagem subsequente a essas medidas é clara: os professores fracassaram e as universidades públicas são responsáveis por isso.” (LEHER, 2010, p. 378).

Ainda na perspectiva desse autor, na exposição de motivos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Governo Lula assumiu explicitamente a defesa da agenda empresarial do movimento “Compromisso Todos pela Educação”, lançado em 06 de setembro de 2006, em São Paulo, iniciativa defendida e operacionalizada pelos principais grupos econômicos, pertencentes ao bloco do poder dominante (Id. Ibid).

O movimento retrocitado é o resultado da investida operacionalizada na educação pública brasileira, por meio de entidades âncoras e administradas por um pequeno grupo de administradores que se reveza no poder. Dentre essas lideranças, destaca-se Milu Villela, do Instituto Itaú, que também, se encontra na Presidência do Museu de Arte Moderna de São Paulo, do Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário e, recentemente, membro executivo do Movimento Todos pela Educação.

Convém destacar o Instituto Ayrton Senna, o qual tem o respaldo das corporações ligadas ao setor financeiro, dos setores agromineral, e de agroquímicos, editoras interessadas na venda de guias e manuais, provedores de telefonia, informática e *Internet*, além da Fundação Roberto Marinho e da Fundação Victor Civita. Essa última assumiu a tarefa de

³⁶ As normas que regulam o ProUni o configuram como um programa de concessão de bolsas de estudo para que alunos não portadores de diploma de nível superior possam cursar instituições de ensino superior particulares. Para maiores esclarecimentos, ver Saviani (2007).

propagar a ideia de que a educação é um tema técnico-gerencial (*Revista Nova Escola*), dentre outros. Na acepção de Leher (2010, p. 379), “as entidades que organizam essa ofensiva ocultam o seu caráter corporativo e empresarial por meio da filantropia, da responsabilidade social das empresas e da ideologia do interesse público”. A incorporação da agenda desse movimento aos interesses do Governo ocorre mediante o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este plano, “embora instituído por um decreto, na prática revoga o PNE e institui uma miríade de iniciativas fragmentadas.” (Id. Ibid, pp.378-379).

O PNE, aprovado para o decênio 2001-2011, estabeleceu 295 metas para serem seguidas pelo Governo Federal, entre as quais estavam a destinação e aplicação de 7% do PIB (Produto Interno Bruto) em educação, a erradicação do analfabetismo, o combate à evasão escolar e a ampliação do acesso ao ensino superior (IBGE, 2010). A análise comparativa de alguns dados sobre a educação brasileira já nos permite tirar conclusões.

- A taxa de analfabetismo seguiu muito alta, aproximadamente 9,7% em 2010³⁷. Em 2000, essa taxa era de 13,6% e a meta do PNE era a erradicação do analfabetismo em 2010. A comparação com outros países da América Latina não deixa dúvidas sobre o tamanho do problema: no Uruguai, na Argentina e no Chile, as taxas variam entre 2% e 4 %;
- A evasão escolar aumentou consideravelmente no período entre 2006 e 2008, passando dos 10% para 13,6 %, bem superior à meta do PNE que era de 5% ao ano.
- O número de jovens que iniciaram um curso superior continuou muito baixo, cerca de 14,4%³⁸ em 2009, bem abaixo da meta de 30% estabelecida pelo PNE. Estima-se, que nesse ritmo, o Brasil precisaria de 59 anos para cumprir a meta. Segundo esse mesmo relatório, o País também é campeão de exclusão neste aspecto. Em outros países da América Latina, a porcentagem de jovens que cursam o ensino superior é muito superior: Argentina 40%, Chile 20,6%, Venezuela 26% e Bolívia 20,6%;
- Na última década, o ensino superior pago cresceu duas vezes mais do que o público. A meta do PNE estabelecida se obrigava a criar 40 % das vagas do ensino superior na rede pública, todavia, em 2002 esse índice era de 29% e em 2010 era de 25%. Com

³⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010.

base nesse dado, é possível perceber que mais uma vez o ensino privado prevaleceu no País e sua atuação foi muito mais incisiva;

- A diferença entre os alunos que chegaram ao ensino superior é altíssima. Apenas um número bastante reduzido de jovens (5,6 %), com renda *per capita* de meio a um salário mínimo cursara o ensino superior. Para aqueles com renda *per capita* entre cinco salários mínimos ou mais, esse número sobe pra dez vezes, ou seja, 55,6%.

Ainda segundo o mesmo estudo do IBGE, a implementação do PNE foi um fracasso, visto que 2/3 das metas não foram cumpridos. O Governo defende-se, apontando uma série de motivos, como, por exemplo, o excesso de metas, falta de indicadores que pudessem aferir o andamento destas, ausência de planejamento dos estados e municípios, dentre outros. Na opinião de muitos especialistas, inclusive dentro do próprio Governo, tal fracasso está diretamente associado à ausência de investimentos públicos na educação.

Segundo Sousa Jr (2011), tanto no primeiro governo de Lula quanto no segundo, os investimentos em educação foram inferiores àqueles praticados pelo seu oponente político, FHC. Segundo esse autor, dos oito anos dessa gestão, em apenas dois deles, os anos de 2008 e 2009, houve investimentos superiores à marca média de FHC, que foi de 4% do PIB. Nos demais anos, esse percentual não atingiu nem mesmo o patamar de 3%. Como podemos perceber, tanto um como outro governos, na prática, só se preocuparam em assegurar o ajuste fiscal e o controle dos gastos públicos.

Um importante aspecto da política econômica adotada pelos governos, notadamente a partir da década de 1990, foi a diminuição de gastos para possibilitar maior equilíbrio nas contas públicas e viabilizar o pagamento das dívidas externa e interna. No contexto dos oito anos do governo Lula da Silva, o gasto público brasileiro com educação, considerando as quatro esferas governamentais, foi inferior a 5% do Produto Interno Bruto (PIB), ou cerca de R\$ 53,1 bilhões, em valores nominais de 2000. Os governos estaduais são responsáveis por 46% do total do gasto com educação (2,3% do PIB), seguidos pelos municípios, com 29,5% (1,4% PIB) e a União, com 24,4% (1,2% do PIB).

Para garantir recursos para a educação, o governo federal lança em 2004, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)³⁹ em substituição ao FUNDEF⁴⁰, criado pelo Governo anterior. O

³⁹ O fundo foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14/96 e, posteriormente, regulamentado pela Lei n.º 9.424/96

“novo” fundo, além de manter os mesmos mecanismos de controle dos gastos públicos e do ajuste fiscal, inovou na obrigatoriedade de investimentos públicos para todos os níveis da educação básica, com exceção do ensino superior, que continuou intensamente influenciado pelos interesses da iniciativa privada, não obstante os investimentos em novas universidades e criação de novas escolas técnicas profissionais.

O FUNDEB se diferencia em alguns aspectos do antigo fundo, porém exercem, na prática, a mesma função, ou seja, serve para legitimar o ajuste fiscal do Estado. Ele é fruto, também, das necessidades criadas pela universalização do ensino fundamental que impôs ao novo Governo a adoção de medidas para continuar assistindo os jovens egressos do ensino fundamental, priorizados de modo imperativo no governo FHC.

Esse fundo começou a ser arquitetado em meados de agosto de 2004, quando o Ministério da Educação (MEC) colocou para o debate uma minuta de PEC que tratava da criação do FUNDEB. Segundo essa minuta, o novo fundo deveria ser norteado por alguns princípios fundamentais, como por exemplo, acesso universal e gratuito à educação pública básica, em todos os níveis, na faixa etária de zero a 17 anos; a valorização dos profissionais da educação e a redução das desigualdades, com garantia de investimento *per capita* que assegurasse a qualidade no ensino. Ao longo dos debates, nos anos de 2003 e 2004, houve muitas pressões contrárias à unicidade do fundo, em razão dos problemas de custeio das modalidades e níveis de ensino. Prevalecem, todavia, à proposta do fundo único (DIEESE, 2007).

É preciso considerar o fato de que, em matéria de políticas educacionais e financiamento de educação, o Brasil apresenta um déficit enorme se comparado a outros países do Continente, para não falar dos países mais desenvolvidos que já conseguiram estruturar seu sistema público de ensino e resolver a questão do financiamento. No magistério de Saviani (2007, p. 211),

Em matéria de educação, nós nos defrontamos, no Brasil, com um imenso déficit histórico que se arrasta já por pelo menos cem anos. [...] o difícil tende, pois a piorar mesmo quando o Poder Público detém a iniciativa de formular políticas educacionais que, dentro dos parâmetros vigentes, visam equacionar o problema reduzindo as taxas relativas. O quadro acaba por agrava-se, atingindo limites intoleráveis, num contexto como o de hoje em

⁴⁰ Na perspectiva de Leher (2010, p. 375), antes de ser um fundo, que deveria garantir recursos para a educação, o FUNDEF “tem de ser compreendido como um instrumento para garantir o superávit primário”. Conforme ressalta esse autor, na prática, o governa se utilizava desse fundo, para seguir se desobrigando da função suplementar de garantir os recursos para a educação, tarefa delegada, quase que exclusivamente a outros entes.

que o Poder Público, em especial a União, busca demitir-se de suas responsabilidades transferindo-as para outras instâncias, por que não dizer, para o setor privado, responsável em grande medida pela a educação no País. (grifamos).

Em razão do histórico déficit educacional, decorrente da falta de investimento nesse setor, a questão não poderia ser equacionada apenas em termos de recursos orçamentários. É necessária uma força tarefa procedente da União, com apoio da sociedade e de todos os educadores, para que seja feita, primeiro, a lição de casa (referente à real universalização do direito à educação), para em seguida começarmos a falar em qualidade na educação. O enfrentamento da questão do financiamento e da falta de qualidade na educação pública, segundo Saviani, passa por uma maior participação da União, o que demanda maiores investimentos da União e, ao mesmo tempo, neutralizando qualquer mecanismo de aviltamento desses recursos, como foi o caso da DRU, que consoante Sousa Jr (2011), ocasionou uma perda de recursos da ordem de 80 bilhões, no período entre 1998 e 2008; Relembrando que, dessa quantia fazia parte a mísera parcela destinada à educação nacional.

Ainda sobre as medidas do Governo Lula da Silva em relação ao investimento público em educação, o FUNDEB merece algumas análises. O “novo” fundo, diferente do FUNDEF, se destaca por tentar, pelo menos na intenção, assegurar recursos para todas as modalidades da educação básica, ou seja, as etapas que antecedem a admissão do jovem à universidade.

Mediante as novas regras do FUNDEB, o Governo federal se obriga a ofertar o ensino público e gratuito, não só no nível de ensino fundamental, já assegurado no antigo fundo, mas deve assegurar atendimento em todas as 11 faixas, que compreendem, desde a educação infantil, 1ª a 4ª série urbana, 1ª a 4ª série rural, 5ª a 8ª série urbana, 5ª a 8ª série rural, ensino médio urbano, ensino médio rural, ensino médio profissionalizante, educação de jovens e adultos e educação especial, além da educação indígena e quilombola.

Não obstante seu caráter inédito e, supostamente mais completo, o financiamento por meio do FUNDEB continuou sendo um gargalo, em virtude da pouca participação da União na capitalização do novo Fundo, tarefa mais uma vez entregue aos municípios e aos estados da Federação, tornando pouco efetivos os avanços conceituais desejados. Na atualidade, luta-se pela aplicação imediata de pelo menos 10% do PIB Nacional na educação. Essa é uma luta que está apenas começando!

Entende Saviani (2007), que o financiamento por meio desse fundo, ou seja, os recursos, provenientes do Tesouro Nacional, não representaram na prática um aumento real na transferência de recursos federais para a educação pública. Quando muito, estabelece-se a

cota mínima para cada nível de ensino, mas se continuou desresponsabilizando o Estado da obrigação de ofertar uma educação de qualidade para todos, o que pressupõe maior envolvimento do Governo federal nessa missão, sobretudo por meio de maior participação na transferência de recursos.

O caráter contraditório desse fundo é expresso por meio dos investimentos que passaram dos 30 milhões no antigo fundo para 47 milhões de alunos no novo, significando aumento aproximado de 56,6%. Convém ressaltar que não houve, por parte do Governo, um aumento proporcional de investimentos da mesma ordem. Na prática, o novo fundo passou a contar com R\$ 48 bilhões, comparados aos R\$ 35,2 bilhões do antigo fundo, o que significa um acréscimo de apenas 36,3%, muito aquém da necessidade reprimida.

Saviani (2007) acrescenta, também, que o novo fundo significou maior participação da União no que tange os investimentos públicos em educação, sobretudo, quando comparado ao FUNFEF, todavia, ele não avançou, significativamente, no montante de recursos que poderiam ser transferidos para a educação. Assevera, ainda, que com o novo fundo, Governo federal transferiu para os gestores estaduais e municipais, a responsabilidade pela transferência de recursos. Prova disso é que, a transferência de recursos da União para a educação no novo fundo não ultrapassou os 9% do PIB brasileiro.

Para os últimos governos, o problema da má qualidade na educação pública não está na falta ou nos escassos recursos que são destinados para esse setor, mas na ineficiência e no mau uso desses recursos. Nessa perspectiva, o fracasso escolar está diretamente relacionado à incapacidade administrativa dos seus gestores e não a falta de recursos. Com base nessa justificativa, o Poder Público se desculpabiliza dos efeitos maléficos da educação brasileira e os transferem aos gestores escolares.

Para o Governo, é preciso investir na chamada “gestão de resultados”, na qual as instituições escolares passam a se adequar às necessidades do mercado, sob a lógica das empresas privadas, que primam pelos resultados, com base na eficiência e na eficácia, acima de tudo, defendida pelo jargão, do qual discordamos veementemente: “com o que temos podemos fazer bem mais e melhor”.

Nesse sentido, concordamos com Leher (2010), quando assevera que, a política educacional de Lula, longe de sinalizar para uma ruptura com o modelo dualista de educação da era FHC, acabou também incorporando praticamente a mesma linha de atuação, negligenciando toda a história dos trabalhadores e de suas lutas por uma educação de qualidade e gratuita para todos os brasileiros.

Para todos os efeitos, o Governo Lula da Silva continuou insistindo na adoção de políticas focalizadas, a partir do pressuposto geral de que o dualismo educacional é um imperativo do mercado e que, antes de ser combatido, deve ser ampliado para todos os poros da sociedade, pois concorre para a difusão de disposições ideológicas relacionadas à chamada inclusão social, como a predominância de muitos programas de atendimento à classe trabalhadora jovem, por meio de cursos de capacitação aligeirados e compensatórios, a exemplo do Programa Escola de Fábrica e do *Projovem Integrado*, assunto que será aprofundado na próxima seção.

4.O PROJOVEM INTEGRADO: DO DISCURSO À REALIDADE

*“Não é possível refazer este País,
Democratizá-lo, humanizá-lo,
torná-lo sério, com adolescentes
brincando de matar gente,
ofendendo a vida, destruindo sonhos,
inviabilizando o amor. Se
a educação sozinha não
transformar a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda”*

Paulo Freire

A emergência das atuais estratégias de atendimento aos jovens brasileiros, sobretudo aqueles pertencentes às classes populares, nascem, supostamente, como tentativa de melhorar

o déficit escolar desses sujeitos que, por vários motivos, abandonaram a escola para encontrar alguma forma de sobrevivência. Afirma-se, também, que a grande preocupação dessas ações é colaborar para que esses sujeitos consigam adentrar no mercado de trabalho. O desemprego ou a falta desse constitui-se fatores determinantes para a adoção dos programas governamentais destinados aos jovens, a exemplo do Projovem Integrado.

O desemprego entre os jovens e a ampliação dos obstáculos para a inserção desses no mercado de trabalho, vêm produzindo uma grave crise social que pode ter como consequência o aumento das mazelas sociais que atingem de modo perverso, esse segmento de classe. De igual forma que o desemprego entre os jovens amplia o individualismo e a frustração, causa desesperança quanto ao futuro e desânimo em relação às dificuldades enfrentadas. A exclusão de uma ocupação no mercado de trabalho pode fazer os jovens utilizarem suas energias em atividades prejudiciais à sociedade e a sua vida em primeiro lugar, tais como o uso de drogas, a prática de ações violentas e criminosas, e até mesmo na geração de movimentos neonazistas. Essa energia poderia ser utilizada em práticas reivindicativas para a melhoria de suas condições de vida e trabalho e em atividades que tornariam a vida em sociedade melhor, como no exercício da cidadania e da solidariedade. Nesse sentido, investir na educação pode significar um caminho assertivo na condução e na solução desses problemas. A continuação das atuais estratégias de enfrentamento aos jovens das classes populares, no nosso entendimento, corrobora com aquilo que Paulo Freire sintetiza em suas sábias palavras no início desse capítulo. Destarte, não podemos brincar de educar gente!

Convém ressaltar que tais programas atendem a um grande número de jovens e adolescentes das camadas populares, alguns, inclusive, em situação de risco social, com baixa escolaridade e dificuldades de inserção ocupacional. O tipo de integração ao mercado de trabalho possibilitado por tais experiências parece enquadrar-se entre o emprego assalariado menos especializado, a prestação de serviços para o público em geral (trabalho autônomo) e as formas de trabalho protegido, conforme diferentes padrões de inserção. (POCHMANN, 1998).

4.1 O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - *Projovem Integrado*.

O *PROJOVEM* original, como foi primeiramente batizado, foi lançado em 02 de fevereiro de 2005, pelo governo do Presidente Lula da Silva. Referido Programa nasce como estratégia de enfrentamento da questão de juventude no País e como respostas aos compromissos de campanha, assumidos publicamente, meses antes da sua eleição. Por meio desse Programa, o Governo Lula da Silva sinalizou sua intenção em promover ações voltadas para esse público e o empenho em enfrentar os principais problemas que afetam, sobretudo, os jovens de 18 a 24 anos oriundos das camadas populares.

Tinha como objetivo,

[...] proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre: a) elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; b) qualificação com certificação de formação inicial e c) desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Como objetivos específicos, são mencionados: a) a reinserção do jovem na escola; b) a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; c) a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e d) a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação. (BRASIL, 2005, p.13).

Concebido no bojo e em articulação com outros Programas, tais como o ProUni , o Escola de Fábrica e o Primeiro Emprego, contava, desde o início, com R\$ 300 milhões garantidos no Orçamento da União em 2005, destinação esta aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2004, prevendo-se a capacitação de, pelo menos, 200 mil jovens em 2005 por meio da realização de um curso de 12 meses que lhes permitiria a obtenção da certificação do ensino fundamental, uma iniciação à formação profissional e o desenvolvimento de ação comunitária. Integrava o Programa a oferta de uma bolsa de R\$ 100,00 mensais, a título de ajuda de custo, desde que os jovens inscritos preenchessem os requisitos de frequência de 75% das aulas e entregassem os seus trabalhos em dia. O Projovem foi instituído pela lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, que criava, também, o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional da Juventude.

Como sabemos, a vitória de Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 desencadeou, em todo o País, novas expectativas em torno dessa questão, incentivadas pela mobilização de vários movimentos sociais, que lutavam desde a década de 1980 pela promulgação de uma política específica para esse segmento no País. Eleito, ele tinha dois grandes desafios: articular as ações do Estado na formação de uma sólida política para a

juventude brasileira e criar mecanismos para assegurar os direitos desses jovens trabalhadores, uma vez que, passaram à condição de cidadãos de direitos (SPOSITO e CARRANO 2003).

No seu primeiro ano de governo, todavia, não houve nenhuma iniciativa importante capaz de impactar positivamente na trajetória das políticas públicas de juventude. Somente em 2004, foi criado um Grupo Interministerial de Juventude, envolvendo 19 ministérios, secretarias e órgãos técnicos especializados no campo das questões de juventude para fazerem um mapeamento criterioso de todas as ações federais que estavam sendo ofertadas aos jovens trabalhadores naquele momento.

Finalizada aquela tarefa, o referido grupo elaborou e propôs ao Governo federal um plano de ação que deveria ser implantado em caráter de urgência, o qual culminou com o lançamento, em 2005, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – *Projovem* e do lançamento em caráter inédito no País, de e uma Política⁴¹ específica para a juventude trabalhadora.

Simultaneamente, o Governo federal lançou uma série de outras ações que visavam do desenvolvimento de políticas públicas para a juventude dentre quais se destacam a criação do Conselho Nacional de Juventude - Conjuve, e do Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. O desenvolvimento dessas ações, de certa maneira, demonstrava o interesse do Governo Lula da Silva em dar uma resposta ao desafio apresentado. A gestão do *Projovem* foi estruturada para ser compartilhada entre a Secretaria Geral da Presidência da República e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2005).

Em virtude da faixa etária do público-alvo atendido, o *Projovem* privilegia os requisitos necessários à educação de jovens e adultos, respaldada pelos artigos 37 e 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB/ 1996. De fato, para a clientela alvo desse Programa, a LDB prevê a educação de jovens e adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria - artigo 37, oferecendo-lhes oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do

⁴¹ Convém ressaltar que a implantação da Política Nacional de Juventude – PNJ é fruto da reivindicação de variados movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil e de iniciativas do Poder Legislativo e do Governo Federal. O relatório da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CEJUVENT), as conclusões do Projeto Juventude e a criação de secretarias de juventude em estados e municípios confirmam essa tendência.

alunado, seus interesses e condições de vida e de trabalho - Cf. § 1º do Artigo 37 (BRASIL, CNE/CEB, 1999).

Inicialmente, ele foi implantado em todas as capitais brasileiras e nas cidades de mais de 200.000 habitantes. Somente em 2008, depois da sua reestruturação, passou a ser realizado em todo o Território Nacional. Tinha como objetivo proclamado ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional, reintegrando-os ao processo educacional, proporcionando uma formação para o trabalho do tipo inicial, ações de cidadania, inserção no mundo do trabalho, esporte, cultura e lazer. Pelo menos no discurso, esse Programa se propõe aumentar a escolarização de seus participantes, com a conclusão do ensino fundamental, iniciar o jovem ao “mundo do trabalho”, mediante a qualificação profissional, e aumentar seu vínculo com ações de cidadania em sua comunidade, pela via da elaboração de um projeto de ação comunitária.

As metas e a estrutura do *Projovem* representaram, em certa medida, uma intenção do Governo Lula de fazer do Programa uma espécie de marco (ou marca) de sua política para a juventude, representando um novo conceito de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira, as quais passaram a considerar esse público-alvo em sua singularidade, diversidade e suas vulnerabilidades e potencialidades (SPOSITO e CARRANO, 2003).

Para participar da primeira fase do Programa, os jovens deverão estar na faixa etária dos 15 e 24 anos, desempregados, com baixa escolaridade e provenientes de um núcleo familiar cuja renda *per capita* não deveria ultrapassar o valor de um salário mínimo, sob pena de exclusão do processo. Soma-se a isso o fato do recebimento de uma bolsa mensal que poderia variar entre R\$ 60,00 e R\$ 100,00, dependendo da modalidade do Programa (BRASIL, 2005).

Após dois anos do lançamento da PNJ, portanto do *Projovem*, o Governo realizou uma grande avaliação das ações em curso e, na ocasião, foram identificadas muitas falhas, sobretudo na gestão do *Projovem*. Dentre essas, destacam-se a falta de articulação entre as submodalidades do programa, elevado número de evasão cursistas, aproximadamente 50 %, em média, entre outras. Para tentar reverter tal situação foi preciso reformular a Política de Juventude, o que provocou, também, significativa mudança no *Projovem* (CONJUVE, 2011). Referida análise levou o Governo a promover ampla reformulação da PNJ e de todos os programas e ações de juventude que estavam sendo realizados, sobretudo o *Projovem*. Tal reformulação nasceu, sobretudo, da necessidade de ampliar e melhorar a gestão das ações que estavam em andamento no âmbito da PNJ.

Com o relançamento desse Programa, ocorrido em 2008, verificou-se verdadeira explosão de parceria entre a União os estados, Distrito Federal, municípios, sistema “S”, ONGs, dentre outras, motivados pela facilidade de angariar recursos públicos. Portal da Transparência, ONG que acompanha os gastos do Governo com as políticas em geral, assevera que nos últimos anos da gestão de Lula da Silva, os investimentos públicos tiveram considerável aumento, em consideração aos primeiros anos de sua implementação. Na primeira fase, entre 2004 e 2005, foram investidos aproximadamente R\$ 226 milhões de reais. No biênio 2006 e 2007, o Governo liberou R\$ 309 milhões de reais, e no último biênio (2008 e 2009), os valores pagos chegaram à cifra de mais de R\$ 793 milhões⁴². No total, foram investidos quase R\$ 2 bilhões de reais, dinheiro que, seguramente, poderia ajudar a melhorar os resultados da escola pública.

A proposta de reformulação do *Projovem* passava, indiscutivelmente, pela fusão de programas e projetos, o que na prática poderia significar perda de receitas para os ministérios envolvidos com cada programa, fato que promoveu grande descontentamento das lideranças políticas responsáveis pelos submodalidades. Para evitar desgaste no governo, o Presidente Lula da Silva resolveu deixar as coisas praticamente como estavam apenas, subordinou os programas a uma coordenação única, diretamente ligada ao Gabinete da Presidência.

Passado esse momento de embates e disputas dentro da máquina administrativa, o Governo federal relançou, em janeiro de 2008, o “novo” *Projovem*, que passou a ser chamado de Programa Nacional de Inclusão: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, ou simplesmente *Projovem Integrado*. O “novo” Programa resulta da junção de cinco programas federais que estavam sendo executados durante a primeira gestão desse Governo, a saber: Agente Jovem, Projovem, Saberes da Terra, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Desde então, passou a ser composto por quatro submodalidades, a saber: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador, conforme breve descrição que realizamos a seguir.

O Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo

⁴² Os dados encontram-se disponíveis no site www.portaldatransparencia.org.br. Cesso em 23 de outubro de 2011.

Esse Programa surgiu da reformulação do programa Agente Jovem e é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Destina-se ao segmento da população pobre na faixa etária entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social, pertencente a famílias beneficiárias dos programas federais, a exemplo do Programa Bolsa Família⁴³ ou, em situação de risco social⁴⁴, independentemente de renda familiar. Para os jovens que dele participam, é proibida a concessão de bolsa-auxílio, já que um dos critérios para a seleção é que os jovens pertençam às famílias cobertas com os referidos programas exemplificados. Priorizam-se, sobretudo, jovens egressos de medidas socioeducativas, de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme o disposto na Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; em cumprimento ou egressos de medida de proteção; egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.

O Projovem Urbano

Esse Programa resulta do Projovem Original e foi pensado para atender jovens das classes populares com idade entre 18 e 29 anos com baixo nível de escolarização. Declara ter como objetivo elevar o grau de escolaridade dos cursistas, visando ao desenvolvimento humano e ao exercício de cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, da qualificação profissional em nível inicial e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã (BRASIL, 2008). Desse modo, no âmbito do *Projovem Urbano*, a proposta correspondente trata-se de um currículo que articula a educação (ensino fundamental - EJA); o trabalho (qualificação profissional) e a cidadania (participação/protagonismo), conformando um projeto pedagógico integrado (BRASIL, PPI, 2008).

⁴³ “O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Nesse sentido, o art. 203 da Carta Magna afirma que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e tem por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”. (Disponível na Medida Provisória n. 411 de 2007-CN).

⁴⁴ Jovens em situação de risco são pessoas que, pela presença de determinados fatores em suas vidas, podem ser levadas a assumir comportamentos ou experienciar eventos danosos para si mesmas e para suas sociedades, incluindo a repetência e evasão escolar, a ociosidade (sem estudo nem trabalho), o uso de drogas, os comportamentos violentos, a iniciação sexual precoce e as práticas sexuais arriscadas. Para muitos/as, esses comportamentos de risco têm conseqüências negativas - como HIV /AIDS , gravidez precoce, uma vida de pobreza, morte prematura – que afetam não apenas a pessoa que corre o risco, mas a sociedade em geral. Assim sendo, cabe à sociedade como um todo cuidar para que as crianças entrem na juventude com um adequado pacote de informações, tenham chances de fazer suas experiências com segurança e possam emergir na idade adulta como pessoas saudáveis e produtivas (RELATÓRIO BANCO MUNDIAL, 2007, p. 8).

Os cursos promovidos no âmbito desse Programa têm duração de 18 meses e são executados pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República em parceria, sobretudo, com as cidades de mais de 200 mil habitantes e as capitais brasileiras. No segundo semestre de 2009, o Projovem Urbano estendeu-se às unidades prisionais⁴⁵, com projetos-piloto nas cidades do Rio de Janeiro (RJ); Belém (PA) e Rio Branco (AC). Para receber a bolsa mensal de R\$ 100, os jovens devem frequentar pelo menos 75% das aulas e entregar 75% dos trabalhos escolares.

Segundo dados oficiais, entre os anos de 2008 e 2009, o Projovem Urbano atingiu, por meio de suas ações, aproximadamente 350 mil jovens em todo o Brasil. Previa-se, ainda, que, durante o ano de 2010, pudesse beneficiar mais 200 mil jovens. Para ingressar nesse Programa, o jovem trabalhador deve atender aos seguintes critérios de seletividade: estar em situação de desemprego, apresentar baixo nível de escolaridade e pertencer a um núcleo família no qual a renda *per capita* não ultrapasse meio salário mínimo. Para o Governo Lula, o *Projovem Urbano* foi a submodalidade que mais projetou e deu visibilidade ao Programa como um todo (BRASIL, 2008).

O Projovem Campo – Saberes da Terra

Esse Programa originou-se no antigo Programa Agente Jovem e se transformou no Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares, implementado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Inclui-se, também, numa ação integrada, o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), dentre outros. Destina-se aos jovens que vivem no campo, cuja idade deve estar entre 18 e 29 anos. Devem também ter uma relação direta com as atividades da Agricultura Familiar, e que residam no campo, saibam ler e escrever, mas que não tenham concluído o ensino fundamental.

Segundo o Caderno do Projeto Político Pedagógico desse Programa (MEC/SECAD, 2008), ele tem como finalidade proporcionar formação integral do jovem do campo por meio da elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, com

⁴⁵ Para esclarecimentos, acessar: <http://www.projovemurbano.gov.br/pjrevista/balanco.html>.

qualificação social e profissional, e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. A meta de atendimento previsto, de 2008 a até 2011, foi de 275 mil jovens agricultores.

Conforme análise de Pires (2010), no Ceará, a implantação da submodalidade *Projovem Campo - Saberes da Terra* só aconteceu no ano de 2009 e contou com adesão de 39 municípios, divididos em oito polos, a saber: Horizonte, Crato, Quixeramobim, Iguatu, Itapipoca, Sobral, Crateús e Caucaia. Na ocasião, o Governo cearense estabeleceu como meta atingir por meio das atividades desse Programa, quantitativo de 2.300 jovens. Vale ressaltar que esses jovens deveriam pertencer aos em vários municípios-polos antes mencionados (ver anexos). Na ocasião, foram reservadas, preferencialmente, 1.678 vagas para os jovens residentes nos municípios dos territórios da cidadania⁴⁶ (Inhamuns - Crateús, Sertão Central, Vales do Curu e Aracatiagu, Sobral, Sertões de Canindé e Cariri).

Ainda segundo o estudo de Pires (2010), no total, foram estruturadas 77 turmas nos cursos desse Programa em vários municípios cearenses. Para cada município, existia uma equipe formada por quatro educadores que deveria cuidar das seguintes áreas pedagógicas: Linguagens e Códigos, Ciências Sociais e Ciências da Natureza e Matemática, mais um técnico agrícola que prestará assistência técnica rural e acompanhará os alunos nos espaços formativos nas unidades técnicas de demonstração – UTD’S, onde acontecem as aulas práticas e teóricas voltadas para organização da produção agrícola familiar, agroecologia e agrofloresta. Os cursos do *Projovem Campo - Saberes da Terra* têm duração de dois anos, em média.

O Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã

⁴⁶ O “Programa Territórios da Cidadania” foi lançado pelo Governo Federal em 2008 e anunciado como uma proposta que objetiva melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que vivem nas regiões mais necessitadas, especialmente no meio rural. Essa estratégia ocorre com a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e município. Conforme divulgado pelo Governo os objetivos do Programa são: promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Referido Programa executa um conjunto de ações (educação e cultura, saúde, acesso á água, ações fundiárias, desenvolvimento sustentável, dentre outras) em 120 Territórios distribuído nas seguintes regiões do País: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Tocantins. (acesso em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br> – no dia 16/04/2010 às 11h e 15min)

Este Programa surge da junção de três programas desenvolvidos pelo Governo Lula no início de sua gestão, todos dirigidos aos jovens das classes populares, a saber: Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Vale ressaltar que o Juventude Cidadã teve início ainda na gestão de FHC. É destinado aos jovens mais empobrecidos das classes populares com idade entre 18 a 29 anos, desempregados e membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo.

Referido Programa tem como objetivo declarado elevar a escolaridade dos cursistas, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental e/ou médio; a qualificação profissional com certificação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Em síntese, a integração entre educação, trabalho e ação comunitária tem como propósito a inclusão social dos jovens cidadãos (BRASIL, 2005). Os jovens que participam regularmente das atividades do Programa recebem uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 (cem reais), pagos em seis parcelas iguais, durante todo o período da qualificação mediante comprovação de assiduidade às aulas. É sobre este Programa e sua proposta de escolarização e qualificação profissional que dedicaremos breve análise crítica na próxima seção desse trabalho.

4.2 Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã: educação e formação para o trabalho ou para o empreendedorismo?

O Projovem Trabalhador foi criado em 2007, pelo Governo federal, a partir da integração de outros programas federais existentes, a saber: Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude - CSJ, Empreendedorismo e Escola de Fábrica. O objetivo do Consórcio Social da Juventude - CSJ era e é promover, por meio da qualificação sócio-profissional, a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens de 18 a 29 anos em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, com prioridade àqueles que em virtude de suas condições socioeconômicas tem maior dificuldade de inserção na atividade produtiva. Visando a qualificação profissional e posterior inserção dos jovens no mercado de trabalho (no mínimo 30% dos participantes), os cursos são oferecidos por meio de diversas organizações não governamentais ao longo de 24 semanas (seis meses), com carga horária total de 350 horas, assim distribuída: 100 horas de qualificação social (executada em 7

semanas, por meio de 15 horas semanais) e 250 horas de qualificação profissional (executada em 17 semanas).

É preciso ressaltar que desde o final dos anos de 1980, período em que se adensa no País a contrarreforma de FHC, a educação destinada à juventude trabalhadora foi intensivamente orientada pela pragmática neoliberal, ou seja, “são políticas sociais voltadas aos mais vulneráveis”, mas, em contrapartida, assistiu-se à intensa eliminação da universalização das políticas universais, tudo isso sob o aval dos organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial (DELUIZ, 2010). Desde então, as políticas públicas brasileiras passaram a ser orientadas por critérios de racionalidade técnica e financeira, em substituição às políticas universais, sobretudo aquelas conquistadas no período da Constituinte na década anterior.

A intervenção desses organismos financeiros repercute, de maneira decisiva, sobre o sistema de educação nacional, especialmente sobre a educação destinada aos jovens das classes populares, justamente, aqueles brasileiros mais esquecidos pelo Poder Público nacional, desde muito tempo no País. No novo contexto da reestruturação capitalista mundial esses organismos comprem um papel estratégico para que o capital consiga não só melhorar e ampliar suas bases de lucratividade, mas também agem para garantir seu domínio, inclusive ideológico.

O investimento na juventude, segundo o Banco Mundial (2003, 82), deve ser uma prioridade governamental, visto que, além de reduzir a pobreza e a desigualdade, o “aumento das oportunidades” de educação e trabalho para os jovens contribui para “melhorar a segurança, bem como criar um ambiente atrativo para negócios”. Ainda na óptica desse autor, o desemprego e a violência são fatores que representam risco e ameaça para a estabilidade do sistema capitalista, o que justifica a adoção de políticas paliativas para os segmentos jovens mais vulneráveis, freando, assim, com qualquer possibilidade de convulsão social.

No Brasil, as políticas públicas de juventude, mediadas e orientadas por meio da pragmática neoliberal, representam um “novo” momento na trajetória do atendimento aos jovens no País. Segundo Deluiz (2010), esse tipo de política conserva algumas características em comum: destina-se preferencialmente aos mais pobres; apenas garante um mínimo de serviços de primeira necessidade e de infraestrutura social e, por fim, são políticas focalizadas e temporárias e tendem a perder seu caráter universal, tornando-se um mero paliativo reservado aos excluídos do mercado.

Para o Governo Lula da Silva, em tese, o lançamento da PNJ, significou um novo compromisso em romper com a lógica dos programas focalizados nos jovens das classes populares, do tipo aligeirado e compensatório, mas na prática isso não aconteceu. Concretamente, durante a gestão de Lula da Silva, permaneceram os pressupostos destas políticas, as quais, tendo em vista a maior eficiência da aplicação dos recursos e a racionalização dos gastos sociais, aprofundaram a focalização nos segmentos desprivilegiados da população, para descentralização da gestão do financiamento e da operacionalização dos serviços públicos e as parcerias público-privado para implementação de programas. A presença de enormes parcelas da sociedade ainda na faixa da pobreza obriga o Estado a criar e manter programas compensatórios a fim de garantir a governabilidade e evitar uma possível convulsão social (DELUIZ, 2010, p.02).

Aliada à pobreza, os jovens “beneficiados” por esses modelos de políticas compensatórias faz parte daquela parcela da população mais pobre, geralmente desempregada e fora do mercado formal de trabalho, com pouca escolaridade, inserida numa ordem de mazelas sociais que são acirradas pelas contradições do sistema capitalista e de sua lógica excludente. Como assinalam Spósito *et alii* (2006, p. 243) citada por Costa (2009, p.89),

O emergente espaço das ações ainda se inscreve na lógica de um consenso dominante: as iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares. (...) Deixando à sombra outros aspectos dos sujeitos jovens – para além de sua vulnerabilidade –, a lógica dominante prevaleceu, reiterando, mesmo que com outras designações, a dissociação, outrora recoberta pela ideia do “menor”. Verifica-se agora a cisão entre adolescentes “vulneráveis ou em situação de risco” e os jovens. Estes últimos começam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos – plenos e legitimados pela sociedade –, e os “outros”, até recentemente cunhados como “menores”, seriam objeto de ações reparadoras ou preventivas de sua provável delinquência.

Ainda com base nesse estudo, as ações públicas brasileiras voltadas para a educação profissional inicial de jovens de baixa renda das camadas populares inserem-se nesse âmbito, e têm por objetivo dar respostas às questões sociais postas pelo quadro de extrema fragilidade desse segmento da população. Aproveitando-se da dramática realidade social vivenciada pela maioria desses sujeitos, os últimos governos neoliberais aplicam alguns programas e projetos assistenciais, cercados de uma propaganda massificada, cujo objetivo é uma completa alienação coletiva, mediante um sistema educacional voltado para os interesses do capital. Em todos os casos, eles são empurrados como uma espécie de solução educacional para esses sujeitos, resultando num ocultamento opressor que tem a função de apoiar a estrutura atual,

não permitindo a mudança ou até mesmo um princípio de mudança que venha a ameaçar a ordem social vigente.

Para Deluiz (2010), o Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã é bom exemplo dos modelos de educação aligeirada, aconselhados pelos organismos financeiros internacionais. Desse modo, é possível afirmar que, o Governo Lula da Silva não só deu continuidade às práticas de atendimento aos jovens herdadas da gestão de FHC, mas, também, negligenciou os direitos da juventude trabalhadora, sobretudo do direito à educação e a formação profissional.

Segundo o discurso oficial, esse Programa tem a pretensão de contribuir especificamente para a reinserção do jovem na escola; a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação. O cumprimento desses objetivos, entretanto, é algo que ainda está no plano das melhores intenções, visto que os cursistas beneficiados por esse Programa, na sua maioria, continuam desempregados, seu nível escolar tem pouquíssima alteração, sem contar que, ao final dos cursos, os jovens passam a incorporar a ideia de que são eles os responsáveis por não se colocarem no mercado de trabalho em razão do seu desempenho pessoal, considerado abaixo das expectativas do Programa. Na verdade, esse discurso é antigo e consegue isentar o Poder Público de suas responsabilidades, já que cabe a esse a proposição de políticas públicas, também, de geração de emprego e renda.

O *Projovem Trabalhador* – Juventude Cidadã configura uma política de qualificação social e profissional, de caráter compensatório⁴⁷, conduzida em parceria com os estados, distrito federal, municípios e a sociedade civil, visando a preparar e intermediar a mão de obra da classe trabalhadora jovem para o mercado de trabalho formal, mas, sobretudo, fomentar novas oportunidades de geração de renda e a visão empreendedora desses jovens, conforme Lei Federal 11.692/08.

Convém esclarecer o que se entende por oportunidades de geração de renda e empreendedorismo juvenil. Geração de renda não é a mesma coisa que emprego. Em tais

⁴⁷ A Educação Compensatória é um "conjunto de medidas políticas e pedagógicas visando compensar as deficiências físicas, afetivas, intelectuais e escolares das crianças das classes cultural, social e economicamente marginalizadas, a fim de que elas se preparem para um trabalho e tenham oportunidade de ascensão social. Esse termo surgiu durante a Revolução Industrial e tem sido usado, em geral, no pré-escolar e nas séries iniciais do 1º grau." (DUARTE, Sérgio Guerra. *Dicionário brasileiro de educação*. Rio de Janeiro: Edições Antares: Nobel, 1986, p. 175). No caso do *Projovem Trabalhador*, o cursista recebe uma bolsa-auxílio durante todo o tempo que está frequentando ao curso, (seis meses, no valor de R\$ 100,00) sendo comprovado via frequência as aulas e nas atividades diárias do curso. A frequência mínima para garantir a o pagamento da bolsa deve ser de 75%, pelo menos.

condições, os jovens trabalhadores que participaram dos cursos do *Projovem Trabalhador*, podem até conseguir um emprego formal, mas esses jovens são levados a acreditar que, pelo seu desempenho e capacidade individuais, eles podem superar a realidade social em que vivem e, com o que aprenderam nos cursos, estariam prontos para montar seu negócio, ou seja, serem empreendedores da sua força de trabalho em trabalhos autônomos.

Para facilitar a qualificação e a inserção dos jovens cursistas no mercado do trabalho, o *Projovem Trabalhador* – Juventude Cidadã utiliza-se de uma metodologia já utilizada pela Presidência da República, MTE e outros ministérios que trabalham com projetos de qualificação de jovens, denominada “arcos ocupacionais⁴⁸”. Referida metodologia abrange as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio e prestação de serviço), garantindo, assim, maior campo de atuação, visando a aumentar as possibilidades de inserção ocupacional desses sujeitos.

Durante a execução das ações de qualificação social e profissional, alguns assuntos são preferencialmente abordados, entre os quais Empreendedorismo e Economia Solidária, Equidade de Gênero, Gestão pública, Terceiro Setor, Português, Matemática e Língua Estrangeira. Na programação dos cursos, o conteúdo da qualificação social será o primeiro a ser ministrado, e, na sequência, aquele relacionado com a qualificação profissional.

A carga-horária dos cursos do *Projovem Trabalhador* – Juventude Cidadã é de 350h/a, distribuídas da seguinte forma: Inclusão digital- 40horas/aula, Valores humanos, ética e cidadania (10horas/aulas), Educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida, (10 horas/aula), noções de Direitos Trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes do trabalho (20 horas/aula) e estímulo e apoio à elevação da escolaridade (20 horas/aula). O restante, 250h/a, em tese, é dedicado a qualificação profissional dos jovens cursistas.

As ações de Qualificação Social e Profissional são estruturadas com origem na metodologia dos “arcos ocupacionais”, utilizada em outros programas de qualificação profissional no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. No caso do *Projovem Trabalhador*, os cursos devem ser ofertados e orientados pelas áreas profissionais ligadas à Administração, ao Agro-extratativismo, Alimentação, Beleza e Estética, Comunicação e Marketing Social, Construção e Reparos (Revestimentos e Instalações), Educação, Madeira e

⁴⁸ Os arcos ocupacionais obedecem a critérios que perpassam a realidade de cada município, no que tange às potencialidades de geração de emprego e renda, a saber: Administração, Agro Extrativista, Alimentação, Arte e Cultura, Beleza e Estética, Comunicação e Marketing Social, Construção e Reparos, Educação, Esporte e Lazer, Gráfica, Joalheria, Madeira e Móveis, Metalmeccânica, Pesca / Piscicultura, Saúde, Serviços Domésticos, Serviços Pessoais, Telemática, Transporte, Turismo e Hospitalidade, Vestuário, Outros

Móveis, Metal-mecânica, Pesca e Piscicultura, Saúde, Telemática, Transporte, Turismo e Hospitalidade, Vestuário. (BRASIL, MTE, 2009). Cada município pode escolher até quatro áreas para desenvolver seus cursos, sempre levando em consideração as potencialidades de trabalho, emprego e renda do local do curso.

Questionamos, todavia, a proposta curricular desse Programa que, na nossa compreensão, serve tão somente para perpetuar a dualidade educacional brasileira, marcada pela oferta de um tipo de escola para ricos e outra para pobres, bem ao gosto do empresariado da educação nacional. Quem pode pagar por uma “boa” educação recorre às escolas particulares, especialmente aquelas que se “dedicam” à formação profissional dos trabalhadores e quem não pode pagar se contenta com migalhas nesse campo, materializadas por meio de programas e projetos focalizados, iguais ao *Projovem Trabalhador*. Não dá para acreditar que um currículo que oferta 20h/a de Português e Matemática, respectivamente, possa garantir a melhoria do nível de escolaridade dos jovens das classes populares, justamente o público-alvo mais necessitado do acesso a uma educação de qualidade, que prepare esses sujeitos para a vida e para o exercício do trabalho digno.

Outro aspecto controverso desse Programa diz respeito à forma de comprovação de inserção dos jovens cursistas no mercado de trabalho. Vale ressaltar que, para contrair investimentos públicos junto ao Governo federal, os entes se comprometem em viabilizar a inserção de pelo menos 30% de parte desses jovens no mercado de trabalho. O não cumprimento dessa cláusula acarreta a quebra de contrato e o corte imediato dos recursos da União. Por outro lado, a falta de uma política estatal de geração de renda, somada à ausência de empresas e indústrias nas cidades onde esse Programa acontece conduz ao surgimento de receitas, capazes de burlar a legislação e garantir os recursos.

Para garantir a inserção de 30% dos jovens cursistas num mercado de trabalho de pouquíssimas oportunidades, todavia, os entes executores utilizam-se de engenhosas maneiras de comprovação de tal meta, como, por exemplo, parcerias com empresas por meio do Estágio supervisionado⁴⁹, cooperativismo e, sobretudo, por meio da entrega de *kits* de ferramentas para estimular a criação de pequenos negócios, nas áreas as quais os jovens foram “qualificados”.

⁴⁹ Em 10 de junho de 2008, o Governo Lula da Silva instituiu a Lei do Estágio (Lei 11.692). De acordo com essa nova Lei, a União fica autorizada a transferir recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sem a necessidade de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante depósito em conta-corrente específica, sem prejuízo da devida prestação de contas da aplicação dos recursos.

Não é difícil concluir que tal meta não esteja sendo respeitada conforme determina a referida cláusula contratual. Como sabemos, a maioria dos municípios brasileiros onde acontecem as atividades desse Programa não oferece, minimamente, as condições concretas de geração de empregos, especialmente para os jovens das classes populares. Não obstante os dados mais otimistas sobre crescimento econômico e geração de emprego na última década, esse segmento de classe continua padecendo dos mesmos problemas vividos pela maioria das pessoas de sua classe, como desemprego, violência urbana, pobreza, entre outros.

O Ceará foi um dos primeiros estados da Federação a implantar o programa *Projovem Trabalhador* – Juventude Cidadã, em decorrência da boa relação política, mantida entre o Governo Cid Gomes e o Governo do presidente Lula da Silva. Em sua primeira fase no Estado, esse Programa “capacitou” profissionalmente 4.866 jovens distribuídos em 35 municípios cearenses⁵⁰ e conseguiu inserir 1.512 jovens no mercado de trabalho, mesmo sem a comprovação desses dados pelos entes executores locais. Para 2009, a meta saltou para 6.500 jovens, os quais foram selecionados em 83 municípios⁵¹, incluindo a cidade de Fortaleza. Os investimentos para a segunda etapa foram da ordem de R\$ 11 milhões de reais, conforme o Edital.

Viabilizar a inserção de pelo menos 30% dos jovens cursistas no mercado de trabalho é uma tarefa quase impossível, também no contexto cearense. Assim como a maior parte dos estados brasileiros, as cidades cearenses, na sua maioria, não oferecem nenhuma infraestrutura industrial capaz de oferecer emprego, mas apenas algumas poucas cidades conseguem gerar e ofertar novos postos de trabalho, mesmo se precarizados. Muitos municípios cearenses, por uma questão histórica, vivem de pequenos negócios familiares e se alimentam, economicamente, da aposentadoria dos idosos e, mais recentemente, dos programas de transferência de renda do Governo federal. São essas cidades as principais “beneficiárias” dos Programas governamentais no Estado, a exemplo do *Projovem Trabalhador*, o que nos leva a concluir que a referida cláusula só existe no papel.

As estratégias utilizadas no Ceará para comprovar a suposta inserção dos jovens cursistas no mercado de trabalho (30%) são o Estágio Supervisionado, o cooperativismo e, sobretudo por meio da entrega de algumas ferramentas de trabalho, todas relacionadas com a capacitação recebida, batizadas no Estado do Ceará como “*Kit do Empreendedor*”. Para os

⁵⁰ Os municípios contemplados foram: Acaraú; Aquiraz; Aracati; Aracoiaba; Barbalha; Baturité; Boa Viagem; Camocim; Canindé; Cascavel; Crateús; Granja; Icó; Iguatu; Itapipoca; Jaguaribe; Juazeiro do Norte; Limoeiro do Norte; Morada Nova; Pacajus; Quixadá; Quixeramobim; Russas; Santa Quitéria; Sobral; Tauá; Tianguá, Trairi e Várzea Grande.

⁵¹ Para maiores esclarecimentos podem ser encontrados em: <http://www.mte.gov.br/projovem>.

Entes executores e idealizadores dessa estratégia, o *kit* deveria, em tese, estimular a criação de negócios capazes de ensinar renda para esses sujeitos, baseados no discurso do empreendedorismo juvenil.

De acordo com Lee Fontenelle⁵², coordenador pedagógico do GAIS e um dos responsáveis pela execução do *Projovem Trabalhador*, a estratégia mais utilizada no Estado do Ceará para efeito de comprovação da referida meta deu-se mediante concessão dos referidos *kits*. Para efeito de comprovação dessa meta, os entes executores do *Projovem no Ceará*, distribuíram entre os cursistas algumas ferramentas de trabalho direcionadas para capacitação, esperando-se que os jovens comesçassem seu negócio, mas isso não aconteceu. Em alguns poucos casos, foram feitas parcerias com empresas locais que receberam os jovens num período experimental de trabalho, com amparo na Lei do Estagiário. Em ambos os casos, não houve resultado positivo em relação à inserção dos jovens no mercado formal de trabalho. Pelo exposto, é possível afirmar que a grande preocupação dos entes locais não é a melhoria efetiva da qualidade de vida desses sujeitos, mas a garantia dos recursos federais para saciar a ganância de setores, que desde muito tempo sugam o dinheiro público no Brasil.

Ainda consoante Lee Fontenelle, além dessas, o cooperativismo foi também estratégia bastante utilizada em algumas cidades cearenses. Nesse caso, os jovens foram “convidados” a se associarem a alguma cooperativa local, comprovando assim o envolvimento direto numa atividade de trabalho. Em todos esses casos, não houve inserção no mercado formal de trabalho, mas apenas em formas precárias de trabalho e, desse modo, para terem condições de comprovar sua inserção em alguma atividade laboral. Concluímos desse nosso encontro com Lee Fontenelle que a preocupação não está na melhoria da qualidade de vida desses sujeitos, mas na garantia dos recursos públicos. Pelo que colhemos desse encontro formal com Lee Fontenelle, existe aí um riquíssimo material digno de averiguação. Quem sabe, tenhamos essa oportunidade de realizá-la futuramente.

Por fim, questionamos a proposta de escolarização e formação profissional presente no *Projovem Trabalhador* – Juventude Cidadã, pois entendemos que essa forma de política pública de juventude, além de não cumprir com o que promete, ou seja, com a elevação da escolaridade e a inserção produtiva, sobretudo, apenas perpetua a nociva dualidade educacional brasileira, a qual nega sistematicamente esse direito, sobretudo aos jovens das classes populares. A superação dos modelos atuais de educação pra classe trabalhadora,

⁵² Os dados coletados com o Sr Lee Fontenelle são decorrentes de duas conversas sobre esse tema que tivemos com ele, onde o mesmo afirmou cada uma das afirmações citadas no texto e autorizou suas publicações, caso fosse necessário à nossa análise.

portanto, deve ocorrer por meio de uma radical ruptura com a concepção de políticas neoliberais, herdadas na gestão de FHC e que, lamentavelmente, foram ampliadas durante o Governo Lula da Silva.

5. A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

*A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a
juventude até a velhice, de fato quase até a morte;
ninguém passa dez horas sem nada aprender.*

Paracelso

Parece não haver dúvidas quanto ao crescimento da pobreza entre os jovens das periferias das grandes cidades brasileiras, sobretudo nas últimas décadas após a contrarreforma do Estado brasileiro e sua adesão subserviente à pragmática neoliberal. Depois disso acontecimento, observa-se que há uma pressão para que o Estado coordene ações públicas que promovam a inclusão de jovens trabalhadores, principalmente no que tange a

políticas de trabalho/emprego e de escolarização. É preciso reconhecer que a questão da exclusão é um processo inerente ao funcionamento do capitalismo. Por isso Marx cria a categoria exército industrial de reserva. Se o sistema não permite o pleno desenvolvimento social, a exclusão de muitos é a forma de se inserir nesta sociabilidade.

O tipo de intervenção predominante na contextura brasileira mais recente privilegia de modo especial, o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com setores da sociedade civil (ONGs, sindicatos, associações), que, sistematicamente, vêm assumindo responsabilidades que antes eram exclusivas do Poder Público brasileiro. Dessa maneira, o Governo termina privilegiando setores da iniciativa privada em detrimento dos setores públicos, a exemplo do que acontece nas parcerias firmadas com instituições que promovem a educação da classe trabalhadora jovem. Ao preferir investir nesses setores, O Governo termina negligenciando a escola pública brasileira, historicamente abandonada em toda história republicana do País. Decorre daí uma das maiores contradições do Poder Público nacional, uma vez que é urgente a necessidade de se investir na educação pública brasileira, com o meio de garantir não só o acesso dos trabalhadores jovens aos saber historicamente construído, mas garantindo-lhes condições menos desiguais no que tange a conquista do tão sonhado emprego formal.

O atual contexto vivenciado pelos jovens das classes populares no Brasil, resultado de um modelo de desenvolvimento possuidor de características individualistas, as quais priorizam qualificações, competitividades e adaptações, exige um panorama perverso e contraditório, bem diferente do modelo de educação que defendemos para nossos jovens. Em decorrência, a adoção de políticas públicas voltadas para esse público é particularmente marcada pela quase completa omissão do Poder Público, acarretando um déficit social sem precedentes. Além do mais, a tímida intervenção estatal nessa área conserva intensivos traços de discriminação e exclusão social, uma vez que atingem quase exclusivamente os jovens mais empobrecidos desse segmento de classe.

Esse panorama começou a mudar no final dos anos de 1980, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990, os quais passaram a reconhecer a criança e o jovem de qualquer segmento social como sujeitos de direitos. As orientações defendidas pelos movimentos voltados para os direitos da infância no final da década de 1980 procuraram superar uma concepção restritiva do que é ser criança e adolescente, caminhando para uma

representação que reconhece direitos e demandas políticas dos que ainda não atingiram a maioria (SPOSITO e CARRANO, 2003).

Em tal conjuntura, o Estatuto representou um referencial importante na conquista dos direitos de crianças e jovens no País. Por outro lado, sua aplicação é morosa, dados os entraves e resistências de setores conservadores das classes dominantes que tentam minimizar e aviltar esses direitos, conquistados por meio de embates num dos momentos mais emblemáticos da história das lutas e das conquistas sociais no Brasil. Para complicar ainda mais, o País aderiu à pragmática neoliberal, promovida por meio da contrarreforma do Governo FHC, o que na prática significou verdadeiro retrocesso no campo das conquistas sociais, sobretudo dos trabalhadores.

No âmbito da contrarreforma de FHC, o Brasil teve que adotar outro modelo de desenvolvimento, denominado neoliberalismo, resultando num verdadeiro retrocesso no campo das conquistas sociais. Atuando na contramão dos interesses sociais e criando mecanismos legais para aviltar algumas das melhores conquistas sociais da década anterior, o governo de FHC promoveu uma contrarreforma de corte classista pró-sistêmico, em sintonia com os “aconselhamentos” dos organismos financeiros internacionais, sob o pretexto de acabar com a crise fiscal e recolocar o País nos trilhos do desenvolvimento econômico numa era marcada pelos mercados globalizados.

A ofensiva neoliberal, montada pelo Governo FHC, além de sabotar e desqualificar as políticas públicas, do tipo universal, as subordina apenas a uma lógica macroeconômica que nega profundamente os interesses da coletividade. Assim, o Estado brasileiro, que já apresentava enormes defasagens no atendimento aos seus cidadãos, assume um papel secundário no trato da garantia de políticas universais, passando a operar mediante políticas do tipo minimalistas e assistenciais, focalizadas nos segmentos sociais mais empobrecidos. Esta foi e é a principal característica que norteia as ações do Estado Brasileiro, também para os jovens desse segmento de classe.

Ao desobrigar-se de suas funções, o Estado passou a transferi-las para setores da iniciativa privada, seja de grupos econômicos nacionais ou internacionais, bem ao gosto da nova ofensiva burguesa internacional, que exigia um amplo processo de privatização do aparelho estatal, começando pela privatização de nossas melhores e mais rendáveis riquezas. Com esteio nessa nova concepção da gestão estatal, o Brasil, cada vez mais, se desobriga dessa função primordial de guardião de políticas universais e as transfere para setores da

iniciativa privada, assim como orienta os “aconselhamentos” das agências financiadoras internacionais, notadamente o Banco Mundial e o FMI.

No âmbito das ações de juventude, como não poderia ser diferente, o Estado sistematicamente se desobriga da tarefa de ofertar uma educação de qualidade, capaz de modificar uma realidade social historicamente constituída. De modo geral, a qualidade da educação ofertada aos jovens das classes populares deteriora-se cada vez mais. Por trás de um discurso de inclusão que acena com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, mediante oferta de cursos profissionalizantes, são promovidos cursos aligeirados que, no máximo, preparam o jovem em tela para uma ocupação no mercado informal, ou para o empreendedorismo.

Com a aproximação do fim do mandato do Governo FHC, emergem no País várias organizações e grupos juvenis de variados campos, tais como: cultura, esporte, meio-ambiente, estudantil, político-partidário, movimentos étnicos e em prol da igualdade de gênero, associações de bairro, entre outros, que começaram a pressionar as autoridades políticas governamentais para que reconhecesse os problemas específicos que afetavam esses sujeitos e formulassem políticas públicas que superassem as ações que até se desenvolveram no País, as quais viam os jovens apenas como sinônimo de problema (CASTRO *et alli.*), tarefa que foi postergada ao Governo Lula da Silva.

A eleição de Lula da Silva levantou grandes expectativas em torno de mudanças na legislação educacional brasileira, sobretudo no âmbito da educação profissional, fragmentada propositadamente durante a contrarreforma de FHC. Tais mudanças só foram realizadas de forma bastante tímida, também por meio de outro decreto impositivo, que não representou significativo avanço nesse campo. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1107), “não obstante toda a expectativa em contrário, a vitória das forças conservadoras tem feito predominar a manutenção de princípios e práticas que orientaram as reformas no Governo Fernando Henrique Cardoso”. Para esses autores, esperava-se que a promulgação de um novo decreto pudesse constituir dispositivo transitório, capaz de garantir ao mesmo tempo a pluralidade de ações nos sistemas e instituições de ensino e a mobilização da sociedade civil em torno do assunto, entretanto, isso se deu de forma tímida.

A proposta de integração entre a educação básica e a profissional fragmentou-se e o resultado encontra-se, ainda, muito longe do aguardado pela classe trabalhadora. Essa fragmentação foi iniciada internamente no próprio Ministério da Educação reestruturado, e colocou o ensino médio sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica e o ensino

técnico sob os cuidados da Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Além do mais, algumas medidas tomadas pelo MEC deixaram “[...] claro que a política de integração não seria prioridade e que não estavam claras as concepções das equipes dessas secretarias sobre o tema”. (IDEM, IBDEM, p. 1091). Assim, não obstante as declarações do Governo Lula da Silva, favoráveis à integração do ensino profissional ao ensino médio, sua política de educação profissional se processou mediante programas focais e contingenciais, a exemplo dos programas Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos PROEJA e do Programa de Inclusão de Jovens – *Projovem* (ÍDEM, p. 1090).

De fato, o *Projovem Integrado* foi estruturado para funcionar como espécie de programa “carro-chefe” de todas as ações federais de juventude, o qual passou a ter a incumbência de dar eficácia à nova Política Nacional de Juventude – PNJ. Pela sua característica aligeirada, acreditamos que tal tarefa não tenha sido realizada. Para o Governo do presidente Lula da Silva, a promulgação da PNJ significou ruptura com a forma de atendimento aos jovens no País, todavia, pode ser observado é que as ações desenvolvidas no âmbito da nova política continuaram sendo aplicadas nos mesmos moldes daquelas de décadas anteriores. Essa análise nos faz asseverar que, efetivamente, não houve mudança na direção das políticas públicas de juventude no País, mesmo com a institucionalização de uma política do tipo universal. Na prática, a “nova” PNJ serviu para perpetuar no Brasil um antigo modo de conceber políticas assistenciais, focalizadas nos grupos mais empobrecidos da sociedade, marcada pela oferta de uma educação dualista e discriminatória.

Ao interpretar o Programa apresentado pelo Governo Federal como elemento-chave de sua política nacional para a juventude, pode-se perceber que esta não se exhibe como efetiva expressão de compromisso com a democratização e universalização da educação que envolva uma direção comum e orgânica. Ao contrário, reforça e expressa a estrutura socioeconômica do País e seu adestramento aos “aconselhamentos” das agências financiadoras internacionais, capatazes dos interesses do capital.

O *Projovem Trabalhador* – Juventude Cidadã é um bom exemplo de como a “nova” PNJ apenas se travestiu de nova, mas na sua essência pouco se diferenciou das ações de juventude da era FHC. Assim, percebe-se que tais políticas foram pautadas em programas e projetos de educação do tipo aligeirado e compensatório, focados nos segmentos juvenis mais pobres das classes populares o que nos faz afirmar sua similaridade com as políticas neoliberais da gestão passada. De fato, na gestão do governo Lula da Silva houve, apenas,

ampliação dessas ações em proporções jamais observadas em toda a história das políticas públicas de juventude no País. Tal ampliação promoveu, também, o alargamento dos investimentos públicos em setores da educação particular, confirmando a tendência, também nesse Governo, da privatização da educação profissional, bem ao gosto dos interesses capitalistas.

Conforme anunciamos antes, o *Projovem Trabalhador-Juventude Cidadã*, um dos pilares da PNJ do Governo Lula, tem como objetivo prioritário ajudar os jovens cursistas a recuperar seus estudos elementares e, ao mesmo tempo, dar-lhes uma formação inicial para o trabalho, ajudando-os na difícil tarefa da inserção produtiva. Alguns aspectos desse modelo de escolarização e formação profissional, entretanto merecem considerações, visto que, até o presente momento, o governo apenas apresenta dados genéricos e não dados concretos que confirmem a eficácia do Programa.

Constata-se que sua carga horária é insuficiente para garantir uma formação sólida e de qualidade para os jovens cursistas. A sua função mais explícita circunscreve-se ao âmbito da mediação do conflito de classes por meio da propagação da ideia de protagonismo social combinada com o discurso do empreendedorismo, que transfere para esses sujeitos a responsabilidade pelo seu sucesso ou insucesso profissional. O efeito mais evidente dessas ideias é o ofuscamento das verdadeiras causas do desemprego e o reforço do sentimento de responsabilidade nos jovens trabalhadores pobres ante de sua condição de desempregado ou de precariedade. Igualmente, tais ideias funcionam apenas como instrumento de mediação do conflito de classes, na medida em que educam para o consenso diante da sociabilidade do capital.

Assim, percebe-se que a educação ofertada por meio dos cursos desse Programa não oferece as condições básicas para uma formação, nem mesmo nos moldes da escola burguesa. A promessa de inclusão de pelo menos 30% dos cursistas no mercado de trabalho, também, não foi concretizada, consoante pudemos constatar na experiência desse Programa no Estado do Ceará, que pode servir como referência para o Programa no patamar federal.

Os critérios utilizados na escolha do público-alvo, a bolsa auxílio de caráter compensatório, entre outros, são fatores que, lamentavelmente, não respondem a um projeto de educação que garanta uma formação integral dos sujeitos e, nem de longe, podem significar propostas de educação emancipatória, visto que esta existe para adequar os sujeitos, ideologicamente, às demandas do capital. Na prática, as supostas metas de inserção, elevação da escolaridade, entre outras, não passam de uma retórica que beira, sem nenhuma dúvida, à

demagogia.

Por tudo o que foi dito, avaliamos que a proposta de escolarização do *Projovem Trabalhador* representa uma perda sensível para a educação, visto que, além de seu caráter assistencialista, significa uma iniciativa que não oferece à juventude efetivo acesso à educação, mas apenas a certificação de conclusão do ensino fundamental de qualidade discutível. O *Projovem* constitui-se em mais um exemplo de ação política que, sob a aparência da inovação, enseja a continuidade da submissão ao atual modelo de desenvolvimento que promete a inclusão, mediante sacrifício e a exclusão de muitos outros. Na perspectiva desse programa, ou seja, da sua proposta de escolarização da juventude trabalhadora, a educação é concebida, ao mesmo tempo, como estratégia política e variável econômica capaz de impulsionar o pretendido desenvolvimento e a redução da pobreza de forma condizente com as necessidades de reprodução do capital.

Ao nos posicionar contra os “novos” modelos de escolarização e formação para o trabalho, presentes nos programas governamentais voltados para a educação da juventude trabalhadora, não queremos negar sua importância, inclusive como direito desses trabalhadores. Por outro lado, não podemos ser omissos e não alertar para o fato de que os atuais modelos de educação profissional não asseguram nem a formação acadêmica, muito menos uma educação profissional, pelo contrário. Os cursos oferecidos por esses programas, pelo seu caráter aligeirado, ao contrário do que se propagandeiam, não conseguem preparar esses jovens para a difícil tarefa da inserção no mercado de trabalho. Quase sempre terminam assumindo a culpa por não conseguirem emprego. A busca por novas certificações, de certa forma, isentam o Estado brasileiro de criar políticas de emprego e renda, transferindo aos jovens a culpa pelo seu insucesso profissional.

Defendemos, portanto, a superação total dos atuais modelos de políticas aligeiradas de formação e qualificação da classe trabalhadora jovem. É preciso assegurar uma educação alargada que contemple todos os aspectos da vida. Sem dúvida, uma sólida formação acadêmica e profissional poderá estabelecer a grande diferença na vida pessoal e profissional desses sujeitos. Somente uma escola comprometida com uma formação para além do mercado de trabalho, ou seja, para a vida, será possível a emancipação da classe trabalhadora, que garanta tal formação para além do mercado de trabalho, é possível assegurar o que é de direito aos jovens trabalhadores.

Portanto, a superação dos atuais modelos de educação e formação profissional presentes nos programas citados implicará no abandono dessas práticas por parte do Estado

brasileiro e, no lugar delas, o investimento em políticas do tipo universal, que garantam não só a preparação para o trabalho, como também uma sólida formação intelectual e acadêmica. Dessa forma, poderíamos sonhar com uma escola que realmente esteja comprometida com os interesses da classe trabalhadora e que supere o modelo de escola dual que há muito tempo perdura na nossa sociedade. Uma escola que seja capaz de reaver, na sua prática cotidiana, a concepção de formação unilateral, unitária, politécnica ou tecnológica (GRAMISCI, 1968), a qual nos permite considerar políticas públicas voltadas verdadeiramente para uma educação escolar integrada ao trabalho, à ciência e à cultura, que desenvolva as bases científicas, técnicas e tecnológicas necessárias à produção da existência e à consciência dos direitos políticos, sociais e culturais, bem como à capacidade de atingi-los.

Portanto, a superação dos modelos de escolarização presentes nas atividades do Projovem Trabalhador nos remete a construção da escola unitária em que, a qual não está condicionada

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- AFRO XXI . Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/informe_afro.pdf. acesso em 20 de novembro de 2011).
- ALVES, Geovanni. Terceirização e acumulação flexível do capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. **Estud. sociol.**, Araraquara, v.16, n.31, p.409-420, 2011.

_____. O público e o privado: Dimensões da Reestruturação Produtiva do Capital. **Caderno dos Núcleos e Grupos de Pesquisa** vinculada ao Mestrado da Universidade Estadual do Ceará. 2008.

_____. Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaio de sociologia do trabalho. 2ª Edição – Londrina: Praxis; Bauru: canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. [2ª Ed., 10. reimpe. ver. E ampl.]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Jovens em situação de risco no Brasil**. Volume I achados relevantes relatório no. 32310-br. Brasília, junho de 2007

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Em LIMA SOBRINHO, Barbosa *et alii* **Em defesa do interesse nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo, Paz e Terra, 1994

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. _ São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JR, Armando *et alii*. **O sindicalismo brasileiro no anos 80**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 14 de janeiro de 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Destaques**: ações e programas do Governo Federal / Secretaria de Comunicação Social – Brasília, 2009/2010.

BRASIL. **Decreto 6.629**, de 4 de novembro de 2008, regulamenta o Programa Nacional e Inclusão de Jovens – Projovem – instituída pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e de outras providências. Brasília, 2008^a.

BRASIL. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2008b. Rio de Janeiro.

BRASIL. **Lei Nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008c.

BRASIL. **I Conferencia Nacional de Políticas Públicas de Juventude**. Documento Base: Brasília, 2007a.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Plano Nacional de Qualificação**. Avaliação Externa / 2003 a 2006. Brasília: 2007b.

BRASIL. **Decreto n. 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006a.

BRASIL. **Decreto n. 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006b.

BRASIL. **Decreto nº 5.557**, de 05 de outubro de 2005, regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem – instituída pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e de outras providências. Brasília, 2005^a.

BRASIL. Cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio: **Lei nº 11.788/2008** Brasília: MTE, SPPE, DPJ, CGPI, 2008.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Projeto: **Programa Nacional de Inclusão de Jovens**: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem. Brasília: 2005.

BRASIL. **Decreto n. 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2005b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução n. 1**, de 3 de março de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais Definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004. Brasília, DF, 2005b.

BRASIL. Casa civil. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. MEC. **Educação Profissional**: Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília, 2000.

BRASIL. CNE/CEB. **Parecer nº 16**, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Nacional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

BRASIL. **Decreto Federal nº 2.208/97**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1997.

BRASIL. **Medida provisória 1547/1997.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1547.htm. Acesso em: 28 de dezembro de 2011.

BRASIL. **Medida provisória 1591/97:** <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/107124/medida-provisoria-1591-97>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

BRASIL. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília, DF: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BARSIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

COMPARATO, Fábio Konder. **Afirmção histórica dos direitos humanos.** Saraiva: São Paulo, 2005.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da Economia brasileira no governo lula. In. Os **anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1998). “Notas sobre a reforma do Estado”. **Novos Estudos/CEBRAP, 50.**

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma de fazer políticas – políticas de/para/com juventudes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, p. 19-46, jul./dez. 2002.

CASTRO, Jorge Abrahão, AQUINO, Luseni Maria C. ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil** (org.). Brasília: IPEA, 2009.

CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: CHESNAIS, François (coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.* São Paulo: Xamã, (1998b)

_____, (1997). Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração. **Folha de São Paulo.** Caderno Mais, p. 4, 2nov.

_____, (1997). **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996

CONJUVE. **Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal**. Brasília, 2011.

COSTA, Ozanira Ferreira da. **Políticas Públicas de Juventude: Uma construção possível?** . Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Política Social. Brasília, 2009.

COUTINHO, Joana. **As ONGs: origens e (des)caminhos**”. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_joana.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2011

COUTINHO, Nelson C. **A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma**, Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/405-a-epoca-neoliberal-revolucao-passiva-ou- contra-reforma>. Acesso em 06 de dezembro de 2011

DELUIZ, Neise. O Projovem Trabalhador: avanço ou continuidade nas políticas de qualificação profissional? **Revista Educação Profissional**, Rio de Janeiro, v. 36, nº 2, maio/ago.2010.

DIEESE. **Relações e Condições de Trabalho do Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2007.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira (org.) Belo Horizonte: Escritório de Histórias. 2009.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. 10 anos. Rio de Janeiro. Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente, julho de 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FILGUEIRAS, Luis Antônio Matos e GONÇALVES, Reinaldo. **A economia Política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FREITAS, Maria Virgínia e PAPAS, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: juventude em pauta**. 2 ed. – São Paulo: Cortez. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e Tecnológica com a universalização da educação básica **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

_____, **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

_____ ; _____ ; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

_____, CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez Editora, 2005a. p. 21-56.

GENTILLI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUERRA, Yolanda. **A racionalidade das formas de enfrentamento da questão social: o público e o privado no Brasil (do) real**. II Jornada Internacional de Políticas Públicas, Mundialização e Estados Nacionais. São Luis – MA, 2005.

FERRETTI, Celso J. Reformas educacionais e formação profissional no Brasil. **Revista portuguesa de educação**. Universidade do Minho, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança** Tradução: Adail Ubirajara e Maria Stela Gonçalves. 5ª. Ed. –S. Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, Eric. (1995) **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras.

IBASE e PÓLIS. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE e Instituto Pólis. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBASE; São Paulo: PÓLIS. Dezembro de 2005. Relatório Final.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008): http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1455&id_pagina. Acesso em: 17 de janeiro de 2010

IPEA /Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Diretoria de Estudos Sociais. **Políticas Sociais Acompanhamento e Análise. Nº 16**. Brasília: IPEA, 2008a.

IPEA. **Trabalho e Renda. Políticas sociais, acompanhamento e análise**, nº 15, p. 141-159, mar./2008b.

KUENZER, Acácia. **A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006

Leher, Roberto; Coutinho da Trindade, Alice; Botelho Lima, Jacqueline Aline y Costa, Reginaldo 2010 “**Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010**” en *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año XI, N° 28, noviembre.

LEHER, Roberto. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____, Educação no Governo Lula da Silva: reformas sem projetos. **Revista Adusp.** Maio de 2005.

MANFREDI, Silva Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez. 2002.

MÉSZÁROS, Isteván. Crise estrutural necessita de mudanças estruturais. **Tópico Utópicos: Caderno de Textos nº 5:** Fortaleza-CE, 2011.

_____. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002

MARX, K. **O Capital** - Para a Crítica da Economia Política. 13ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, 6 vols.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Vol. 1. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

OLIVEIRA, R. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira.** São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção Questões de nossa época; 101).

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Tendencias mundiales del empleo. 2007 e 2009.**

PAULO NETTO, José. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.** In: *O desmonte da nação.* Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

PEREIRA. Bresser L.C. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **Cadernos do Mare**, n. 1. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br>. Acesso em 17/11/2011.

PIRES, Márcia Gardênia Lustosa. **Novos marcos do dualismo educacional na sociedade contemporânea: o caso do Projovem Urbano de Fortaleza.** Tese apresentada à Faculdade de

Educação da Universidade Federal do Ceará, para obtenção do título de Doutora em Educação Fortaleza: 2011.

POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **As duas rendas mínimas**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Outras Opiniões, p. 922, maio 2004.

_____. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, POSCHMANN, Márcio e BORGES, Antônio. **A “era FHC”**: A regressão do trabalho. São Paulo. Anita Garibaldi, 2002.

SANTOS, Simone Natividade e CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar. **Projovem urbano**: mascarando oportunidades/silenciando a realidade. Disponível em <http://www.educonufs.com.br/vcoloquio>: 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**. Campinas, SP. Autores Associados, 2007 (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Leonardo Barbosa e. **Qual o tamanho do MARE** – medidas de um ministério no Governo FHC. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/view/72/99>. Acesso em 14 de dezembro de 2011.

SILVA, Maria Abádia da. O consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. *Linhas Críticas*, vol. 11, núm. 21, julho-diciembre, 2005, pp. 255-264 Universidade de Brasília Brasília, Brasil

SOUSA JR, Justino de. O ensino médio integrado e a política educacional de Lula da Silva: afirmação da origem operária ou conformação subalterna? Trabalho In **Anais do XX EPEN** Manaus 2011.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil**. Desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas pública no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. No. 24, Rio de Janeiro, Set./Dez. 2003 (pp. 16 – 39). Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 2 de jul. de 2009.

VILLELA, M. **“Políticas públicas para jovens já”**. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: A3, 23/11/2005